



5<sup>a</sup>  
EDIÇÃO

# A Palestina no tempo de Jesus





## Coleção CADERNOS BÍBLICOS

1. *Para uma primeira leitura da Bíblia*, E. Charpentier • 2. *De acordo com as Escrituras*, P. M. Beaudé • 3. *Uma leitura do Pentateuco*, J. Briend • 4. *Homem, quem és?*, P. Grelot • 5. *Para rezar com os salmos*, M. Mannati • 6. *Isaías 1-39*, J. M. Asurmendi • 7. *O dêutero-Isaías*, C. Wiéner • 8. *Libertação dos homens e salvação em Jesus Cristo* (1 - parte), W. AA. • 9. *Libertação dos homens e salvação em Jesus Cristo* (2ª parte), W. AA. • 10. *O que é o Intertestamento*, A. Paul • 11. *Leitura do Evangelho segundo Marcos*, J. Delorme • 12. *Leitura do Evangelho segundo Mateus*, W. AA. • 13. *Leitura do Evangelho segundo Lucas*, A. George • 14. *As narrativas da infância de Jesus*, C. Perrot • 15. *A mensagem das bem-aventuranças*, W. AA. • 16. *Os milagres do Evangelho*, W. AA. • 17. *Cristo Ressuscitou!*, E. Charpentier • 18. *Leitura do Evangelho segundo João*, A. Jaubert • 19. *Uma leitura dos Atos dos Apóstolos*, W. AA. • 20. *As epístolas aos Coríntios*, M. Quesnel • 21. *A mensagem da epístola aos Hebreus*, A. Vanhoye • 22. *Uma leitura do Apocalipse*, VV. AA. • 23. *Iniciação à análise estrutural*, W. AA. • 24. *Jesus diante de sua paixão e morte*, M. Gourgues • 25. *Os salmos e Jesus, Jesus e os salmos*, M. Gourgues • 26. *São Paulo e o seu tempo*, E. Cothenet • 27. *A Palestina no tempo de Jesus*, C. Saulnier e B. Rolland • 28. *As raízes da sabedoria*, VV. AA. • 29. *Morte e vida na Bíblia*, A. Marchadour • 30. *Epístola aos Filipenses e Epístola a Filêmon*, S. Légasse • 31. *Jesus Cristo no Evangelho de João*, J. Guillet • 32. *A sabedoria e Jesus Cristo*, M. Gilbert e J. N. Aletti • 33. *O profeta Ezequiel*, J. M. Asurmendi • 34. *Epístola aos Gálatas*, E. Cothenet • 35. *A Eucaristia na Bíblia*, W. AA. • 36. *Jonas*, V. Mora • 37. *A primeira epístola aos Tessalonicenses*, M. Trimaille • 38. *As epístolas de Pedro*, E. Cothenet • 39. *Os profetas do AT*, L. Monloubou • 40. *O livro de Jeremias*, J. Briend • 41. *A revolta dos Macabeus*, C. Saulnier • 42. *Jó — O livro e a mensagem*, J. Leveque • 43. *A vida futura segundo o NT*, M. Gourgues • 44. *Os livros de Samuel e dos Reis*, P. Gilbert • 45. *O Espírito Santo na Bíblia*, W. AA. • 46. *O judaísmo — do Exílio ao tempo de Jesus*, C. Tassin • 47. *Abraão*, M. Collin • 48. *Mateus, o teólogo*, J. Zumstein • 49. *Atos 1-12 — Missão e comunidade*, M. Gourgues • 50. *De Jesus aos sacramentos*, J. Guillet • 51. *A carta de Tiago — Leitura sociolinguística*, W. AA. • 52. *As epístolas de João*, M. Morgen • 53. *O deuteronomio — Uma lei pregada*, F. G. Lopez • 54. *Amós e Oséias*, J. Asurmendi • 55. *Qumrã*, J. Pouilly • 56. *A primeira epístola aos Coríntios*, M. Carrez • 57. *Epístola aos Romanos*, C. Perrot • 58. *Evangelho e Tradição de Israel*, M. Colling e P. Lenhardt • 59. *O livro dos Números*, P. Buis • 60. *Atos 13-28 — O Evangelho anunciado aos pagãos*, M. Gourgues • 61. *O sacerdócio na Bíblia*, J. Auneau • 62. *A violência na Bíblia*, P. Beauchamp e D. Vasse • 63. *As epístolas pastorais*, E. Cothenet • 64. *O livro de Daniel*, P. Grelot • 65. *O decálogo*, F. G. Lopez • 66. *Os hinos do Novo Testamento*, M. Gourgues • 67. *As epístolas aos Colossenses e aos Efésios*, E. Cothenet • 68. *O Cântico dos Cânticos*, A. M. Pelletier • 69. *Evangelho e reino de Deus*, W. AA. • 70. *O livro dos Reis*, E. Buis • 71. *O livro das crônicas*, P. Abadie • 72. *Os últimos profetas - Ageu, Zacarias, Malaquias e alguns outros*, Salmuel Amsler • 73. *O sermão da montanha - Mateus 5 - 7*, Marcel Dumais • 74. *O livro de Esdras e de Neemias*, P. Abadie

CHRISTIANE SAULNIER  
E BERNARD ROLLAND

# A PALESTINA NO TEMPO DE JESUS

Digitalizado e revisado por micscan



[www.semeadoresdapalavra.net](http://www.semeadoresdapalavra.net)

Nossos e-books são disponibilizados gratuitamente, com a única finalidade de oferecer leitura edificante a todos aqueles que não tem condições econômicas para comprar. Se você é financeiramente privilegiado, então utilize nosso acervo apenas para avaliação, e, se gostar, abençoe autores, editoras e livrarias, adquirindo os livros.

Semeadores da Palavra e-books evangélicos



Título original

*La Palestino au temps de Jésus*

© Editions du Cerf, Paris, 1979

Tradução

*Pe. Jose Raimundo Vidigal, CSsR*

Revisão

*José Joaquim Sobral*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

S274p Saulnier, Christiane.

A Palestina no tempo de Jesus / Christiane Saulnier e Bernard Rolland; [tradução de José Raimundo Vidigal; revisão de José Joaquim Sobral]. — São Paulo : Paulus, 1983. (Cadernos Bíblicos; 27)

1. Bíblia . N.T. — História de fatos contemporâneos 2. Palestina — Condições econômicas  
3. Palestina — Condições sociais 4. Palestina — História I. Rolland, Bernard. II. Título.

ISBN 85-349-0490-1

CDD-225.95  
-309.133  
-330.933  
-933

82-1832

---

Índices para catálogo sistemático:

- 1 Novo Testamento: História de fatos contemporâneos 225.95
- 2 Palestina: História antiga 933
- 3 Palestina antiga: Condições econômicas 330.933
- 4 Palestina antiga: Condições sociais 309.133

©PAULUS-1983

Rua Francisco Cruz, 229  
04117-091 São Paulo (Brasil)  
Fax (0-11)570-3627  
Tel. (0-11) 5084-3066  
<http://www.paulus.org.br>  
[dir.editorial@paulus.org.br](mailto:dir.editorial@paulus.org.br)

ISBN 85-349-0490-1

# ÍNDICE

O IMPÉRIO ROMANO.....	08
Situação política.....	08
<i>Resumo cronológico.....</i>	09
Situação geográfica.....	10
<i>O começo de uma nova era.....</i>	10
Situação social.....	11
<i>Agripa e a eleição de Cláudio.....</i>	12
Situação econômica.....	12
<i>O incêndio de Roma no tempo de Nero.....</i>	13
A PALESTINA NO IMPÉRIO ROMANO.....	14
<b>Origem dos interesses romanos na Palestina.....</b>	14
A situação geopolítica.....	14
Os decretos em favor dos judeus.....	15
<i>Decretos em favor dos judeus.....</i>	15
<b>O regime herodiano.....</b>	17
A ascensão política de Herodes.....	17
A política de Herodes .....	18
A sucessão de Herodes.....	19
<b>O regime dos procuradores.....</b>	19
<i>Despesas de transporte.....</i>	21
A ECONOMIA DA PALESTINA NO SÉCULO I.....	22
Panorama geográfico.....	22
A agricultura.....	23
<i>Ano sabático — ano jubilar.....</i>	24
A indústria.....	25
O comércio.....	26
AS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS.....	28
<b>O templo.....</b>	28
O edifício.....	28
O culto.....	29
Os círculos de santidade.....	30
<i>Prosélitos e tementes a Deus.....</i>	30
<b>A sinagoga.....</b>	33
A reunião.....	33
Os edifícios.....	34
<b>As festas.....</b>	35
A festa da Páscoa.....	35
Pentecostes.....	36
Tendas.....	37
Outras festas.....	37
<b>O sábado.....</b>	38
A oração cotidiana.....	38
A SOCIEDADE JUDAICA.....	39

<b>O clero</b> .....	39
No ápice da hierarquia: o sacerdote.....	39
<i>O Sinédrio</i> .....	40
Os sacerdotes.....	40
<i>O clero</i> .....	41
<i>Os levitas</i> .....	41
<b>O povo</b> .....	42
<i>Os anciãos</i> .....	42
<i>A classe média</i> .....	42
<i>O povo</i> .....	43
<i>Os miseráveis</i> .....	44
<i>Os escribas</i> .....	45
<b>A mulher</b> .....	46
<b>O filho e a educação</b> .....	47
<i>O nascimento e seus ritos</i> .....	47
<i>A educação</i> .....	48
<i>O ensino superior</i> .....	48
<b>O matrimônio</b> .....	49
<i>Idade</i> .....	49
<i>O noivado</i> .....	50
<i>O matrimônio</i> .....	50
<i>O divórcio</i> .....	51
<b>OS GRUPOS POLÍTICOS RELIGIOSOS</b> .....	52
<i>Um pouco de história</i> .....	52
<i>Os saduceus</i> .....	53
<i>Os zelotas</i> .....	54
<i>Os fariseus</i> .....	55
<i>Sete espécies de fariseus</i> .....	56
<i>Os essênios</i> .....	57
<i>Os herodianos</i> .....	58
<i>Os movimentos batistas</i> .....	58
Os samaritanos.....	58
<b>A RESISTÊNCIA JUDAICA</b> .....	60
<b>Oposição à civilização Greco-romana</b> .....	60
<b>As insurreições esporádicas</b> .....	61
<b>A revolta de 66-70 d. C.</b> .....	62
Josefo, líder guerreiro.....	63
Suicídio coletivo em Masada.....	64
<b>A revolta de Bar-Kosba</b> .....	65
Um autógrafo.....	66

O Filho de Deus não se fez homem, em geral: fez-se tal homem particular, judeu, galileu, num determinado momento da história do mundo. Como homem, ele foi, portanto, marcado pela geografia e pela história do seu país, por sua cultura; esteve sujeito às leis econômicas; entrou nos conflitos políticos; partilhou das esperanças do seu povo . . .

Neste Caderno, fala-se pouco de Jesus, quase não se estudam textos bíblicos. No entanto este é um estudo importante — e que muitas vezes se exigia de nós: uma apresentação das condições sociais, econômicas, políticas que fizeram de Jesus o homem que ele foi. Sem dúvida, um homem não se explica unicamente por essas diferentes condições e Jesus menos que qualquer outro. Mas é conhecendo-as melhor que se vê surgir com mais clareza a originalidade da sua mensagem e da sua pessoa.

São numerosos os estudos sobre esse assunto e de variado valor. Aqui tratava-se, antes de tudo, de tentar uma síntese abrindo pistas para outros estudos. Dois jovens especialistas aplicaram-se a esse trabalho. Christiane SAULNIER, licenciada em teologia, é professora-assistente de história na Universidade de Paris I (Sorbona). Bernard ROLLAND, exegeta de Nancy, já apresentou o essencial de certos capítulos aos sacerdotes de sua região que trabalham com a classe operária.

Terminamos a preparação deste Caderno às vésperas do Natal. O berço onde foi depositado o Filho de Deus não é apenas a manjedoura de Belém; é primeiramente a civilização judaica que ele fez sua. Ao estudá-la, muitas páginas dos evangelhos vão ganhar para nós um novo sabor. Possa o rosto de Jesus, homem e Deus, aparecer-nos aqui numa luz renovada.

Etienne CHARPENTIER

# O IMPÉRIO ROMANO

A história da Palestina está estreitamente ligada à de Roma a partir do séc. I a.C. Para melhor compreendê-la, é portanto necessário apresentar rapidamente esse pano de fundo constituído pelo Império Romano, descrevendo a situação política, geográfica, social e econômica.

## SITUAÇÃO POLÍTICA

No séc. I. a.C, Roma, senhora da maior parte do mundo mediterrâneo, passa por uma profunda evolução. Desprovida da necessária infra-estrutura administrativa, a velha Cidade-Estado, que é Roma, assume com dificuldade a direção daquele imenso império. Os governadores que ela nomeia nem sempre são aqueles tipos gananciosos denunciados pela imaginação tradicional, mas é certo que as províncias estão muitas vezes sujeitas a uma gestão egoísta, por falta duma verdadeira política de fusão. Essa ruptura entre Roma e seu império territorial reforça o poderio dos chefes militares, de sorte que o Senado não controla senão muito imperfeitamente a política externa, pela qual teoricamente ele é responsável. Ao mesmo tempo, ao nível interno, as instituições tradicionais parecem incapazes de resolver os conflitos entre os homens e as facções. As guerras civis, que irrompem em 49 a.C. e que dilaceram o conjunto do mundo romano durante mais de quinze anos, são o resultado desta violência endêmica.

Essas guerras não são mais que batalhas e intrigas ressurgindo constantemente. Elas opõem primeiro César a Pompeu. Quando este morre, em 48, após sua vitória em Farsala, **César** combate os adeptos do partido "republicano". Seu assassinato em 44 dá início a novos conflitos: o jovem César, chamado comumente **Otávio**, filho adotivo de César, persegue os assassinos do seu pai e luta a seguir contra as ambições de Marco Antônio que é vencido em 31 em Actium. Minúcias destas guerras não nos interessam; o essencial é observar que através das ambições pessoais manifestam-se de fato *diversas concepções do poder*. Dum lado, os "Republicanos" defendem as instituições tradicionais da Cidade-Estado, ao passo que César tenta estabelecer um poder pessoal, inspirado em grande parte no ideal do chefe que vigorou nas monarquias helenísticas. Marco Antônio, embora num grau inferior, terá, ao que parece, concepções semelhantes. Otávio, ao contrário, tirando a lição dos fracassos precedentes, beneficiando-se também do cansaço provocado pelas guerras civis, imagina uma solução mais moderada: conserva aparentemente as instituições republicanas e deixa em seu lugar as antigas magistraturas, mas monopoliza certo número de funções e de títulos que lhe garantem de fato o poder político, militar e religioso.

Além disso, o novo soberano — que assume o título de **Augusto** a partir de 27 a.C. — tem o mérito de haver reorganizado a administração do Império. Para isso, realiza uma divisão das províncias entre ele e o Senado: doravante, só as províncias pacíficas permanecem sob a alçada da velha assembleia e são governadas por procônsules; ao contrário, aquelas onde se aquartelam legiões ficam submetidas à autoridade direta do imperador que para elas nomeia *legados* (legado de Augusto propretor). Certos territórios que apresentam uma situação especial são confiados a um *prefeito* ou um *procurador* (ver adiante, p. 25) que depende do legado da província imperial mais próxima; trata-se muitas vezes de um estatuto temporário que se aplicava a pequenos distritos, como os cantões dos Alpes ou a Judéia. O Egito constitui um caso à parte: é governado por um prefeito de ordem equestre e seu acesso é proibido sem autorização do soberano.



## Resumo cronológico

Antes de Cristo

49 César entra na Itália com seu exército; começo das guerras civis. Ditadura de César.

48 Pompeu é vencido na batalha de Farsala.

44 Assassinato de César.

43 Triunvirato: Marco Antônio, Otávio e Lépido

42 Os "Republicanos" são derrotados em Filipos.

31 Batalha de Actium: derrota de Marco Antônio e Cleópatra.

27 Otávio recebe o título de Augusto. O Senado lhe confirma seu poder tribunicio e lhe reconhece o domínio proconsular sobre as províncias imperiais

12 Augusto toma o título de Pontífice máximo.

2 Augusto é proclamado Pai da Pátria.

Depois de Cristo

14 morte de Augusto

14-37 Tibério

37-41 Calígula

dinastia dos

41-54 Cláudio

Júlio-Cláudios

54-68 Nero

68-69 reinados efêmeros de Galba, Otão, Vitélio.

69-79 Vespasiano

79-81 Tito

dinastia dos

81-96 Domiciano

Flávios

96-98 Nerva

98-117 Trajano

117-138 Adriano

138-161 Antonino, o Pio

dinastia

161-180 Marco Aurélio

Antoninos

180-192 Cômodo

Para garantir a estabilidade do regime, Augusto vai enfrentar dois problemas: o da transmissão dos seus poderes e o da designação do seu eventual sucessor. Com efeito, por direito Augusto não estabeleceu um poder dinástico, suas atribuições não lhe pertencem como próprias e portanto não as pode legar; por outro lado, não tendo filhos, vai adotar sucessivamente diversos membros da sua família, suscetíveis de conseguirem a adesão do Senado e do exército por sua popularidade e suas capacidades e vai entregar-lhes responsabilidades importantes. Os lutos que rodearam sua velhice obrigaram-no a adotar finalmente o filho da sua mulher, Tibério, que foi proclamado imperador quando da sua morte em 14 d.C.

**Tibério** (14-37 d.C.) foi julgado com muita severidade pelos historiadores antigos. Parece que esse imperador, contemporâneo da vida pública do Cristo, foi um personagem duma psicologia muito complexa, particularmente imbuído do esplendor de sua família, a gens Cláudia. Depois dele reina seu sobrinho **Calígula** (37-41 d.C.), jovem extravagante e pouco equilibrado; muito relacionado com Herodes Agripa I, no entanto chega quase a provocar a revolta dos judeus (cf. p.

89). É assassinado em 41 e o exército proclama seu tio **Cláudio** (41-54 d.C); os documentos antigos o apresentam como um fraco de espírito; deve-se notar, todavia, que seu reinado foi antes benéfico e que ele soube fazer progredir a administração imperial. Seu filho adotivo, **Nero** (54-68), sucede-lhe em 54; o reinado deste é marcado pelo incêndio de Roma em 64, pelo martírio de Pedro (em 64?) e de Paulo (em 67?) e pelo começo da grande revolta judaica. Em 68, uma conspiração afasta-o do poder e, após vários meses de anarquia, é **Vespasiano** (69-79), comandante-chefe do exército da Palestina, que é proclamado. Sucedem-lhe seus dois filhos: primeiro **Tito** (79-81), o vencedor de Jerusalém, depois **Domiciano** (81-96). Este último é derrubado por uma conspiração senatorial que leva ao poder **Nerva**; sem filhos, ele adota **Trajano** que designará depois **Adriano**; a dinastia dos Antoninos se perpetua até o final do século com **Antonino, Marco Aurélio e Cômodo**.

## SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

Quando morre Augusto, o império romano quase atingiu sua maior extensão. Compreende, no extremo oeste, as duas províncias de Espanha às quais se soma a Lusitânia (substancialmente, o Portugal atual); os romanos chegaram à península ibérica na época da guerra de Aníbal (218-201 a.C.) e conquistaram-na progressivamente; a pacificação, às vezes bastante difícil, não ficou concluída senão no começo do reinado de Augusto. A seguir, vêm os gauleses e o distrito das Germânicas; os romanos começaram sua conquista no fim do séc. II a.C. e César prosseguiu sua anexação entre 58 e 50. Sob Augusto, e depois durante os primeiros anos do reinado de Tibério, em vão se tentou estender mais ao longe os limites: finalmente a fronteira ficará situada no Reno. Para o lado leste, as províncias de Récia, Nórica, Panônia e Mésia são limitadas pelo curso do Danúbio. Ao sul, a península balcânica foi conquistada entre 167 e 146.

### O começo de uma nova era

*Com o reinado de Augusto, a paz — a pax romana — estende-se sobre o mundo e os poetas vêem neste período o retorno da "idade áurea".*

*Uma inscrição achada em Priene (perto de Mileto, na Ásia Menor) e que data do ano 9 a.C, exprime bem o sentimento da época. Tratava-se de modificar a denominação dos meses e de fazer o calendário começar no dia do aniversário do nascimento de Augusto, deus que se manifestou, prometendo ao mundo uma era de felicidade.*

*(Poder-se-ia comparar este texto com Lc 2,10-11).*

Cada pessoa pode considerar com razão esse acontecimento como a origem da sua vida e da sua existência, como o tempo a partir do qual não se deve lastimar ter nascido ... A providência suscitou e ornou maravilhosamente a vida humana dando-nos Augusto, repleto de virtudes, para fazer dele o benfeitor dos homens, nosso salvador para nós e para os que virão depois de nós, a fim de fazer cessar a guerra e estabelecer por toda a parte a ordem. O dia do nascimento do deus foi para o mundo o começo das boas novas recebidas graças a ele.

Os romanos penetraram na Ásia Menor em 133 a.C, quando Átalo de Pérgamo legou-lhes seu reino que se tornou a província da Ásia; o resto foi conquistado durante as guerras do séc. I a.C. ou por legados no começo do império. A Síria, cuja fronteira é constituída pelo Eufrates a nordeste, depois pelo deserto, foi conquistada em 64 a.C. por Pompeu. Ao sul, o pequeno estado da Palestina, que se tornou vassalo desde 63, serve como barreira de proteção. O Egito, anexado em 30 a.C, é domínio

pessoal do imperador. A oeste, a Cirenaica, organizada como província em 74 a.C, não é mais que uma faixa costeira, associada administrativamente a Creta. A Tripolitânia foi reunida por César ao antigo domínio de Cartago para formar a chamada África Proconsular. Alguns territórios são anexados durante os reinados seguintes: as Mauritânias (Argélia e Marrocos) sob Calígula, a Bretanha (a Inglaterra atual), cuja conquista, começada por Cláudio, será muito difícil pois a pacificação terá prosseguimento ainda sob Adriano; Domiciano assegura a proteção da reentrância entre as fontes do Danúbio e do Reno, constituindo a zona militar dos Campos Decumatos; enfim Trajano anexa a Arábia em 105 d.C. (a Transjordânia) e a Dácia em 107; tenta ainda estender o poderio romano além do Eufrates, mas estas conquistas são abandonadas desde sua morte (cf. p. 93). O reinado de Trajano é aliás a última tentativa de expansão: depois dele, Adriano fixará definitivamente os limites do império romano, completando o sistema defensivo iniciado por seus predecessores.

## SITUAÇÃO SOCIAL

Quando atingiu sua maior extensão, o império romano era portanto um imenso território, protegido por um *exército* relativamente pouco importante: umas trinta legiões, outras tropas auxiliares, ou seja 350 a 400 mil homens.

A **população** é calculada em cerca de cinquenta milhões de habitantes. As cidades mais populosas são Roma (700 mil a um milhão de habitantes), Alexandria (cerca de 700 mil) e Antioquia (300 mil). A unidade que existe ao nível do poder central, da política externa e de certo número de valores culturais não elimina contudo os particularismos. O império não é um bloco monolítico, pois limites territoriais e direito dos povos geralmente não coincidem. Com efeito, os súditos do imperador pertencem a etnias ou cidades diferentes; além disso, os habitantes duma mesma cidade ou duma mesma região podem ser de "direito" diferente: assim, entre os homens livres, distinguem-se os *cidadãos romanos* e as *pessoas de direito peregrino*. Os primeiros gozam de certo número de privilégios judiciários, fiscais e políticos; a noção de peregrino abrange todos os outros, quer dizer os "estrangeiros" em relação à cidade romana, no sentido jurídico do termo; dependem então do direito da sua cidade ou da sua etnia de origem. Em geral, o governo imperial soube deixar uma autonomia bastante ampla às comunidades locais, reservando-se o direito de supervisionar a fiscalização, o direito penal e a política externa.

Os *escravos* são numerosos. No direito, não têm existência alguma; por influência das reflexões filosóficas, porém, os juristas reconhecem que o escravo é um homem.<sup>1</sup> A condição servil não é uniforme: os que trabalham nas minas levam uma vida particularmente difícil e a sorte dos que lutam nos campos nem sempre é invejável. Ao contrário, os escravos "especializados" (cozinheiros, médicos, secretários . . .) têm grande valor comercial, são bem tratados e facilmente conseguem a liberdade. O escravo artesão que trabalha numa oficina pagando uma simples taxa a seu senhor, quase não se distingue, do ponto de vista do nível de vida, do pequeno artesão de condição livre. A legislação do império procurou mitigar a sorte dos escravos, sobretudo controlando o direito de vida e de morte do patrão e privando do direito de propriedade quem abandonasse um escravo idoso ou doente. Em suma, trata-se de grupo importante, cuja definição jurídica não nos deve confundir — pois as situações particulares variam muito — e que não se pode considerar globalmente como verdadeira classe social.

---

1. Sobre a escravidão ver Cadernos Bíblicos n° 26 *São Paulo e seu tempo*.

## Agripa e a eleição de Cláudio

Após o assassinato de Calígula, em 41, Cláudio foi proclamado imperador. Herodes Agripa I encontrava-se então em Roma. Num relato sujeito a caução, Flávio Josefo nos descreve o papel que Agripa exerceu como intermediário entre Cláudio e o Senado.

Nesta época, Agripa estava em Roma e aconteceu que ao mesmo tempo ele foi chamado em consulta pelo Senado e por Cláudio. Percebendo que Cláudio já detinha o poder, Agripa foi ter com ele. Cláudio enviou-o para contactar o Senado a fim de lhe comunicar seu modo de ver. O Senado não aceita as proposições de Cláudio. Agripa volta e lhe expõe essa recusa. Cláudio o manda de novo para dizer aos senadores que ele está pronto para lutar contra eles a fim de não traír os que o escolheram por unanimidade. Enquanto assim se discute, um soldado que no entanto era fiel ao Senado exclama que não lutará contra seus companheiros de armas partidários de Cláudio e que está do lado deste; arrasta consigo os outros soldados. Os nobres ficam tomados de terror; ao cabo de um instante, não vendo nenhum meio de salvação, apressaram-se a tomar o caminho dos soldados, passando para o lado de Cláudio.

Na confusão gerada por esse vaivém, os soldados quase matam os senadores. Agripa vem correndo revelar a Cláudio o perigo da situação. Cláudio acalma os soldados, recebe os senadores e sai logo com eles para ir oferecer a Deus um sacrifício de ação de graças por sua elevação ao trono do Império. Sem mais tardar, concedeu a Agripa todo o reino do seu avô...(Guerra judaica II, 204-218).

## SITUAÇÃO ECONÔMICA

As informações de ordem econômica são muito limitadas no tocante ao período antigo e o império romano não escapa a essa regra. Temos de contentar-nos com apontar algumas características gerais. A economia permanece baseada na *agricultura*, cujos principais produtos são os cereais e os legumes, aos quais se deve somar a vinha e a oliveira nas regiões mediterrâneas; a pecuária é orientada para o corte (ou a conserva, salgando as carnes), mas os animais servem também para os transportes (animais de tração ou de carga), para a agricultura, a guerra e seu couro é curtido. Além dos produtos de primeira necessidade, as bases do *artesanato* são a tecelagem, a metalurgia, a cerâmica bem como os trabalhos de arquitetura. As *permutas locais* não são muito conhecidas, pelo fato de dependerem das iniciativas individuais; ao contrário, *o comércio em grande escala* transparece mais claramente. Os *metais* são explorados sobretudo no Ocidente (o estanho, o chumbo e o zinco na Bretanha; o chumbo argentífero, o cobre, o ferro e o ouro na Espanha; o ferro na Nórica e Panônia; o ouro e o ferro na Dácia); os *mármore*s vêm da Grécia e da Itália; as melhores *cerâmicas* são produzidas na Grécia, na Itália e nas Gálias. A África, a Espanha e a Grécia exportam óleos de diferentes qualidades; o trigo que garante o abastecimento de Roma vem da Sicília, da África e sobretudo do Egito.

A *via marítima* é o meio de locomoção mais rápido e menos dispendioso. Navega-se enquanto o mar está "aberto", a saber de 5 de março a 11 de novembro; os ventos são então regulares e os riscos de tempestades, mínimos. Na época de Cícero, gasta-se mais ou menos cinco a seis semanas para ir da Cilícia (na Ásia Menor) à Itália, mas é sabido que uma travessia recorde podia ser realizada entre Pozzuoli e Alexandria em nove dias. Após o dia 11 de novembro, os contratos comerciais não cobriam mais os riscos da navegação e, em casos de necessidade, o Estado devia assumi-los. Contudo, não se deve tomar esse limite de maneira rígida demais: as variações climáticas do ano ou os ventos locais podiam modificá-la. Assim Flávio Josefo nos mostra Tito embarcando em pleno inverno para ir felicitar o novo imperador Galba e retornando a Corinto, ao

saber do seu assassinato. Por outro lado, Paulo conduzido prisioneiro a Roma deixa a Palestina em setembro e enfrenta ventos contrários desde as costas da Ásia Menor; mais adiante, a tempestade faz seu barco ficar à deriva durante quarenta dias até acabar chegando a Malta (At 27).

O Estado também construiu um excelente *sistema rodoviário* que nem sempre é calçado, ao contrário do que se pensa, e cujos fins são essencialmente estratégicos. Essas estradas são utilizadas também pelo correio imperial (*cursus publicus* que, a regulares distâncias, tem como pontos de apoio os locais de troca (*mutationes*) e as estalagens (*mansiones*). Essa organização, reservada ao Estado e aos particulares que receberam sua autorização, funcionou notavelmente bem até meados do séc. IV da nossa era.

A Gália, que é conhecida por seus rios navegáveis, vê desenvolverem-se associações de barqueiros; estas existem igualmente nos lagos, sobretudo no Léman.

O Oriente beneficia-se das *mercadorias preciosas* trazidas pelas caravanas. Há uma estrada que vem da China atravessando a Mongólia, a Ásia central, o Irã; passa o Eufrates em Dura-Europos e atinge Palmira e depois Antioquia. Pode-se igualmente subir o mar Vermelho até o golfo de Áqaba, onde as caravanas dos árabes nabateus se encarregam das mercadorias utilizando a pista que passa por Petra, Borsa e Damasco. Esse comércio trabalha com produtos leves, mas de valor (seda, pérolas, pedras preciosas, incenso) e geralmente deficitários para o império romano.

### **O incêndio de Roma no tempo de Nero**

Em 64, um gigantesco incêndio destruiu 3/4 da cidade de Roma. A voz do povo viu nisso a obra do próprio. Nero que queria reconstruir a cidade.

"Para silenciar esses rumores, Nero inventou culpados e infligiu tormentos cruéis cujas abominações os tornavam detestáveis e que o povo chamava de cristãos. Esse nome lhes vem de Cristo que, durante o reinado de Tibério, o procurador Pôncio Pilatos entregara ao suplício. Reprimida por um momento, essa detestável superstição manifestava-se de novo, não apenas na Judéia onde o mal se originara, mas também em Roma, onde o que há de mais horrível e vergonhoso no mundo aflui e encontra numerosa clientela. Começou-se portanto prendendo os que confessavam sua fé, depois mediante suas revelações prendeu-se uma multidão de outros que foram convictos menos do crime de incêndio do que de ódio contra o gênero humano. Não se julgou suficiente fazê-los perecer: para divertir o povo, foram revestidos de peles de animais selvagens para serem dilacerados pelos dentes dos cães; ou então eram presos a cruces, untados com matérias inflamáveis e, quando o dia findava, alumiam as trevas como tochas. Nero abriu seus jardins para esse espetáculo e promovia jogos no circo onde, ora em vestes de cocheiro se misturava ao populacho, ora tomava parte na corrida em pé no seu carro. Assim, embora aquele grupo fosse culpado e digno dos maiores rigores, o povo sentia compaixão, pois, como se dizia, não era em vista do interesse público, mas para a crueldade de um só que o grupo estava sendo exterminado".

(Tácito, Anais XV, 44)



# A PALESTINA NO IMPÉRIO ROMANO

A Palestina, na época de Cristo, faz parte do império romano. Vamos ver como os romanos conseguiram se implantar lá, por que meios Herodes chegou a tornar-se rei e qual era a situação política no momento em que pregava Jesus.

## Origem dos interesses romanos na Palestina

### A SITUAÇÃO GEOPOLÍTICA

Os primeiros contatos entre Roma e os judeus ocorrem não antes da metade do séc. II a.C. São conseqüência dum jogo político complexo no qual a República romana se imiscuiu progressivamente (a partir de 200 a.C. mais ou menos).

Nesta época, o Mediterrâneo oriental está dividido entre as diferentes monarquias originadas da conquista de Alexandre: os **Lágidas** reinam no Egito; os **Selêucidas** dominam um império que se estende teoricamente da Ásia Menor até o Indo, mas que, com o passar do tempo se encolhe como um couro curtido: é amputado a oeste pelas usurpações, a leste pela independência de fato dos soberanos e pela expansão dos partas. A Macedônia é dirigida pelos **Antigônidas** que, com desigual sucesso, tentam dominar as cidades da Grécia e as ilhas do Egeu. O pequeno reino de Pérgamo, no extremo oeste da Ásia Menor, é governado pelos **Atálidas**.

Todos esses reinos formam um mundo dinâmico que espalha por todo o Oriente os valores culturais gregos, dando assim origem à chamada *civilização helenística*. Se a unidade artística e lingüística é real, embora muitas vezes superficial, esse universo permanece, por outro lado, um conjunto politicamente instável, dilacerado pelas guerras e as disputas dinásticas, onde a imagem do soberano é inseparável da do chefe guerreiro, com tudo o que isto supõe de coragem física, de aptidão para comandar e, portanto, de gosto pela guerra. Estes reis tiveram o cuidado de aperfeiçoar seu exército, a tal ponto que se pôde falar duma verdadeira corrida armamentista: a infantaria pesada (a falange) é apoiada por uma cavalaria pesada (os catafratários) e por uma cavalaria ligeira, e há também os elefantes. Assim os Antigônidas possuíam uma coudelaria com 300 reprodutores e 30.000 éguas e os Selêucidas tinham uma criação de 500 elefantes.

Nesse contexto agitado, a Palestina tem um lugar privilegiado. Constituindo uma parte daquela que então se chamava a *Celessíria* (quer dizer a *Síria profunda* em oposição aos planaltos do norte e às cadeias do Líbano e do Antilíbano), é objeto de permanentes cobiças e motivo de conflitos que opõem Lágidas e Selêucidas. Outrora parte integrante da 5ª satrapia persa (a Transeufratena), caiu em poder dos Lágidas após a conquista de Alexandre. Os judeus parece que se acomodaram bem com esta hegemonia afinal pouco importuna. Mas em 200 (ou 198) a.C. Ptolomeu V é vencido por Antíoco III na batalha de Panion: a Palestina passa então para o domínio soberano selêucida. O novo senhor dos judeus usa de diplomacia para com eles; Antíoco III aliás tem outras preocupações: está em guerra com Roma. Derrotado em 189, deve, conforme os termos do tratado de Apaméia, pagar uma indenização muito pesada que vai sobrecarregar por muito

tempo as finanças do reino. Seu sucessor, Antíoco IV Epífanes, desejoso de lutar contra as forças centrífugas que minam seu império e de reatar os laços com as tradições dos fundadores da dinastia, inicia uma política de helenização autoritária, à qual a Palestina não escapa. Esta tentativa age como um revelador, cindindo os judeus em duas tendências: os filo-helenos (ou pró-gregos) e os ortodoxos; daí nasce a revolta dos Macabeus.

Por esta época, Roma acaba de conquistar a Macedônia (167) e põe em ação uma diplomacia que consiste em sustentar os estados mais fracos (por seu tamanho, como Rodes ou Pérgamo, ou pela mediocridade dos seus soberanos, como o Egito) contra as tentativas imperialistas dos Selêucidas. Com esse objetivo, ela impede Antíoco IV de prosseguir seus avanços no Egito. Por volta de 160, Roma teria até mesmo recebido favoravelmente uma delegação judaica enviada por Judas Macabeu (1 Mc 8). A autenticidade do relato tem sido contestada; no entanto, se os senadores receberam tal delegação, eles não chegaram a prometer-lhe qualquer ajuda material, mas contentaram-se com vagas palavras, próprias para entreter as cizânias que os favoreciam.

Roma não recomeça a intervenção direta no Oriente senão no séc. I a.C. Serviu de pretexto a política expansionista de Mitrídates Eupator, rei do Ponto (na costa norte da Ásia Menor) que se arvora em campeão da liberdade das cidades gregas contra a expansão romana. A primeira e segunda guerras contra Mitrídates terminam com tratados de paz. Em 66, Pompeu é investido dum comando extraordinário para combater esse soberano e seu aliado Tigrano da Armênia. Entretanto, não contente de seguir as diretrizes do Senado, Pompeu aproveita-se do estado de composição em que caíra o que restava do reino selêucida (Antíoco XIII, o último soberano, acabava de ser assassinado) para anexar seu território e criar assim a província da Síria.

As dissensões surgidas entre os príncipes da dinastia asmonéia (os descendentes dos Macabeus) fornecem-lhe um pretexto para intervir na Palestina. Em 64, enquanto ele submete a Síria, Hircano II e seu irmão Aristóbulo II, filhos de Alexandre Janeu, disputam entre si o poder. Pompeu envia um dos seus legados para colher informações no local e, na primavera de 63, recebe três delegações: uma de Aristóbulo, outra de Hircano e a terceira do povo judeu. Avança então sobre Jerusalém, que Aristóbulo prometera entregar-lhe; um partido de resistência se entrincheira no Templo. Após três meses de assédio, Pompeu se apodera da cidade: os responsáveis são decapitados; um tributo é imposto a Jerusalém e a seus arredores; a faixa costeira e certas cidades são colocadas sob a autoridade do governador da Síria. Hircano não conserva senão Jerusalém e a Judéia; Aristóbulo e os seus dois filhos, Alexandre e Antígono, são levados cativos para Roma.

A estratégia é simples: para proteger suas possessões da Ásia Menor e da Síria contra os partas, Roma submete à vassalagem mais ou menos diretamente as regiões periféricas, a saber a Armênia, o reino judeu e os pequenos principados árabes, como a Ituréia. Esse projeto explica igualmente que Roma tenha dado decretos em favor dos judeus; para garantir a fidelidade de seus novos súditos teve que aceitar reconhecer seus particularismos.

## **OS DECRETOS EM FAVOR DOS JUDEUS**

Nas suas *Antiguidades judaicas*, o historiador judeu Flávio Josefo interrompe de repente sua narrativa para nos oferecer o texto das disposições tomadas no mundo antigo em favor dos judeus. Trata-se de uns vinte decretos ou parágrafos de decretos promulgados no decurso das guerras civis e mais tarde por Augusto ou seus lugares-tenentes.

De acordo com os costumes legislativos do tempo, tais decretos são circunstanciais e refletem os problemas que se apresentaram, em determinado momento, nesta ou naquela cidade. Esse aspecto particular, porém, não nos deve enganar: esses decretos constituíram as bases do estatuto especial de que se beneficiaram os judeus a partir da sua integração no mundo romano.

De início, César recompensa Hircano II pela ajuda que lhe prestou, reconhecendo-o como etnarca e sumo sacerdote dos judeus a título hereditário. Essa decisão constitucional é seguida duma disposição particular: os judeus não serão obrigados a alojar tropas romanas durante o inverno e não estarão sujeitos a taxas por essa isenção. Quase ao mesmo tempo, César dá disposições de ordem fiscal que regulam a coleta de imposto na Palestina; é uma determinação que ratifica o dom feito a Hircano do norte do país; além disso, legisla sobre a cessação da coleta das taxas durante o ano sabático e sobre sua diminuição no ano seguinte (cf. p. 31).

### **Decretos em favor dos judeus**

Durante a pritania de Artemon, no primeiro dia do mês de Leneon, Dolabela, Imperador,<sup>1</sup> aos magistrados, ao conselho e ao povo de Éfeso, saudação.

Alexandre, filho de Teodósio, embaixador de Hircano, filho de Alexandre, sumo sacerdote e etnarca dos judeus, explicou-me que seus correligionários não podem prestar serviço militar porque não podem carregar armas nem caminhar em dia de sábado e não podem conseguir os alimentos tradicionais que costumam usar. Portanto, eu, como meus predecessores, concedo-lhes isenção do serviço militar e lhes permito seguir os costumes dos seus pais e se reunir para os ritos santos e sagrados segundo as suas leis e fazer suas oferendas para os sacrifícios. . . (Flávio Josefo, Antiguidades judaicas, XIV, 225-227).

César Augusto, pontífice máximo, revestido do poder tribunício, decreta . . . foi decidido por mim e meu conselho, sob juramento, com a aprovação do povo romano, que os judeus poderão seguir seus próprios costumes segundo a lei dos seus pais, como o faziam na época de Hircano, sumo sacerdote do Deus altíssimo, e que suas oferendas sagradas serão invioláveis e poderão ser enviadas a Jerusalém e entregues aos tesoureiros de Jerusalém . . . Se alguém é surpreendido roubando seus livros sagrados ou suas oferendas sagradas numa sinagoga . . . será considerado como sacrílego e a sua propriedade será confiscada em proveito do povo romano. (Flávio Josefo, Antiguidades judaicas, XVI, 162-165).

1 P. Cornélio Dolabela, procônsul da Síria em 43. Esse texto pode ser datado de 24 de janeiro de 43.

Aparecem a seguir novas disposições que se explicam no contexto das guerras civis: os judeus serão isentos do serviço militar por causa de seus escrúpulos religiosos, já que esse serviço tornava impossível a observância do sábado e dos interditos alimentares. Parece que isso diz respeito aos judeus cidadãos romanos e portanto suscetíveis de serem alistados nas legiões; tal problema não se punha evidentemente no caso de um corpo de auxiliares composto unicamente de judeus.

É interessante notar que a maioria dos decretos imperiais referidos por Flávio Josefo são dirigidos a cidades da Ásia Menor: após a morte de César, os republicanos espoliaram de todas as maneiras possíveis essas cidades e os judeus tinham de se queixar das exações que os afligiam como aos gregos. Isto explica que os decretos favoráveis tenham sido dados por magistrados partidários dos Triúnviros (magistratura de exceção, de caráter constituinte, confiada em 43 pelo Senado a Otávio, Marco Antônio e Lépido) e correspondam à restauração tentada por esses últimos após a derrota dos republicanos em Filipos em 42 a.C.

No início do império, um novo problema se coloca a propósito do pagamento da Didracma. Com efeito, os judeus da Diáspora (quer dizer os que moravam fora da Palestina) pagavam um imposto anual de duas dracmas — a didracma — para a reconstrução e a manutenção do Templo; ora, parece que certas comunidades da Ásia Menor e a de Cirene foram impedidas de encaminhar

para Jerusalém as somas recolhidas. Os textos transmitidos por Flávio Josefo mostram que o imperador ou seus lugares-tenentes confirmam aos judeus esse privilégio fiscal. Parece também que algumas cidades da Ásia Menor adotaram por esta época uma regulamentação autorizando os judeus a observarem o sábado, a construírem sinagogas onde desejassem e impondo aos mercados que colocassem à venda produtos alimentares, "kasher".

Essa legislação poderia parecer anedótica se não fosse rica de conseqüências: a aceitação dos particularismos conformes com as tradições e com as leis ancestrais dos judeus significava o reconhecimento de fato de um direito peregrino especial e fundava o estatuto de *religio licita* que é o do judaísmo; os cristãos dele se beneficiarão enquanto não se separarem dos judeus: depois disso serão considerados como adeptos duma *superstitio*. Além disso, ela ratifica um outro paradoxo. Para vincular a si a Palestina propriamente dita, os romanos foram obrigados a reconhecer a autoridade do sumo sacerdote sobre os judeus da Diáspora. Pode-se, pois, encontrar no império judeus que, embora sujeitos ao direito romano, dependem ao mesmo tempo da jurisdição do sumo sacerdote ou do Sinédrio. Isso explica certos aspectos do processo de Paulo que é passível de um julgamento pelo Sinédrio, porque considerado judeu, mas que, ao mesmo tempo, argumenta da sua qualidade de cidadão romano para apelar ao tribunal do imperador (At 22,25). A última conseqüência é o reconhecimento de um privilégio fiscal surpreendente: o sumo sacerdote tem a faculdade de cobrar a didracma em todas as comunidades judaicas do mundo romano e de fazê-las conduzir livremente para Jerusalém.

## O regime herodiano

As guerras civis, sobretudo entre César e Pompeu, vão acarretar novas mudanças na Palestina, favorecendo o desaparecimento da monarquia asmonéia (descendentes dos Macabeus) e a ascensão política de Herodes.

### A ASCENSÃO POLÍTICA DE HERODES

Em 49 a.C, César pensava em servir-se de um dos descendentes dos Macabeus, Aristóbulo II, confiando-lhe duas legiões para combater os partidários de Pompeu (os pompeianos) no Oriente. Mas esse projeto fica frustrado, pois Aristóbulo é envenenado e Alexandre, seu filho, decapitado pelos pompeianos em Antioquia. Após a vitória de César em Farsala em 48, Hircano II e seu ministro Antípater se apressam a entrar para o partido do novo senhor de Roma. Para provar sua fidelidade, Antípater oferece três mil homens a César, então em dificuldade em Alexandria e Hircano insiste com os judeus do Egito para se unirem ao ditador. Em 47, os decretos em favor de Hircano vêm testemunhar o reconhecimento de César.

Mas Hircano, embora sumo sacerdote e etnarca dos judeus, não têm senão uma autoridade teórica, pois Antípater, que César nomeou *epitropos* (*procurador*) governa de fato; ele lança, aliás, as bases da sua sucessão nomeando seus dois filhos, Fasael e Herodes, o primeiro estratega de Jerusalém, o outro, estratega da Galiléia. Em 43 Antípater procura entrar para o círculo dos amigos de Cássio, um dos assassinos de César, então procônsul da Síria; este último, obrigado a sustentar um exército importante, ordena na Palestina a cobrança de um imposto de 700 talentos. Herodes é nomeado estratega da Celessíria, mas seu pai é envenenado por esta ocasião.

Após a derrota dos Republicanos em Filipos em 42, Marco Antônio vem à Ásia Menor para tentar normalizar a situação do Oriente; recebe sucessivamente uma delegação dos judeus, depois uma de Hircano e enfim Herodes que vem pessoalmente. Fasael e Herodes são nomeados tetrarcas do território judeu.

Em 40, Antígono, filho de Aristóbulo, tenta retomar o poder, buscando o auxílio dos partas.

Fasael e Hircano são presos, ao passo que Herodes consegue refugiar-se junto aos nabateus. Ao saber disto — nos diz Flávio Josefo — Fasael, certo de que seria vingado pelo irmão, não hesita em suicidar-se para escapar às sevícias dos partas. Antígono manda cortar as orelhas de Hircano para torná-lo inapto para o sacerdócio. Contudo, a vitória do príncipe asmoneu devia ser de curta duração: é que, sem temer as tempestades do outono, Herodes embarcara para defender sua causa em Roma diante de Antônio e de Otávio, com sucesso, aliás, pois os Triúnviros lhe reconhecem o título de rei. Voltando em 39, organiza um exército e se lança à conquista do seu reino. Em 38 toda a Palestina, exceto Jerusalém, está nas suas mãos. Com o auxílio dos romanos toma a cidade em 37. Antígono, que se comporta com pouca honradez, é decapitado pelos romanos.

Herodes, porém, ainda não conquistou sua tranquilidade, pois em 37, Marco Antônio, voltando ao Oriente, dá a Cleópatra, rainha do Egito, a costa siropalestina, a *Celessíria*, a Cilícia e Chipre (o que corresponde ao território pertencente aos Lágidas na época da grande expansão do Egito). Herodes é então obrigado a colaborar com a política de Antônio e de Cleópatra, fornecendo-lhes dinheiro e víveres. No ano seguinte, a rainha do Egito recebe além do mais o produto dos balsameiros de Jericó e uma parte do território nabateu.

No momento da derrota de Antônio em Actium, em 31, Herodes não hesita em ir ao encontro de Otávio para lhe exprimir sua submissão, dum modo muito hábil, se dermos crédito a Flávio Josefo: dá a entender que foi fiel a Antônio até o último momento e agora que o Triúnviro perdeu seus poderes, ele, Herodes, não hesita em passar para o lado do vencedor, não para mudar de partido, mas para respeitar o ideal de suas ligações com Roma.

## A POLÍTICA DE HERODES

Príncipe de tipo helenístico, mas de origem árabe, sem parentesco com a família dos Asmoneus, Herodes jamais conseguiu conquistar a simpatia dos judeus piedosos. Era filho dum idumeu, Antípater, e duma nabatéia; ora, os idumeus (no sul da JUDÉIA) vencidos em 126 por João Hircano, tinham sido obrigados a se judaizar e portanto não eram considerados como fiéis de boa cepa; é por isso que Herodes não exercerá o ofício de sumo sacerdote, e o confiará a homens sem valor. Por outro lado, para legitimar seu poder, procura ligar-se aos Asmoneus desposando em 37 Mariana, neta de Aristóbulo II pelo lado do pai e de Hircano II pelo da mãe. Este cálculo político, aliás, não o impediu de amar apaixonadamente sua esposa, que ele mandará executar por ciúme em 29. Além disso, seu amor pela civilização grega se percebe no gosto que tem pelas grandes obras, pelos jogos e pelos espetáculos. Extraordinária figura de aventureiro, deve seu êxito ao seu senso do possível: sabendo que não era bastante poderoso para sacudir o jugo romano e, ao mesmo tempo, que não era bastante popular para dispensar seu apoio, sempre quis, prioritariamente, agradar a Roma. Isto é suficiente para tornar compreensível todo o seu governo.

Antes de tudo, é um soberano construtor: faz numerosas construções em honra de Augusto; assim reedifica Samaria, à qual deu o nome de Sebaste (equivalente grego de Augusto); funda uma nova cidade, na costa, no local denominado "a Torre de Estraton" e dá a este porto o nome de Cesaréia (a nossa Cesaréia marítima); funda também Antipátrida, em homenagem a seu pai e edifica uma cidade de tipo helenístico perto de Jericó, a qual denominou Fasaelis em recordação do seu irmão. Restaura diversas fortalezas, nas quais constrói palácios para si: Herodium, Maqueronte, Masada. Um hipódromo é inaugurado perto de Jerusalém.

Ele não hesita tampouco em instituir jogos quadrienais em honra de Augusto, em Cesaréia e até mesmo em Jerusalém. Rodeia-se de eruditos formados nas letras gregas, como por exemplo, Nicolau de Damasco (cuja história infelizmente perdida teria permitido confrontar e criticar as afirmações de Josefo).



Para satisfazer aos judeus, incrementa a reconstrução do Templo e o faz embelezar; por esta ocasião, teve de mandar ensinar o ofício de pedreiro a mil levitas, para evitar que simples operários profanassem os locais reservados aos sacerdotes.

No tocante aos fariseus, sua política é geralmente dura. Aliás, ele trata mal também aos Saduceus, por causa da ligação deles com os Asmoneus. Em 25 uma primeira conspiração de fariseus é cruelmente reprimida. E, embora nem sempre se deva tomar Josefo ao pé da letra, parece que, com o passar dos anos, seu poder se tornou cada vez mais despótico.

Do ponto de vista econômico, seu reinado foi até benéfico. A criação de Cesaréia garante a possibilidade de comércio externo pelo Mediterrâneo. O restabelecimento da calma interior, a repressão do banditismo garantem a segurança do mercado interno. No momento da fome de 25, ele manda fundir sua baixela de prata para custear as compras de gêneros alimentícios; em 20 reduz de um terço os impostos e de um quarto em 14 a.C.

Em geral, gozou da confiança de Augusto e jamais deixou passar uma oportunidade de lhe agradar e lhe testemunhar sua solicitude e sua fidelidade.

O fim da sua vida foi obscurecido pelas disputas dinásticas. A oposição vem dos dois filhos nascidos da sua união com Mariana: Alexandre e Aristóbulo. Esse conflito quase lhe faz perder a confiança de Augusto. No entanto, tendo o imperador ordenado a constituição, em Beirute, de um tribunal composto de romanos e de judeus, os dois jovens foram condenados e executados, junto com 300 cúmplices, no ano 7 a.C. Depois foi Antípater, filho de Mariana II, que, nomeado herdeiro do pai, trama contra ele. Antípater é enviado preso para Roma. Doente e próximo do fim, Herodes ainda manda para a fogueira dois fariseus que haviam conspirado contra ele. Morre em Jericó em 4 a.C, não sem ter tido tempo de mandar matar, com a permissão imperial, seu filho Antípater. Flávio Josefo acrescenta que ele havia ordenado a execução de nobres judeus, encerrados no hipódromo, dizendo que assim haveria choro no momento da sua morte . . .

## **A SUCESSÃO DE HERODES**

Pouco antes da morte, Herodes determinara como seria sua sucessão: Arquelau, filho de Maltace, uma samaritana, herdaria o título de rei; Herodes Antipas se tornaria tetrarca da Galiléia e da Peréia; Herodes Filipe, filho de Cleópatra, seria o tetrarca da Gaulanítide, da Traconítide, da Batanéia e de Pânias.

Desde o início do seu reinado, Arquelau teve que reprimir uma revolta fomentada pelos fariseus; ao mesmo tempo, seu título lhe era contestado por Herodes Antipas, que antes havia sido designado por Herodes para lhe suceder. Diversas delegações chegam a Roma para apresentar suas reivindicações; mas, após refletir, Augusto confirma quase exatamente os termos do testamento de Herodes: Arquelau conservava a Judéia, a Iduméia e a Samaria, mas deveria contentar-se com o título de etnarca; Antipas era tetrarca da Batanéia, da Auranítide e da Traconítide. No entanto, esta disposição não foi duradoura. Arquelau causou escândalo ao desposar uma princesa da Capadócia, casada anteriormente com Alexandre (filho de Mariana I) e com Juba da Mauritânia. Além disso, considerado cruel e brutal, foi acusado perante Augusto por uma delegação de judeus e de Samaritanos. No ano 6 d.C, o imperador depôs Arquelau e o exilou para a Gália; daí em diante, a etnarquia da Judéia, Iduméia, Samaria, será confiada a um procurador.

## **O regime dos procuradores**

*No ano décimo quinto do império de Tibério César, quando Pôncio Pilatos era governador*

da Judéia, Herodes, tetrarca da Galiléia, seu irmão Filipe, tetrarca da Ituréia e da Traconítide, Lisânias, tetrarca de Abilene, sendo sumo sacerdote Anás, e Caifás, a palavra de Deus foi dirigida a João ... É assim que Lucas introduz a pregação de João Batista (Lc 3,1-2). Aí ele nos fornece uma data precisa, à maneira do seu tempo. Começa pelo ano do reinado do imperador (o *décimo quinto ano de Tibério*, quer dizer, para nós, o ano 27/28 d.C.): é uma indicação precisa, válida para todo o império; os nomes do sumo sacerdote e do seu sogro dão uma informação para Jerusalém e para o mundo judaico; os nomes dos governadores e dos tetrarcas indicam a mesma época, mas no quadro da Palestina.

Portanto Augusto, após a deposição de Arquelau, não modificou a geografia política da Palestina. Nisto, conforma-se com a tradição romana que procura sempre utilizar ao máximo as estruturas em vigor. Confiou a parte central do país, com a capital, a um funcionário imperial, ao passo que as regiões periféricas (Galiléia e Transjordânia) ficavam nas mãos dos príncipes herodianos ou de soberanos locais, como este Lisânias. Este regime permanecerá quase sem alteração até a grande revolta de 66 d.C.

O **procurador** é um funcionário, que depende diretamente do imperador, é recrutado entre os membros da ordem equestre e portanto remunerado. Esse título de procurador designa, aliás, funcionários que têm atribuições variadas. Pode tratar-se de gerentes dos bens patrimoniais do imperador e dos membros de sua família, de chefes da chancelaria ou dos arquivos. Na época de Augusto, esse tipo de carreira está ainda no estado embrionário; vai desenvolvendo-se progressivamente à medida das necessidades do poder central e atingirá sua organização completa na época de Adriano. Parece que no tempo das dinastias dos Júlio-Cláudios, esses funcionários encarregados de administrar um pequeno território eram chamados *prefeitos* (sendo *eparchos* o equivalente grego, ao passo que o de *procurador* é *epitropos*; notemos, a este respeito, que as fontes literárias, bíblicas e extrabíblicas, são um tanto descuidadas na utilização desses termos).

O procurador (vamos chamá-lo assim daqui em diante para simplificar) depende do governador da província da Síria, que dispõe de três legiões (nesta época, a III Gallica, a VI Ferrata e a X Fretensis), aquarteladas no nordeste do país, atrás do Eufrates; essas legiões são reforçadas por tropas auxiliares, de sorte que o total dos efetivos atinge cerca de 36 mil homens. Uma frota está ancorada em Selêucia de Piéria, porto de Antioquia. O procurador só dispõe de tropas auxiliares, que de certa forma são forças policiais. Pode sempre pedir ajuda ao legado da Síria e este último tem a faculdade de intervir quando julgar oportuno.

O procurador, como todo governador provincial é um representante direto do imperador e reúne portanto em suas mãos os poderes civis, militares e judiciários. A esse respeito, muito se tem discutido para saber se só o procurador tinha o direito de condenar à morte, ou se os judeus também tinham essa possibilidade: vê-se, com efeito, que os judeus pedem a Pilatos a condenação de Jesus, argumentando sobre a interdição que lhes é feita de pronunciar sentença de morte; mas em 36 apedrejam Estevão sem recorrer à autorização do ocupante. Há dois modos de explicar esses testemunhos aparentemente contraditórios: ou em 36 os poderes do procurador tinham sido momentaneamente reduzidos, ou — o que é mais verossímil — trata-se aí de um acerto de contas sem verdadeiro processo, ao qual as autoridades romanas não quiseram ou não puderam se opor.

Habitualmente, o governador reside em Cesaréia marítima, mas, no momento das grandes festas, vem para Jerusalém, pois estas concentrações imensas de fiéis são facilmente ocasião de movimentos que podiam degenerar em motins. Mora então seja na fortaleza Antônia (no ângulo norte do Templo), seja no antigo palácio dos Asmoneus.

Do ponto de vista do *fisco*, Roma exige diversas espécies de impostos dos territórios que dependem da sua administração direta: o *tributum soli*, que obriga todas as propriedades provinciais (salvo se elas se beneficiam de *ius italicum* que as equipara às propriedades italianas) e o *tributum capitis*, que é cobrado sobre todas as rendas mobiliárias. Além disso, um imposto direto pesa sobre

os indivíduos: o *tributo*, se se trata de peregrinos ("É permitido pagar o tributo a César?" Mt 22,1 7) e o *vigésimo sobre as heranças*, se se trata de cidadãos romanos. Os impostos indiretos são pouco conhecidos em detalhes; sabe-se que existiam *taxas* sobre as vendas, sobre as alforrias e igualmente *direitos de alfândegas*, os *portoria* (o mais bem atestado desses direitos de alfândega é o que se cobrava nas fronteiras das Gálias e era chamado o "quadrágésimo das Gálias").

### Despesas de transporte

"Ao longo da estrada inteira, os transportadores de incenso não cessam de pagar, aqui pela água, ali pela forragem ou pela hospedagem durante as paradas e pelas diversas taxas. Assim é que as despesas se elevam a 688 denários por camelo, até que se atinja a costa mediterrânea" (Plínio, Hist. Nat. XII, 32,6).

O incenso de primeira qualidade valia então 6 denários a libra de 327 g, ou seja mais ou menos 18 denários o quilo. Um camelo conseguindo levar cerca de 300 quilos, 688 denários representam 13% de despesas de transporte.

Nas províncias imperiais, é o imperador que se beneficia com o recebimento dos impostos e faz supervisionar pelos procuradores as operações. Com o correr do tempo, o imperador acabou controlando diretamente todo o fisco. Na época que nos interessa, parte dos impostos diretos é ainda recolhida por intermédio de *publicanos*: trata-se de financistas que se agrupam em associação, para assumir a cobrança de taxas ou a distribuição de trabalhos. Esses financistas, geralmente oriundos da ordem equestre, têm coletorias que contratam empregados no local. Lucas nos conta assim a vocação de Levi-Mateus: *Jesus saiu, viu um publicano chamado Levi, sentado na coletoria de impostos* (Lc 5,27). Compreende-se o escândalo que causa Jesus, ao chamar tal homem para o seguir: não apenas tratava-se de um empregado da alfândega, mas ainda um judeu que consentia em trabalhar com os romanos, que estava portanto constantemente em contato com pagãos e por conseguinte em perpétuo estado de impureza. Isto explica por que os publicanos estão associados aos pecadores nas acusações dos fariseus, referidas pelos evangelhos.

O resto da Palestina está, até 66, sob a autoridade de príncipes herodianos; seu poder é, aliás estreitamente sujeito ao beneplácito da autoridade romana e sofre, às vezes, eclipses como vamos ver. Primeiramente, com efeito, Herodes Filipe II governa, até morrer em 34, a tetrarquia da Transjordânia (exceto a Peréia); ao mesmo tempo, Herodes Antipas comanda a Galiléia e a Peréia, mas, vítima das intrigas de Agripa I, é exilado em 39 para Lião por Calígula. Será Herodes Agripa I, filho de Aristóbulo, quem vai herdar as possessões de seus tios: beneficia-se em primeiro lugar da tetrarquia de Filipe II à qual se soma a Abilene quando desaparece Lisânias (do qual quase nada se sabe); em 39 Calígula lhe confia a Galiléia e a Peréia e mais tarde, em 41, a etnarquia da Judéia-Samaria com o título de rei. Até sua morte em 44, Herodes Agripa reúne, pois, o antigo reino de seu avô Herodes. Após sua morte, é mais verossímil que Roma tenha assumido a administração direta da maior parte da Palestina. Contudo, por volta do ano 50 Herodes Agripa II, que até então vivera em Roma, recebe o principado de Cálcis; desde 49 ele é igualmente governador do Templo, com o direito de supervisionar a nomeação dos sumos sacerdotes. Cerca de 53, em troca de Cálcis, recebe a Abilene e a antiga tetrarquia da Transjordânia. Nero lhe dará ainda algumas partes importantes da Galiléia e da Peréia e certas cidades. Após a grande revolta de 66-70, esses principados desaparecem com a mesma facilidade com que se extinguiu a família Herodiana.

# A ECONOMIA DA PALESTINA NO SÉCULO I

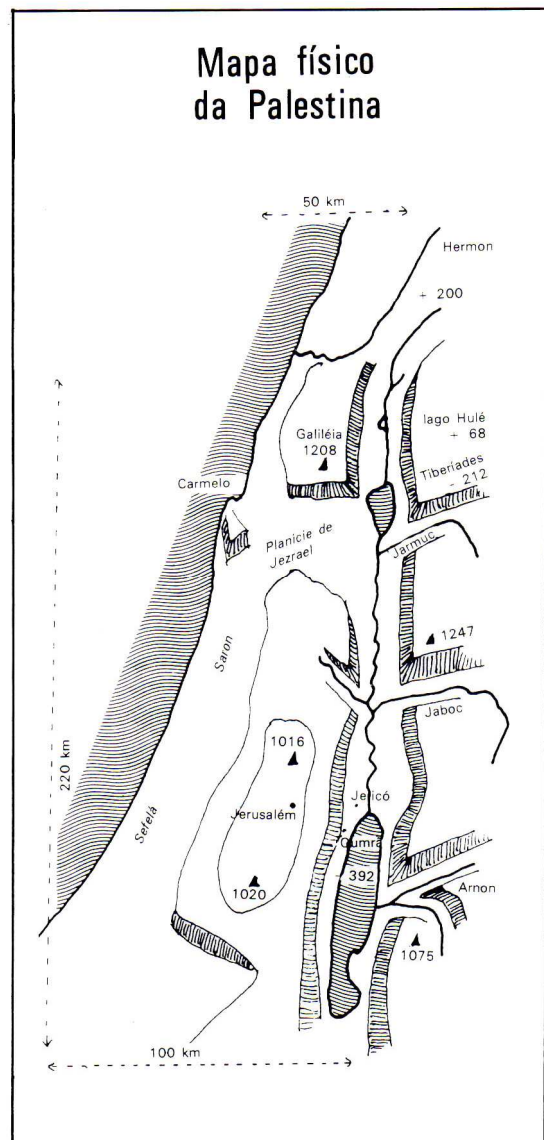
A terra pertence a Deus: esse é um dogma essencial da fé de Israel. Deus lhe deu o país de Canaã — que se chama *Palestina* ou *País dos filisteus* desde a época helenística. Israel vai, pois, valorizar esta terra e nós vamos estudar a economia da Palestina no séc. I da nossa era neste capítulo; mas diversas festas e a instituição religiosa lhe recordarão que é Deus quem permanece seu dono.

## PANORAMA GEOGRÁFICO

A economia dum país depende muito da sua geografia. Recordemos alguns dados bem conhecidos.

O país tem a forma dum trapézio, cujas bases medem 50 e 100 quilômetros, para uma altura de 220 quilômetros. O Mediterrâneo o limita a oeste e o vale do Jordão, muito apertado, a leste; esse rio, cujo nome significa sem dúvida *o descende*, tem suas fontes nas faldas do Hermon; no lago Hulé, está a 68m acima do nível do mar, uns quinze quilômetros abaixo, no lago de Tiberíades, já está a 212 abaixo do nível do mar e se lança no mar Morto a 392m abaixo do nível do mar. Entre o Mediterrâneo e o Jordão, uma cadeia de montanhas forma a espinha dorsal do país: com 600 m de altitude em média, ela tem seus pontos mais altos na Alta Galiléia e em Hebron (1000 m) e apresenta uma depressão na fértil planície de Jezrael, a Meguido do AT (50 m). A leste do Jordão, sobe-se mui rapidamente para o planalto da Transjordânia (a Peréia), que se eleva entre 900 e 1200 m: a diferença de nível entre o Jordão e esse planalto é comparável à que existe entre o Dedo de Deus (1320 m) e a cidade do Rio de Janeiro!

O relevo, muito acidentado, é fator decisivo no regime das chuvas: a Galiléia, encostada aos 2.800 m do Monte Hermon, recebe tanta água quanto as cidades mais úmidas da Mantiqueira: 1.000 mm. A planície do Saron (abaixo do Carmelo), a região montanhosa da Palestina central e a Transjordânia são também tão regadas como a região do ABC paulista. Ao contrário, a depressão do Jordão não recebe praticamente nada, tanto assim que na metade do seu comprimento ela é desértica, exceto alguns oásis como Jericó e os espessos bosques dos meandros do rio.



Infelizmente, as chuvas caem praticamente todas entre novembro e março, e em pequena quantidade em outubro e abril. O verão é totalmente seco. O relevo faz com que essa água escorra imediatamente, quase sem penetrar no solo, bem pobre em argila, não conseguindo conservá-la. Os produtos naturais do país são portanto árvores de folhagem persistente que crescem sobretudo no inverno, ou plantas da estepe que secam no verão. Mas o trabalho humano e a irrigação podem mudar muitas coisas neste país de clima relativamente temperado; no tempo de Jesus, conseguiu-se aclimatar espécies normalmente incompatíveis: a maçã que gosta de clima fresco e a palmeira que exige o calor!

## A AGRICULTURA

O **trigo** constitui a base da alimentação e é cultivado um pouco por toda parte, embora cresça sobretudo na Galiléia; esta produz bem mais do que consome; armazena grandes quantidades precavendo-se contra a fome e ao mesmo tempo abastece a Judéia e Jerusalém, cujas necessidades são enormes por causa do afluxo dos peregrinos durante as festas. Só mesmo numa grande seca é que a Palestina se vê obrigada a importar trigo. Josefo menciona uma penúria desse tipo em 21 a.C. e em 49 d.C. O trigo produzido pode ser de diversas qualidades; ora, para o Templo (feixes das primícias, pães da proposição ou ofertas espontâneas), não se aceita senão o melhor, que se encontra em três cidades da Judéia: Micmas, Zanoah e Hafaraim; tomar-se-ia também o trigo de Cafarnaum, se não tivesse que atravessar a Samaria, tornando-se impuro por causa disso mesmo . . .

A cevada, segunda cultura no processo de rotação, tem a mesma repartição que o trigo. Em caso de carestia, sua farinha substitui a do trigo para a população; habitualmente, é a farinha dos mais pobres e serve para fazer ração para o gado e as aves.

**As figueiras** são essenciais para a alimentação; durante a fome de 49 d.C. importam-se figos de Chipre, ao passo que normalmente produzem-se bastantes figos para exportar para Roma.

A **oliveira** é muito encontrada em toda a Palestina; diz um ditado que *é mais fácil cultivar miríades de oliveiras na Galiléia do que educar um filho na terra de Israel!* A Judéia, com o "monte das Oliveiras" não é menos rica. A produção de óleo é aliás largamente superavitária e exporta-se óleo para o Egito e para a Síria. Não sendo esse óleo de primeira qualidade (exceto o de Técoa), costuma-se trazer óleo da Peréia para o Templo; mas como pelo caminho a mercadoria poderia se manchar, transportam-se as azeitonas, que só são prensadas em Jerusalém!

A **vinha** brota por toda parte na Judéia e deve ser de boa qualidade pois o Templo não tem problema de abastecimento: lá o vinho serve para as libações (mas os sacerdotes não devem beber na hora do serviço); ele é indispensável para a festa da Páscoa, na qual quatro taças circulam durante a refeição (o vinho é cedido gratuitamente aos que não teriam recursos para comprá-lo); por todo lado, o vinho é a bebida costumeira de todo o Israel e certas marcas são exportadas para longe.

Entre as **outras frutas ou legumes**, citam-se sobretudo lentilhas, ervilhas, alface, chicória, agrião; há tal abundância de frutas e de legumes de toda espécie, que se costuma dizer que o peregrino tem certeza de encontrar tudo que precisa em Jerusalém. Plutarco afirma que todo dia chegam produtos da Palestina à mesa do imperador; entre eles, há certamente romãs e tâmaras de Jericó ou da Galiléia, produtos célebres no mundo inteiro. Há ainda as maçãs da Galiléia e as nozes, os bombons da antiguidade.

Tudo isso dá a impressão de um país rico em árvores, entre as quais encontram-se também outras espécies como o salgueiro, a acácia, o loureiro, o cipreste, o pinheiro. A Palestina do séc. I é uma região bastante coberta de matas (enquanto as cabras e os turcos não a depredaram). Antes de começar o assédio de Jerusalém, Vespasiano teve que desmatar as cercanias da cidade para poder enxergá-la bem.



## Ano sabático — ano jubilar

A terra pertence a Deus, que a dá a todos os israelitas em igual medida: esse é um dogma essencial da lei judaica. Mas em consequência de transações, de venda ou endividamento, uns se tornavam grandes proprietários, enquanto que outros se vendiam como escravos. Para reencontrar o ideal de igualdade social, Israel inventou duas instituições: o ano sabático e o ano jubilar.

**O ano sabático** acontece de sete em sete anos (daí seu nome). Nesse ano, a terra deve repousar e ficar inculta — os escravos israelitas são libertados e portanto suas dívidas abandonadas (Ex 21,2-6; 23,10-11; Dt 15,1-18; Lv 25,2-7). Diversos testemunhos nos mostram que essa lei foi efetivamente aplicada: 1 Mc 6,49.53; Josefo aponta diversos anos sabáticos observados em 164-163 a.C, 38-37 a.C, 68-69 d.C. Os romanos conheciam essa prática, pois Tácito escreve: "Como a preguiça tinha para eles seus atrativos, os judeus consagraram o sétimo ano a não fazer nada" (Histórias, 5,4).

**O ano do jubileu**, de cinquenta em cinquenta anos, vai ainda mais longe: todas as terras devem ser redistribuídas, cada qual obtendo de novo a posse do patrimônio que tem de sua família e que poderia ter alienado (Lv 25,8-24). Parece que esta lei nunca foi aplicada. Nascida do sonho de Ezequiel de um Israel perfeito, permaneceu uma utopia. Mas não é papel da utopia propor-nos um ideal, irrealizável talvez, advertindo-nos de que não se poderá repousar antes de havê-lo atingido?<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Ver R. de VAUX, *Les Institutions...* I, pp. 264-270 ou J.-L. DECLAIS, "L'année du jubilé", em *Une année sainte pour notre temps*, Chalet, 1974, pp. 41-64.

Encontram-se também algumas **culturas mais especiais**. Embora os jardins sejam proibidos em Jerusalém, há entretanto um roseiral de onde se extrai para venda o óleo ou essência de rosas. Plínio, o Velho, que escreve por volta de 75 d.C, menciona as trufas da Judéia: os romanos as apreciam tanto, que acabaram por aclimatá-las na Itália. O mesmo Plínio escreve: "*De todos os perfumes, o mais apreciado é o bálsamo, do qual a Judéia, sozinha entre todas as terras, tem o privilégio . . . Os judeus não tiveram para com ele consideração alguma, não mais que pela própria existência deles. Os romanos tomaram sua defesa e houve luta por causa de um arbusto. Agora é o fisco que o cultiva e ele jamais foi tão abundante. . . Nele se faz uma incisão; do entalhe sai um líquido chamado opobálsamo . . . Na época em que Alexandre passou pela Judéia, recolhiam-se sete medidas (3,25 litros cada uma) e ele valia então duas vezes seu peso em prata. Hoje a sangria de uma única árvore produz mais. São entalhadas três vezes em cada verão, e depois cortadas . . . Também os ramos são vendidos: o produto do próprio corte e dos brotos rendeu 800 mil sestércios, cinco anos após a conquista da Judéia. É o suco o que mais se aprecia, depois a semente, depois a casca, depois a madeira. O suco é às vezes falsificado com óleo tirado da semente ou com óleo de rosa, de alfena, conforme aquilo de que se dispõe. Nenhuma fraude é mais freqüentemente atestada, pois o produto é vendido à razão de mil denários o sestário (1/2 litro), ao passo que no fisco custa 300 denários.*" (*História natural XII, 54*).

**A pecuária** é certamente o setor mais deficitário da Palestina. Josefo fala sem dúvida do leite muito abundante da Judéia-Samaria, o que supõe animais, mas de fato a estepe não produz senão pouca forragem. Na criação dos rebanhos, numerosos na Judéia, o interesse está somente nas ovelhas (para a reprodução) e nos cordeiros (necessários para o culto); prefere-se importar de Moab os carneiros, que comem sem produzir. Quanto aos bovinos, criados na planície de Saron, a política

é a mesma: matam-se os vitelos machos e importam-se bois da Transjordânia. Se não houvesse a Samaria para atravessar, a Galiléia poderia também fornecer bovinos para o Templo.

É o Templo o principal consumidor de carne, bem como as camadas abastadas da população: parece que o povo miúdo só come carne na Páscoa ou por ocasião dos sacrifícios de comunhão (Lv 3). Outro elemento importante para o culto (já que muitos pobres não podem oferecer senão isto em sacrifício) são as pombas: são pegas na rede nas árvores e culturas da montanha da Judéia.

Em resumo, a Palestina do séc. I é um país bastante rico no setor agrícola, satisfazendo amplamente às suas necessidades, não obstante possuir uma população relativamente densa para a época: 600 mil habitantes em 20 mil km<sup>2</sup>.

## A INDÚSTRIA

Em primeiro lugar vem **a pesca**, por causa de seu papel na alimentação de cada dia. É intensa na costa mediterrânea, no Jordão e sobretudo no lago de Tiberíades; há importantes estabelecimentos de preparo e conserva: a cidade de Mágdala foi apelidada Tariches, palavra grega que significa *salga* alusão ao ofício de seus 40 mil habitantes (conforme Josefo que sempre aumenta as cifras!). D peixe, salgado ou defumado, é depois comercializado em todo o país.

Quem fala em salga pensa em sal; ora as fontes antigas nada dizem da sua produção. Pode-se no entanto ter por certo que ele era extraído do mar Morto, chamado então mar do Sal, e do lago de Tiberíades.

**A construção** está em plena atividade. A ampliação do Templo, depois seu arranjo e embelezamento duram de 20 a.C. até 64 d.C; no fim dos trabalhos, para não deixar no desemprego os 18 mil operários da obra, com seu trabalho são calçadas as ruas de Jerusalém.

Por volta de 20 d.C, Herodes Antipas constrói a cidade de Tiberíades e fortifica Séforis e Júlias. Jerusalém cresce de tal modo que se estende além das muralhas construídas por Herodes Magno: em 41 d.C. Agripa vai proteger o novo bairro, ao norte, por um muro de 3500 metros de comprimento e de 5,25 de espessura.

É preciso ainda continuar, manter e embelezar as numerosas construções de Herodes Magno: Pilatos acrescenta um novo aqueduto a Jerusalém; a rainha de Adiabene manda construir para si um magnífico túmulo ao norte da cidade santa. Foram encontrados em Jerusalém esgotos, que têm certas instalações notáveis (2m de altura, 80 cm de largura).

**Fiação e tecelagem** ocupam uma mão-de-obra sobretudo feminina, mas também homens, os tecelões, que são desprezados (porque são mentirosos ou porque executam um trabalho feminino?). A Judéia trabalha sobretudo com a lã (aí os carneiros são numerosos), enquanto que a Galiléia, atravessada por uma das rotas da Índia, especializou-se na seda proveniente da China e no linho (produzido no local?). Cobertores, tapetes e outros produtos são abundantes e se exportam para Roma. Tintura e pisoamento (para impermeabilizar os tecidos) são *muito bem representados em Jerusalém, e os historiadores nos dizem* que esta é a grande especialidade da Síria-Palestina antiga. A tintura de púrpura, especialidade da cidade de Tiro, é realizada a partir dum crustáceo, o múrice, que se pesca na costa mediterrânea de Tiro a Jope: os judeus participam desta pesca.

**A indústria do couro**, alimentada sobretudo pelas peles das vítimas oferecidas no Templo, é florescente: 18.000 cordeiros só para o rito pascal, dezenas de milhares de sacrifícios de comunhão em cada festa, os sacrifícios de expiação particulares (centenas por dia). A isso se acrescenta a pele dos animais abatidos para o açougue. As peles são curtidas, e depois transformadas e exportadas.

**A cerâmica**, importante em todos os tempos para o vasilhame e para guardar alimentos ou objetos preciosos (os rolos de Qumrã, por exemplo), é próspera neste primeiro século. Duas

idades da Galiléia, Kefar Hanania e Kefar Shilim, têm o monopólio da cerâmica impermeável ao ar, ideal para conservar o óleo.

**O betume**, "*substância viscosa e colante que, em certa época do ano bóia sobre as águas de um lago da Judéia chamado Asfáltico*" (Plínio, His. Nat. VII, 13,3) é cuidadosamente recolhido e exportado sobretudo para o Egito onde "*é utilizado não só para a calafetagem dos navios, mas também como remédio: entra na composição de muitos produtos farmacêuticos*" (Josefo, Guerra judaica IV, 481).

Em Jerusalém concentra-se todo um **artesanato de luxo**, quer para o Templo (perfumes), quer para os peregrinos que já naquele tempo apreciavam os bibelôs-lembranças da Cidade Santa!

Como centro de peregrinação, Jerusalém conhece ainda outros ofícios que são mais raros em outros lugares: padeiros, carregadores de água, barbeiros e até mesmo um serviço de limpeza urbana, para manter a pureza nas vizinhanças do Templo.

## O COMÉRCIO

O comércio é sobretudo centrado no Templo que tem necessidades enormes e recursos maiores ainda, graças à Didracma, o imposto cobrado de todos os judeus, mesmo dos que moram fora da Palestina (cf. p. 21). Mas também os diversos Herodes bem como os procuradores têm suas cortes faustosas e as classes abastadas de Israel não fazem economia ...

**O comércio interno** entre particulares é muito reduzido: a ele se prefere a troca no interior da aldeia, o que evita deslocamentos e portanto taxas (cf. p. 26). Mas todos os excedentes da produção vão para as cidades, sobretudo Jerusalém, cuja população supera os 50 mil habitantes em tempo ordinário e chega a 180 mil na ocasião das grandes peregrinações. As mercadorias são transportadas em animais de carga, pois as estradas não permitem, senão excepcionalmente, a passagem de carros. Para os longos deslocamentos prefere-se o camelo, cuja carga útil é maior. Tem-se todo interesse em não viajar sozinho, mas em se agrupar em caravanas, que oferecem melhores garantias contra as agressões de bandidos de toda espécie. Existem sem dúvida verdadeiras sociedades de transportes; isto é atestado no setor dos transportes marítimos e fluviais em todo o império e em Palmira, onde uma sociedade tinha escritórios em Babilônia.

**O comércio externo** é mais conhecido.

As importações se referem todas a produtos de luxo: em primeiro lugar, os cedros do Líbano, por causa da nobreza da madeira e do comprimento das traves que deles se pode tirar para o madeiramento dos palácios ... No Templo utiliza-se o cedro, a figueira, a noqueira e o pinheiro como combustível para os sacrifícios; a oliveira é banal demais para ser digna desse serviço.

O Templo exige também incenso, que vem da Arábia, e parece ser muito caro. É também na Arábia que se compram muitos aromas que servem aos perfumistas, pedras preciosas, ouro ou mais simplesmente ferro, cobre (as minas de Salomão, perto de Áqaba, ficam longe . . .).

Embora a Galiléia teça a seda, para o sumo sacerdote e a aristocracia civil e religiosa, manda-se também vir o tecido diretamente da Índia ou de Babilônia: escarlata, bisso, púrpura. Babilônia vende ainda especiarias: informa-se por exemplo que uma caravana de 200 camelos levou pimenta para Jerusalém.

Corinto envia seu célebre bronze para a confecção *de* uma porta do Templo; talvez mande também seu mármore para os diversos palácios. Os capitéis jônicos e Coríntios, bem como as numerosas esculturas da época fazem supor pelo menos a presença de mestres vindos da Grécia.

As exportações, como vimos, consistem de alimentos, frutas, óleo, vinho, peixe ou de produtos industriais correntes como peles, tecidos e betume. Os perfumes parecem ter sido a única

produção de luxo a ser exportada.

Esse comércio está nas mãos de grandes negociantes que têm escritórios e depósitos em todo o império e que são um pouco de todas as nacionalidades. É certo que entre eles há judeus que fazem questão, na velhice, de se instalarem em Jerusalém, perto do Templo e do Céu, mas também da Corte e dos seus prazeres . . . Esses negociantes são verdadeiros banqueiros, que conhecem os cheques e os títulos ao portador e ao mesmo tempo são especuladores: conhece-se um que compra a plantaço ainda verde de um camponês endividado. Graças aos produtos do solo e ao Templo que dá trabalho para boa parte dos judeus, a Palestina deveria ser *aquele país onde correm o leite e o mel*, onde as pessoas vivem felizes. Mas não é o que acontece; um rabino da época declara: "As filhas de Israel são belas, pena que a pobreza as torne feias!" Esta pobreza é tão célebre que ela se torna o tema predileto das comédias pagãs da época . . . É que intervém dois elementos: o físico (cf. p. 26) e a desigual repartição das riquezas (cf. p. 60).

# AS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

É difícil apresentar, em si mesmas, as instituições religiosas de Israel, pois é toda a existência judaica, econômica, social, política, que é marcada pela religião. Assim, já vimos a importância econômica do Templo. Aqui reuniremos simplesmente alguns dados conhecidos sobre o Templo, a sinagoga e as festas.

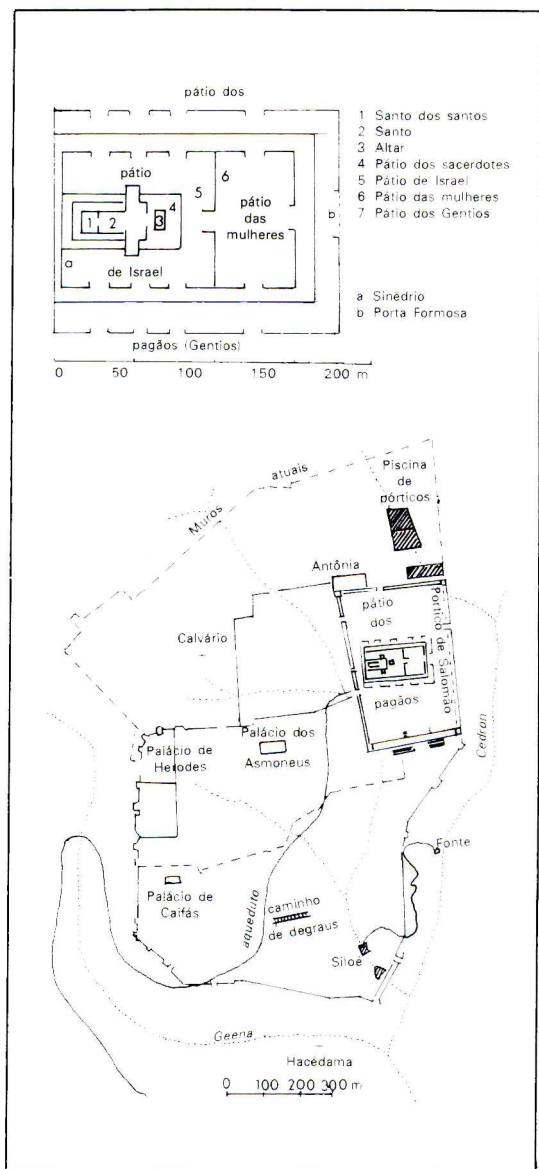
## O templo

O templo é sob todos os pontos de vista o centro de Israel. O primeiro edifício foi construído por Salomão e destruído quando Jerusalém foi conquistada em 587 por Nabucodonosor. O segundo Templo, reconstruído após a volta do Exílio e inaugurado em 515, era muito mais modesto. Foi reedificado por Herodes em bases completamente novas. Às vezes se designa a história judaica entre 538 a.C e 70 d.C. pelo nome de *período do segundo Templo*.

## O EDIFÍCIO

Ouçamos Josefo descrevendo-nos esse Templo de Herodes: *"No aspecto externo do edifício, nada foi descuidado para impressionar o espírito e os olhos. Com efeito, como ele era recoberto de todos os lados por espessas placas de ouro, desde o nascer do sol, refletia a luz com tal intensidade que obrigava os que o olhavam a retirar os olhos como diante dos raios do sol. Para os estrangeiros que chegavam, ele aparecia de longe como uma montanha nevada, pois onde não era recoberto de ouro, o era do mármore mais branco. No alto, era erigido de pontas de ouro agudas para impedir os pássaros de pousar e de sujar o teto"* (Guerra Judaica V, 222-224).

É esta impressão de magnificência que nos dão todas as testemunhas oculares. É verdade que o contemporâneo de Jesus devia ficar estupefato quando, ao chegar ao topo duma colina, descobria a cidade, que tinha no meio uma torre de 50 m de altura (o equivalente a um arranha-céu de quinze andares), plantada num imenso terrapleno de 480m de comprimento por 300m de largura, que domina boa parte da cidade e é rodeado por um muro que constitui uma verdadeira muralha. Penetremos neste terrapleno: judeus e pagãos têm acesso a ele. Notam-se dois imensos pórticos, sob os quais estão instalados os comerciantes de bois, de carneiros, de pombas, de



óleo e de farinha necessários para o culto,<sup>1</sup> bem como os cambistas: a moeda oficial do Templo é ainda, com efeito, a moeda cunhada no tempo de Alexandre Janeu (103-76 a.C), do mesmo valor que a de Tiro (por isso chamam-na também de moeda tíria). O centro do terraplano é elevado em relação ao conjunto: estelas escritas em grego e em latim proibem a entrada a todo incircunciso, sob pena de morte. Através de degraus, chega-se então ao terraço central sobre o qual está construído o Templo. Nove portões, quatro ao norte, quatro ao sul e um a leste lhe dão acesso; esses nove portões *"eram, em toda a sua superfície, recobertos de ouro e de prata, como o eram seus montantes e dintéis; mas um, que estava do lado de fora do Santuário, feito de bronze de Corinto, sobrepujava amplamente em valor os portões forrados com placas de ouro e de prata. Cada portão tinha duas portas de trinta côvados de altura cada uma (= 15 m) e de quinze de largura"* (Josefo, *Guerra Judaica* V, 201-202). Esta *porta coríntia* é sem dúvida a *porta formosa* de At 3,2. Então se atravessa o pátio das mulheres, depois o dos homens e o dos sacerdotes, que rodeia o altar dos sacrifícios. Atrás deste altar, ergue-se o Templo propriamente dito, que é uma espécie de cubo medindo 50 m de comprimento, de largura e de altura. No interior, a sala chamada *o Santo* continha, no centro, o altar dos perfumes, à esquerda, a mesa dos pães da proposição ou da oferta, à direita, o candelabro de sete braços. O *Santo dos santos* é inteiramente vazio (no Templo de Salomão, destruído em 587, ele continha a arca da aliança); é fechado não por parede, mas por uma dupla cortina (o *véu do Templo*); só o sumo sacerdote nele penetra, com grande temor uma vez por ano, no dia da festa das Expições: é o lugar da Presença do Senhor.

Certo número de edifícios estão pegados à parede do Templo: sala do Sinédrio, depósitos de lenha, de vinho, de óleo destinados ao culto, sala do Tesouro.

Fala-se também de outros elementos decorativos como cachos de uva feitos de ouro, do tamanho de uma pessoa, sobre o frontão, e de numerosas tapeçarias feitas de tecidos preciosos vindos dos mais longínquos países.

## O CULTO

Quando Josefo fala de mármore resplandecentes, deve estar embelezando um pouco, a não ser que os sacerdotes (os únicos que podem penetrar nesta parte do Templo) limpem regularmente as paredes: com efeito, o altar é uma séria fonte de poluição atmosférica! Nada tem a ver com os altares das nossas igrejas: este altar quadrado, com 25 m de lado e 7,50 de altura ao qual se tem acesso por uma escada, parece-se mais com um incinerador ou com um forno crematório sem sistema de recuperação e de filtragem da fumaça, pois o essencial do culto consiste em queimar animais inteiros (holocausto) ou ao menos as vísceras e a gordura (sacrifícios pelo pecado e sacrifícios de comunhão).<sup>2</sup> Somente as peles não são queimadas, mas tornam-se propriedade dos sacerdotes. Para o fogo, utiliza-se madeira relativamente preciosa, associada a incenso cujo perfume deve atenuar o odor de carne carbonizada.

Todo dia imolam-se como "sacrifício perpétuo" de Israel a seu Deus dois cordeiros de um ano: um de manhã e um à tarde. O imperador romano também manda sacrificar (pagando ele próprio?) dois animais — quais não sabemos — um por ele, o outro pelo império. Notemos de passagem uma diferença enorme: ao passo que todos os outros povos do império devem imolar ao imperador, aqui oferece-se *por* ele a Deus! Ignoramos o ritual exato desses sacrifícios oficiais: se um só sacerdote, designado pela sorte, oficia, é provável que os outros sacerdotes que estejam em serviço o assistam e que os levitas músicos tenham que intervir.

<sup>1</sup> Havia também um mercado tradicional no monte das Oliveiras. Pode-se pensar que "os mercados do templo e do monte das Oliveiras foram, na época de Jesus, objeto de disputas apaixonadas e que, por conseguinte, um incidente do gênero da expulsão dos vendedores nada tem de inverossímil, muito ao contrário. Não se exclui que Jesus tenha tomado partido num conflito preexistente, cujos elementos econômicos, administrativos e jurídicos nos escapam" (E. TROCMÉ, L'Expulsion des

<sup>2</sup> Sobre os sacrifícios, ver R. de VAUX, *Les Institutions de l'A. T. II*, Cerf, 1960, pp. 291-313.

Durante o resto do dia, sucedem-se os sacrifícios privados; aqui também o número é desconhecido, mas devem ser numerosos, sobretudo no período estivo (época das viagens) e principalmente no momento das grandes romarias. Se Herodes decidiu ampliar o Templo em 20 a.C, foi com certeza por razões políticas: deseja ser benquisto pelo povo. Mas os judeus não teriam aceito tal decisão que certamente criou para eles muitos problemas de ordem ritual e dificuldades para manter o culto, se isso não correspondesse a uma necessidade real. At 21,26 leva a supor que é preciso marcar dia e hora para oferecer um sacrifício; é verdade que At 20,16 sugere que Paulo chegou por ocasião duma romaria, mas pode-se no entanto concluir daí que os sacerdotes não tinham descanso!

O israelita que quer oferecer um sacrifício começa, entrando no Templo, por comprar o animal ou os animais que quer oferecer, bem como a farinha e o óleo necessários para praticamente todas as ofertas. Depois penetra no segundo recinto e vai ao pátio de Israel. Apresenta-se a um sacerdote, reconhecível por seu traje especial (vestes de linho branco). Este o conduz então, através do pátio dos sacerdotes, que, nesta circunstância, um leigo pode atravessar, até ao pé do altar. Se, no AT, era o próprio oferente que matava a vítima, parece que no séc. I da nossa era essa função está entregue ao sacerdote, exceto no rito do cordeiro pascal, imolado pelo chefe de família, pois é o povo todo que, segundo Fílon, é elevado naquela tarde à dignidade sacerdotal. Depois o animal é esfolado, retalhado e os pedaços são utilizados segundo as prescrições da lei. Orações ou bênçãos acompanham esses ritos, mas elas nos são desconhecidas. Uma mulher ou um incircunciso podem mandar oferecer sacrifício, mas é-lhes proibido entrar no coração do Templo: não podem acompanhar nem ajudar o sacerdote.

## OS CÍRCULOS DE SANTIDADE

Até aqui falamos de locais bem determinados, de pátios (das mulheres, dos israelitas . . .) ou de limites definidos. Essas delimitações se baseiam, mais profundamente, na concepção judaica da santidade. Caricaturando um pouco, poder-se-ia dizer que, para Israel, só Deus é o Santo, o Puro, o Separado, o Perfeito; por natureza, o homem e a criação em geral são o profano, o impuro, o banal, o imperfeito. Por simples proximidade ou contato, cada um é capaz de comunicar uma parte do que ele é; assim é que a pessoa pode comunicar sua impureza a seu semelhante, mas não sua santidade. Deus, ao contrário, comunica sua santidade a tudo que dele se aproxima, uma santidade cada vez mais difusa e fraca, quanto mais se afasta dele. Poder-se-ia representar isso sob a forma de círculos concêntricos.

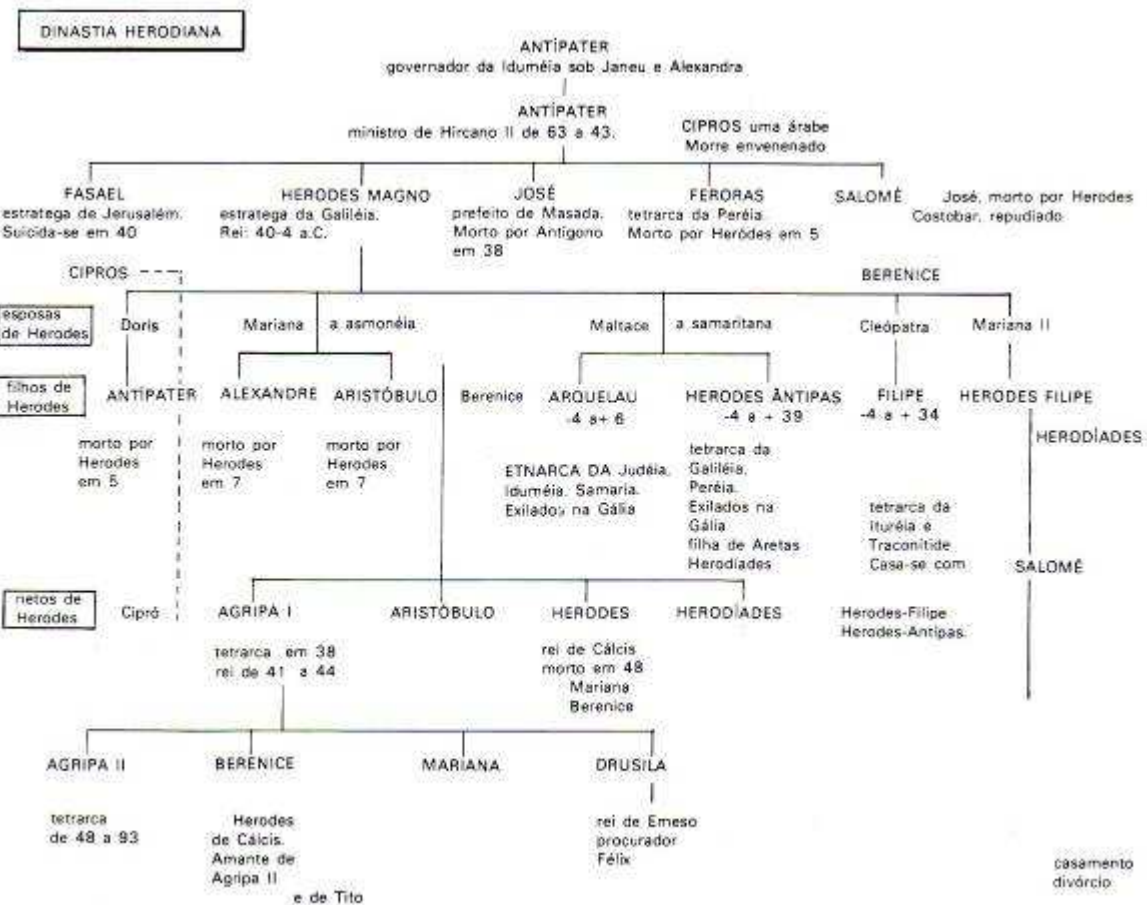
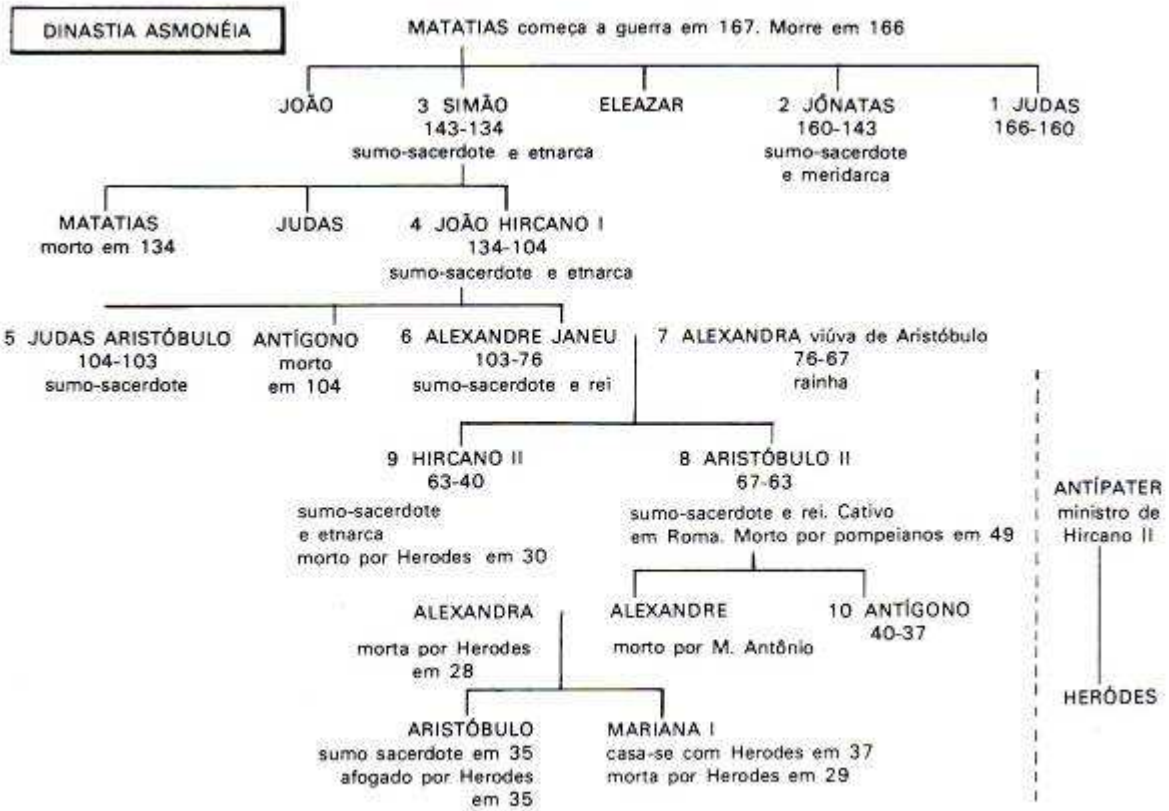
### Prosélitos e tementes a Deus

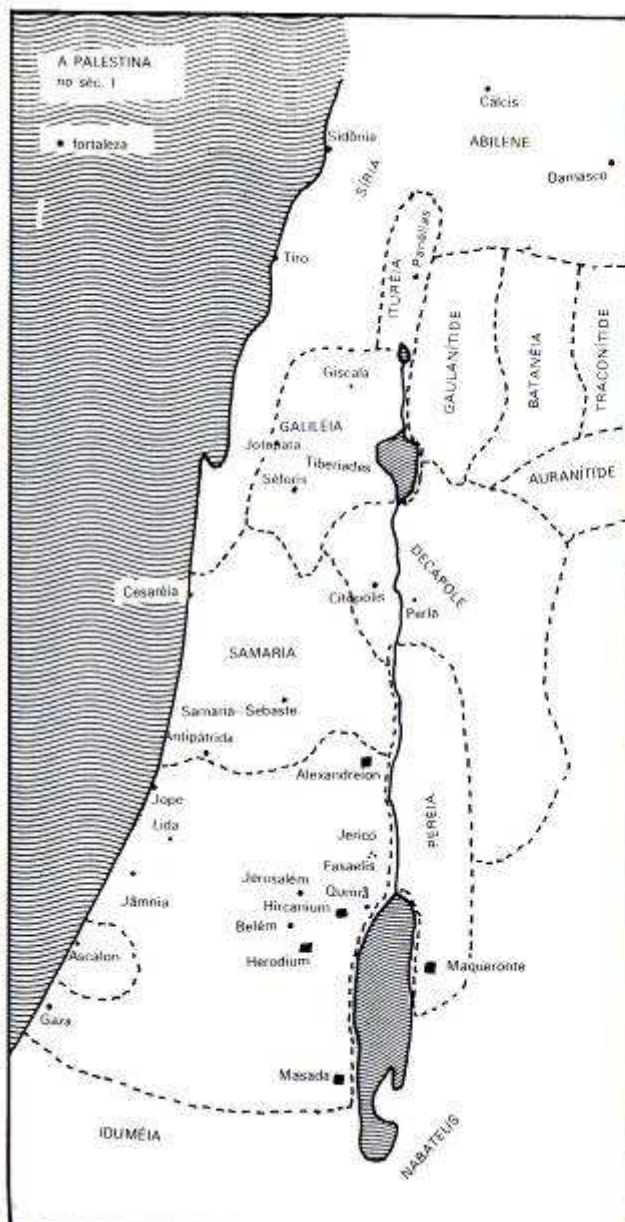
Entre os judeus e os pagãos existe uma espécie de classe intermediária: pagãos que se ligam, mais ou menos estreitamente, ao judaísmo.

Os **prosélitos** (o nome deriva de um termo grego que significa aproximar-se) são pagãos que se converteram à fé judaica e aceitam todas as suas práticas, sobretudo a circuncisão. Não são considerados como plenamente judeus, mas são obrigados a observar o conjunto da Lei. Eram bastante numerosos na Diáspora e certos rabinos, na época de Mateus, parecem demonstrar muito zelo para fazer conversões (Mt 23,15); um dos Sete, em Jerusalém, era prosélito (At 6,5).

Os **tementes a Deus** são também pagãos atraídos pela religião judaica, mas recusam algumas de suas práticas, sobretudo a circuncisão. Portanto, permanecem, legalmente, pagãos (cf. At 10,1-2).







IMPERADORES ROMANOS	JUDÉIA, SAMARIA, IDUMÉIA	GALILÉIA, PERÉIA	ITURÉIA, TRACÔNITIDE	ABYLENE
	HERODES MAGNO 37 até 4			10
AUGUSTO	ARQUÉLAU exilado em Viena	HERODES ANTÍPAS divorcia-se e "casa-se" com Herodíades, mulher de Herodes Filipe I	HERODES FILIPE II "casa-se" com Salomé, filha de Herodes Filipe I e de Herodíades	10
14	8 Copônio 8 Ambíbolo 12 Ánio Ruto			20
TIBÉRIO	15 Valério Grato 26 PÔNCIO PILATOS		34 morre sem filho	30
37 CALÍGULA	36 Marcelo M	39 exilado em Líão		40
40	HERODES AGRIPA I			40
			44 Cúspio Fado	50
CLÁUDIO	46 Tibério Alexandre 48 Ventídio Cumano			50
54	52 Antônio FÉLIX casa-se com Drusila, irmã de Berenice			60
NERO	60 Porcio FESTO 62 Albino		HERODES AGRIPA II e sua "irmã" BERENICE	60
Galba 68 Ôton 68 Vitório	64 Gêssio Floro			70
70 TITO conquista Jerusalém				70
VESPASIANO 79 TITO 81				80
DOMICIANO				90

No centro está o lugar sagrado por excelência, o lugar onde Deus fez repousar sua glória (1 Rs 8,10): o *Santo dos santos*. Vem depois o *Santo*: os sacerdotes aí podem entrar. Em seguida, há o *altar* sobre o qual todos os sacrifícios são oferecidos e o espaço entre o altar e o Santo, estritamente reservado aos sacerdotes, depois o *pátio dos sacerdotes*, ao qual mesmo os sacerdotes inaptos para o culto (os deficientes de todo tipo) têm acesso. Em quinto e sexto lugar, vêm os *homens adultos* de Israel e depois *as mulheres*. Por fim há os *pagãos*. Esses círculos também se inscrevem num contexto mais amplo: ao redor do Templo, o espaço sagrado por excelência, há a cidade de Jerusalém, depois o país de Israel e enfim o resto do universo.

Conforme seu estado, circunciso ou não, puro ou impuro, o ser humano pode subir mais ou menos nestes "degraus" de santidade: enquanto ele ficar nos limites que lhe são atribuídos, não há problema algum; mas se ele os ultrapassa, sua impureza "profana" o lugar no qual ele entrou indevidamente e rompe o equilíbrio desejado pelo Senhor. Assim também, quando Jesus toca num leproso para o curar, pretende purificá-lo, dar-lhe sua santidade, ao passo que para os judeus, não faz senão receber a impureza dele!

## A sinagoga

O Templo é o lugar que polariza toda a vida religiosa, política e econômica de Israel. Mas no cotidiano da vida, uma outra instituição — a sinagoga — reveste-se de uma grande importância. Não há senão um só Templo aonde se sobe em certas ocasiões (ao menos uma vez na vida quando se mora longe da Palestina), mas até a menor aldeia tem sua sinagoga: é aqui, afinal, que se forjam a mentalidade e a piedade do israelita.

Como o termo *igreja*, o termo *sinagoga* parece abranger duas realidades: a reunião para a oração dos crentes e o edifício material onde ela se realiza. At 16,13 sugere que o edifício é secundário em relação à reunião.

### A REUNIÃO

As **origens** desse tipo de reunião só nos são conhecidas por fontes literárias especialmente obscuras neste ponto. Parece certo que se deve buscar sua origem no tempo do Exílio em Babilônia (587 a 538). Esse desastre nacional foi uma provação muito dolorosa para a fé de Israel, provocando até mesmo a apostasia de certo número: a destruição do Templo e a cessação do culto lhes pareciam a prova de que os deuses babilônios eram mais fortes que o Deus de Israel. Mas outros judeus, preparados pela pregação de Jeremias e sobretudo pela de Ezequiel que vive com eles no exílio, descobrem um sentido para aquilo que estão vivendo: Deus não abandona seu povo, quer purificá-lo. Se o culto oficial está suspenso, a meditação sobre os fatos passados e presentes e a oração continuam possíveis. Os fiéis começam então a se reunir como podem, para reavivar mutuamente sua fé. Nisso certamente os sacerdotes têm um papel importante e, em troca, todo esse esforço de reflexão contribui amplamente para a formação da "tradição sacerdotal" e para a intensa atividade literária da época.<sup>3</sup> Acontece que o povo se reúne, para esta reflexão, perto da cidade onde está deportado, numa praia à beira do rio (SI 137,1).

O costume de fazer tais reuniões continua na Palestina após o retorno? A primeira preocupação foi reconstruir o Templo e restaurar o culto. Mas, na própria Palestina, esse movimento sinagoga parece desenvolver-se sob o impulso de Esdras e de Neemias; a descrição apresentada em Ne 8 é um belo exemplo de tal reunião. Por seu lado, os judeus que permaneceram em Babilônia e os que se espalham através do mundo (Díáspora) sentem a necessidade de tais reuniões, indispensáveis para manter sua fé no Senhor e para afirmar sua consciência de pertencer ao povo eleito. O movimento se generaliza e, no séc. I da nossa era, cada comunidade judaica tem a sua; cidades como Jerusalém ou Antioquia possuem grande número (480 em Jerusalém, conforme a tradição rabínica). Nesta época se acredita que esta instituição seja tão antiga quanto o próprio povo (At 15,21).

**O roteiro do culto** está centrado na oração e na meditação das Escrituras. Começa-se pela recitação do *Shemá*, o Credo do povo de Israel, composto de três passagens bíblicas: Dt 6,4-9; 11,13-21; Nm 15,37-41. Afirma-se assim globalmente a unicidade de Deus e o vínculo muito forte que o une a seu povo. Vem depois certo número de orações, proclamadas pelo responsável pelo ofício, e às quais se associa o grupo dos participantes por meio de "Améns". Elas se referem ao mesmo tempo às necessidades da vida cotidiana e ao grande desejo do povo: a instauração da era messiânica. O Talmude nos transmitiu a oração chamada *Shemoné Esré* ou *Dezoito bênçãos*, mas ele gosta de codificar elementos que nem sempre estavam codificados no séc. I: algumas dessas bênçãos são certamente posteriores à ruína do Templo e as duas versões desta oração que se conhecem não são idênticas; por isso, pode-se perguntar se no séc. I não se tem antes um esboço de oração que um texto fixo.

---

<sup>3</sup> Ver Cadernos Bíblicos nº 3 p. 69-80.

A seguir faz-se a leitura da palavra de Deus. É sempre um texto da Torá (o nosso Pentateuco). Não se trata de recitar o texto de cor (por receio de se esquecer uma palavra do texto sagrado!): deve-se lê-lo, no texto hebraico. Mas muitos judeus já não sabem mais esta língua: então o leitor pára depois de cada versículo e um outro membro da comunidade o traduz para o aramaico. Essa tradução é às vezes literal, mas muitas vezes também é uma paráfrase que faz a ligação com outras passagens bíblicas ou que introduz toda uma teologia: é o *targum*.<sup>4</sup> Todo varão judeu adulto, isto é, com mais de doze anos, pode ler a Torá. Sem dúvida, goza-se de certa liberdade na escolha da passagem a ser lida, embora ao aproximarem-se as festas, procurem-se textos que falem desta solenidade. A lista das perícopes para cada sábado só será fixada bem mais tarde.

Vem depois a leitura duma passagem dos profetas, segundo os mesmos princípios, mas com uma opção ainda mais ampla. Muitas vezes o texto profético é escolhido em função da leitura da Torá, mas a codificação será mais lenta ainda a se estabelecer. Antes ou depois desta leitura intervém a pregação que todo judeu adulto pode fazer. Parece consistir muitas vezes numa paráfrase explicativa do texto bíblico, constituída de muitas citações tomadas fora de qualquer contexto e fora de qualquer consideração de ordem histórica. Esses comentários são ao mesmo tempo uma exaltação e uma glorificação do Altíssimo, uma formação teológica dada a todo o povo e um convite a viver segundo a Lei. Depois disso, o ofício está terminado.

Já que esta ação litúrgica não comporta nenhum elemento sacrificai, nela o sacerdote não tem nenhum papel determinado; apenas intervém para dar uma bênção que tem lugar no fim da primeira parte e que normalmente lhe é reservada. Se não há sacerdote, o presidente da assembléia o substitui.

Qualquer judeu pode ler e fazer o comentário . . . mas nem todos o fazem! O humilde artesão ou o camponês que labutou a semana inteira muitas vezes não tem a competência necessária para falar e deve sentir-se feliz ao ceder seu lugar para alguém mais competente (escriba) ou para algum personagem de passagem: talvez esse hóspede terá uma explicação melhor ou uma apresentação diferente! Assim é que, na prática, são os escribas e os fariseus que animam tais reuniões de oração. Isto lhes faculta propagar suas idéias e aumentar sua influência sobre o povo. Sem a sinagoga, jamais teriam o papel e o prestígio de que desfrutam.

Para celebrar a prece comum, é preciso haver ao menos um total de dez homens adultos livres, senão ela não é celebrada. Aconteceu até que essa prescrição valeu a libertação antecipada de um escravo judeu: sem ela não se teria atingido o número mínimo!

## OS EDIFÍCIOS

A sinagoga é geralmente um edifício retangular orientado para o Templo. O essencial da mobília se compõe de um armário, no qual são cuidadosamente conservados os rolos da Torá e dos profetas. Algumas sinagogas têm bancos de pedra ao longo das paredes; parece que o povo senta no chão ou fica em pé. Mt 23,6 faz alusão a cadeiras reservadas a pessoas importantes, mas esse fato não é atestado em outro lugar. As mulheres e as crianças ficam separadas dos homens por simples balaustrada de madeira; em certos casos constrói-se uma tribuna para as mulheres. As sinagogas dos séc. II e III da nossa era têm paredes ricamente ornadas e o chão é enfeitado de mosaicos, mas não se sabe se era assim no séc. I.

<sup>4</sup> Uma definição mais precisa encontra-se no Caderno Bíblico n° 10, pp. 33-43. Em breve será lançada em francês uma excelente tradução do Targum do Pentateuco, feita por R. LE DÉAUT (col. Sources Chrétiennes, Cerf). O primeiro tomo, La Genèse, foi publicado em 1978,474 p.

<sup>5</sup> Ver reproduções em Bible et Terre Sainte n° 130.

Esse edifício é utilizado o mais possível e não só para o ofício do sábado; torna-se bem depressa o lugar da educação das crianças e dos jovens: em muitas aldeias, é aí que funciona a escola; nos centros mais importantes, constroem-se salas de aula em torno da sala central. Em Jerusalém, foram encontradas as ruínas da sinagoga dos alexandrinos, que servia para acolher os peregrinos vindos a Jerusalém e incluía para tal finalidade uma hospedaria e uma instalação de banhos. Mas ela é sempre a "casa do ensino".

A quem pertence o edifício? Habitualmente, ao que parece, à comunidade local, cada um participando da construção e da manutenção. Mas acontece que ele seja de propriedade de um indivíduo ou que, construído por alguém, seja depois cedido à comunidade. Isto explica a diferença de dimensão e de ornamentação nos edifícios.

## As festas

Três festas exercem, em Israel, um papel importante; são momentos em que o povo faz questão de se reunir para manifestar a solidariedade que une seus membros e para celebrar as grandes intervenções do Senhor, libertador de seu povo: são as três festas de peregrinação, *Páscoa*, *Pentecostes* e *Tabernáculos* (ou *Tendas*). "Três vezes por ano, declara o Deuteronômio, todos os vossos varões se apresentarão diante do Senhor vosso Deus no lugar que ele tiver escolhido: na festa dos Ázimos, na festa das Semanas e na festa das Tendas" (Dt 16,16). Essas festas parecem ser, no início, celebrações ligadas ao ritmo da natureza: na primavera, os nômades oferecem à divindade os primogênitos do seu rebanho (páscoa) e os camponeses sedentários, as primícias da colheita da cevada (festa dos ázimos); a festa das semanas situa-se no verão, no fim da colheita do trigo e a das Tendas, no outono, no fim da colheita das frutas. No decurso dos séculos, essas festas foram "historicizadas", quer dizer, é ligado a cada uma delas um acontecimento histórico, como veremos.<sup>6</sup>

No séc. I, cada uma dessas festas dura uma semana completa, sem contar o tempo de caminhada que vai de poucas horas a duas vezes quatro dias, para quem mora na Alta Galiléia. Viaja-se a pé, em caravana, que reúne os peregrinos de uma ou várias aldeias: assim corre-se menos risco de ter más surpresas da parte dos salteadores!

Seria utópico pensar que todos os judeus fazem efetivamente essas três peregrinações. Para os da Diáspora, é impensável; para os camponeses galileus não é impossível, mas é bem pesado em termos de tempo e de dinheiro, tanto mais que os Ázimos e as Tendas caem em pleno período de colheita, ocorrendo esta mais tarde na Galiléia que na Judéia. Assim, a festa mais freqüentada é a Páscoa.

### A FESTA DA PÁSCOA

À festa agrária fora ligada a lembrança da libertação do Egito. Depois, com o passar dos tempos, o que se celebra nesta ocasião é o "aniversário" dos grandes acontecimentos fundadores e libertadores de Israel: a criação do mundo, a realização da promessa de descendência para Abraão, a libertação do Egito e a (futura) libertação messiânica. (Ver o "poema das quatro noites", tirado do targum do Êxodo e citado em *Cadernos Bíblicos* nº 25 — *Os Salmos e Jesus. Jesus e os Salmos*, em preparo).

Por ocasião da Páscoa, 180 mil peregrinos se concentram numa cidade que possui talvez 25 mil habitantes, mais provavelmente 45 a 50 mil.<sup>7</sup> Não podendo todos esses peregrinos se alojar na Cidade Santa, os limites da cidade são ampliados para esta circunstância, abrangendo as aldeias da periferia.

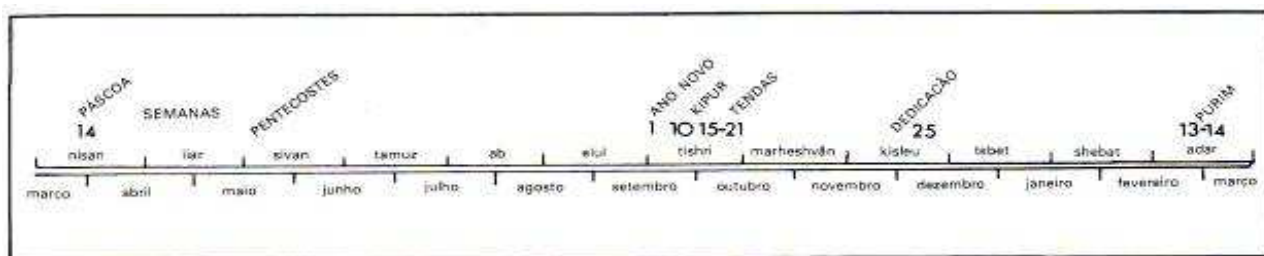
<sup>6</sup> Ver R. de VAUX, *Les Institutions* ...//, pp. 383-413.  
<sup>7</sup> J. JEREMIAS, *Jerusalém no tempo de Jesus*, Edições Paulinas, São Paulo, 1983.



Na tarde do dia 14 de Nisan, os chefes de família (família no sentido estrito ou grupo de 10 a 15 pessoas, incluindo mulheres e crianças) vêm ao Templo com um cordeiro para ser imolado. Como não há lugar suficiente no pátio dos israelitas para acolher todo mundo, observam-se três etapas: primeiro as pessoas se colocam em fila diante dos sacerdotes que têm por missão recuperar o sangue dos animais e ir levá-lo ao pé do altar em sinal de oferta a Deus. Depois cada um volta para casa e lá esfolo o animal e o assa. Durante esse tempo, a esposa já retirou de casa tudo que poderia se assemelhar a pão fermentado (quer dizer, feito com fermento) e preparou pães não fermentados e "ervas amargas" (saladas diversas). Então tem início a refeição da festa. Por ocasião do Êxodo, ela fora tomada às pressas (Ex 12,11); doravante faz-se a refeição estirado sobre divãs à moda romana. Neste jantar festivo, o vinho é obrigatório: se alguém é pobre demais para poder consegui-lo, o Templo lhe dá o suficiente para encher as quatro taças regulamentares. Durante a refeição, são cantados pela família os Salmos do Hallel (SI 113-118), entrecortados de bênçãos dadas pelo pai de família ou por aquele que faz as vezes dele, sobre as taças de vinho.

Os filhos, surpresos — ou simulando surpresa — diante deste jantar extraordinário que se realiza ao cair da noite, fazem perguntas: "Por que tudo isso? Em que esta noite é diferente das outras noites?" Então o pai explica o sentido dos diferentes ritos e descreve sobretudo as intervenções de Deus em favor do seu povo.

Sobre a semana que se segue, faltam-nos informações: são dias de regozijo diante de Deus, durante os quais cada um se esforça por consumir o produto do segundo dízimo; no recinto do Templo têm lugar assembléias de oração, no estilo das celebrações sinagogais, com leituras diretamente em ligação com a festa e mais extensas do que de costume. Muitos peregrinos aproveitam a ocasião para oferecerem sacrifícios de comunhão, para escutar os rabinos afamados explicar esta ou aquela passagem da Lei ou dar um conselho jurídico. A animação é tal que o procurador romano, sempre preocupado em manter a ordem, deixa Cesaréia marítima para vir controlar de perto a situação: do alto da fortaleza Antônia onde reside (a menos que não fique no antigo palácio dos Asmoneus), ele ocupa as primeiras salas para observar o que se passa no pátio do Templo e para intervir caso haja a menor desordem. A presença do procurador e de reforços policiais parece tanto mais necessária, porque na ocasião da Páscoa ou das outras festas de romaria, personalidades políticas ou diplomáticas chegam à Cidade Santa: Herodes Antipas (cf. Lc 23,7), Agripa, um oficial superior da rainha da Etiópia (cf. At 8,27), a rainha de Adiabene que vai mandar construir para si um túmulo na periferia de Jerusalém . . . Essas concentrações populares são igualmente favoráveis aos golpes violentos dos zelotes. E Josefo nos informa que os principais sinais precursores da revolta judaica de 66 tiveram lugar precisamente por ocasião das peregrinações.



## PENTECOSTES

Como o indica sua etimologia grega, esta festa começa 50 dias após a Páscoa (cf. Dt 16,9). O livro do Êxodo chama-a de *festa da colheita* (Ex 23,16) ou *das semanas* (34,22). Mediante uma ligeira modificação vocálica, alguns fizeram dela a festa dos *juramentos*. À sua celebração foi vinculada, com efeito, a Aliança do Sinai; parece que desde o séc. I da nossa era, ela se tinha

tornado a festa' da renovação da Aliança (e sem dúvida não é por acaso que o autor dos Atos coloca neste dia a vinda do Espírito Santo).<sup>8</sup>

Nos inícios da era cristã, os diferentes grupos religiosos não concordam entre si quanto à data da sua celebração; assim é que certos grupos como os fariseus terminam a festa no momento em que outros como os Essênios ou o autor do livro dos segredos de Henoc a começam.

## TENDAS

Para Josefo, é esta "a mais santa e a maior das solenidades judaicas" (*Antiguidades VIII*, 100). Sua origem é também rural, como no caso das festas precedentes: celebra o fim das colheitas frutíferas e tem todas as aparências de uma festa das vindimas com a alegria e os riscos de embriaguez que isto comporta! "Mas o Levítico (23,43) denota uma evolução e relaciona-a com a história: a festa deve lembrar que Deus fez os filhos de Israel morar em cabanas quando saíram do Egito. A dedicação do templo de Salomão coincide com esta festa (1 Rs 8,65-66), já lhe dando assim uma relação especial com o santuário, lugar da Presença e da proteção divinas. Segundo o Targum, as cabanas deviam efetivamente fazer recordar as nuvens protetoras da epopéia do deserto. Esdras (3,4) nos fala que os repatriados celebram a festa logo que o altar é reconstruído, antes mesmo de estarem colocados os alicerces do novo templo, e Neemias (8,13-18) descreve uma celebração segundo o ritual de Lv 23,40-43, com leitura quotidiana da Torá (cf. Dt 31,10)".<sup>9</sup>

Esta festa é a mais espetacular de todas: para celebrá-la, cada família deve construir nos arredores imediatos de Jerusalém uma cabana de folhagens, na qual ela vai morar uma semana. Certos ritos eram muito populares como a procissão dos sacerdotes cada manhã, até Siloé, acompanhados por todo o povo levando palmas (os *lulav*), ao som do *shofar* (longo chifre de carneiro que serve de trombeta), a libação da água sobre o altar (cf. Jo 7,37) talvez para pedir o retorno das chuvas, a procissão em torno do altar e o acender quatro grandes candelabros de ouro no pátio das mulheres (cf. Jo 8,12) que iluminavam a cidade inteira.

## OUTRAS FESTAS

Ao lado dessas três grandes festas de peregrinação, existiam outras como o *Yom Kipur* ou *Dia das expiações* (que ficou célebre pela "guerra de Kipur" em 1973!). Era celebrada alguns dias antes da festa das Tendas. Não é um dia de alegria, mas ao contrário, de tristeza e de jejum, no qual se pede a Deus que apague todas as faltas de seu povo; durante 24 horas o povo se abstém de qualquer alimento e se reúne no Templo, onde o sumo sacerdote realiza solenemente o rito da expiação pelas suas faltas e pelas de todo o povo: é o único dia do ano em que o sumo sacerdote é obrigado a presidir a liturgia (a não ser que ele esteja impuro, mas para evitar isso, fica preso durante a semana anterior!); é o único dia em que ele penetra no Santo dos santos para aí depor um incensório e lançar, contra a pedra que outrora serviu de suporte à arca da aliança, o sangue do carneiro oferecido em holocausto pelas faltas ocultas dele próprio e do povo; o dia, enfim, em que é solenemente conduzido para o deserto o bode Azazel, portador de todos os pecados de Israel. Os ritos, já descritos em Lv 16, são abundantemente comentados e ampliados na literatura antiga. Notemos que a teologia da epístola aos Hebreus é construída sobre esse rito (cf. Cadernos Bíblicos nº 23).

<sup>8</sup> Ver Cadernos Bíblicos nº 19 - Uma leitura dos Atos dos Apóstolos.  
<sup>9</sup> R. LE DÉAUT, em *Le Judaïsme, Beuchesne, 1975, p. 63. Este livrinho, obra coletiva de três especialistas, R. Le Déaut, A. Jaubert e K. Hruby, é uma ótima introdução ao judaísmo.*



**Rosh Hashana** é a festa do Ano Novo. Celebrada dez dias antes do Yom Kipur, é uma festa austera que prepara a celebração do perdão.

**A Dedicção** ou *Hanuká*, em dezembro, celebra o aniversário da purificação do Templo, após a vitória de Judas Macabeu em 164 a.C. (1Mc 4). Josefo a denomina "a festa das luzes" (cf. Jo 10,22).

**Os Purim** ou *as sortes* comemoram a libertação do povo narrada no livro de Ester. Tornou-se o equivalente do "carnaval".<sup>10</sup>

## O sábado

As *festas de Deus* (Lv 23,4) são, literalmente, entrevistas que Deus concede a seu povo para santificar o tempo. O sábado exerce a mesma função, mas segundo um ritmo semanal.

Sua **origem** é muito complexa.<sup>11</sup> As legislações sacerdotais que o codificaram definitivamente durante o Exílio (Lv 23,3; Ex 31,12-17) juntaram duas instituições, distintas na origem, mas ambas muito antigas: um dia de *festa* semanal e um dia de *folga* obrigatória (nos textos antigos — Ex 23,12; 34,21 — esse dia de repouso não é chamado sábado). Por que esse ritmo de *sete* dias? Isto parece estar ligado ao calendário lunar dos antigos semitas do sul da Mesopotâmia, onde o mês não estava ligado às fases da lua, mas à sua posição em relação à constelação na qual ela se encontra na aurora.

O *valor religioso* do sábado foi desenvolvido em duas direções. Uma insiste no aspecto humanitário e social: o homem, especialmente o escravo, deve poder descansar; esse aspecto libertador do sábado está associado à libertação dada por Deus por ocasião do Êxodo (Dt 5,14-15; Ex 23,12). O sábado foi também associado à criação: no sétimo dia Deus *cessou* (*de intervir*), literalmente *fez sábado* (Ex 20,11; Gn 2,2-3).<sup>12</sup>

A **prática** do sábado foi codificada cada vez mais estritamente no decorrer dos tempos, tendendo às vezes a se tornar uma espécie de absoluto escravizando o homem. Jesus não fará senão restituir-lhe seu significado primitivo quando declara: "O sábado foi feito para o homem e não o homem para o sábado" (Mc 2,27).

## A ORAÇÃO QUOTIDIANA

De manhã, antes de qualquer atividade, e à tarde, os homens adultos deviam rezar. Voltados para o Templo de Jerusalém, recitavam uma prece de bênção, depois o *Shemá*, bem como as primeiras e as últimas das *Dezoito bênçãos* ou *Shemoné Esré* que certamente já estavam em uso (Ver Cadernos Bíblicos n° 25 — *Os Salmos e Jesus. Jesus e os Salmos*, em preparo).

<sup>10</sup> Para conhecer melhor essas festas, pode-se ler R. MARTIN-ACHARD, *Essai biblique sur les fêtes d'Israël*, Labor et Fides, 1974, 167 p.

<sup>11</sup> Ver o excelente artigo de P. GRELOT, *Enquête sur le sabbat juif*, em *Maison-Dieu* n° 123, 1975, pp. 79-107.

<sup>12</sup> Para o pensamento judaico, Deus trabalhou sozinho, durante seis dias; no sétimo, cessa sua atividade e é o tempo dado à liberdade do homem para construir o mundo; virá um oitavo dia, no qual Deus consumará a sua obra. Não é por acaso que os muçulmanos celebram o sexto dia, a sexta-feira (Deus faz tudo sozinho), os judeus, o sétimo, o sábado (espaço de liberdade dado ao homem para agir) e os cristãos o oitavo, o domingo (afirmação de que Deus já começou a consumir sua obra por seu Messias, Jesus).

# A SOCIEDADE JUDAICA

A terra pertence a Deus que a dá a seu povo; todos são iguais diante dele . . . Fora preciso inventar instituições como o ano sabático ou jubilar, para relembrar esta igualdade social (cf. p. 32) pois necessariamente a cultura, a riqueza, a profissão criavam diferenças. Por outro lado, para os judeus, a lei civil não é outra senão a Torá, a Lei religiosa: os que são seus guardiães ou seus intérpretes, os sacerdotes e também os escribas têm, pois, por força das circunstâncias, um lugar mais importante. "Entre outros povos — escreve Josefo — outras considerações permitem determinar a nobreza; entre nós, porém, é a posse do sacerdócio que é prova duma ilustre origem" (*Autobiografia* I,1). Neste apanhado das diferentes categorias sociais, começaremos portanto pelo clero.

## O clero

### NO ÁPICE DA HIERARQUIA: O SUMO SACERDOTE

Desde o retorno do Exílio em 538 a.C, não havendo mais reis, o sumo sacerdote tornara-se pouco a pouco a chave de abóbada da sociedade judaica. É ele o responsável pela Lei e pelo Templo e é ele, por ofício, o presidente do Sinédrio. É o único que pode orar e expiar por todo o povo, o único que pode entrar, uma vez por ano, no coração do Templo, no Santo dos santos, para a Expição (cf. p. 52) e a sua morte era considerada como expiatória, pois nesta ocasião os assassinos eram agraciados.

Por causa das suas funções, o sumo sacerdote goza de grande dignidade, o que lhe vale uma situação financeira confortável: cada tarde, é o primeiro a escolher a sua parte entre as oferendas feitas ao Templo e destinadas aos sacerdotes. O Templo é também uma fonte de renda para ele; era, com efeito, um centro de comércio muito importante: por causa das regras de pureza em vigor quanto aos animais que se devem oferecer em sacrifício, os peregrinos são praticamente obrigados a comprar essas vítimas no próprio Templo; além disso, compra-se muita madeira de valor, perfumes e outros objetos de luxo, únicos dignos do Senhor. Ora, todo esse comércio pertence à família do sumo sacerdote ou então é confiado a grandes comerciantes que oferecem propinas para participarem do negócio. Gomo esses meios nem sempre satisfazem os apetites do sumo sacerdote e os de sua família, às vezes ele se serve de outros: apropria-se pela força das peles dos animais degolados, que deveriam pertencer aos outros sacerdotes, vai aos sítios roubar o dízimo que lhes é igualmente destinado ... Ou usa a intriga, a chantagem, e até o assassinato . . .

Esse comportamento, como se pode adivinhar, não favorece em nada a popularidade do sumo sacerdote, tanto mais porque ele está cada vez mais sujeito ao poder romano. Os Selêucidas e depois Pompeu se permitiram nomear um sumo sacerdote quando o posto estava vago, pelo menos o nomeavam por toda a vida. Herodes Magno e depois dele os procuradores ousam destituí-lo quando lhes apraz: ao passo que em mais de um século (entre 200 e 36 a.C.) só houve treze sumos sacerdotes, em um século (de 36 a.C. a 67 d.C.) houve vinte e seis! Isto significa que para continuar no ofício é absolutamente necessário agradar ao príncipe. No entanto, entre esses vinte e seis sumos sacerdotes temporários, vinte e cinco provêm de quatro famílias: isto demonstra o poder político e econômico dessas famílias e as intrigas entre elas! Elas formam a ossatura do partido saduceu (ver p. 76). O sumo sacerdote é ajudado nas suas funções por certo número de funcionários chamados *chefes dos sacerdotes*: o *Comandante do Templo*, responsável pelo culto e pelo policiamento no santuário e que substitui o sumo sacerdote em caso de necessidade, os *chefes das vinte e quatro*

*secções semanais, os sete vigilantes do Templo, responsáveis por toda a manutenção e os três tesoureiros.* Todos esses cargos são ocupados pelos membros da família ou pelos amigos do sumo sacerdote.

## O Sinédrio

O grande Sinédrio (do grego *synédrion*, sentar-se juntos) é a corte suprema de Israel. Suas origens remontam sem dúvida à época persa e suas primeiras menções ao reinado de Antíoco III (223-187). Foi instituído no tempo de João Hircano (134-104).

Como nas cidades helenísticas, é um conselho que assiste o sumo sacerdote, chefe supremo da nação que é seu presidente. Compreende 71 membros: anciãos, os sumos-sacerdotes depostos, sacerdotes Saduceus e depois, cada vez mais, escribas fariseus.

Herodes Magno limitou seus poderes, mas sob a ocupação romana estes foram restabelecidos e até mesmo ampliados. Corte de justiça, julga delitos contra a Lei, fixa a doutrina e finalmente controla toda a vida religiosa. Tem-se discutido muito, sem chegar a uma certeza, para saber se ele tinha, na época de Jesus, o poder de executar um condenado. Em todo caso, para pronunciar uma condenação à morte, eram necessárias duas sessões com 24 horas de intervalo. Ele tinha uma guarda à sua disposição (cf. Jo 18,3.12).

Após a catástrofe de 70 d.C, ele se reconstituirá em Jâmnia (ver p. 93) mas será então uma instituição completamente diferente na sua competência e no seu espírito.

Em toda a Palestina, havia pequenos sinédrios de três membros, entre os quais o juiz (Mt 5,25).

## OS SACERDOTES

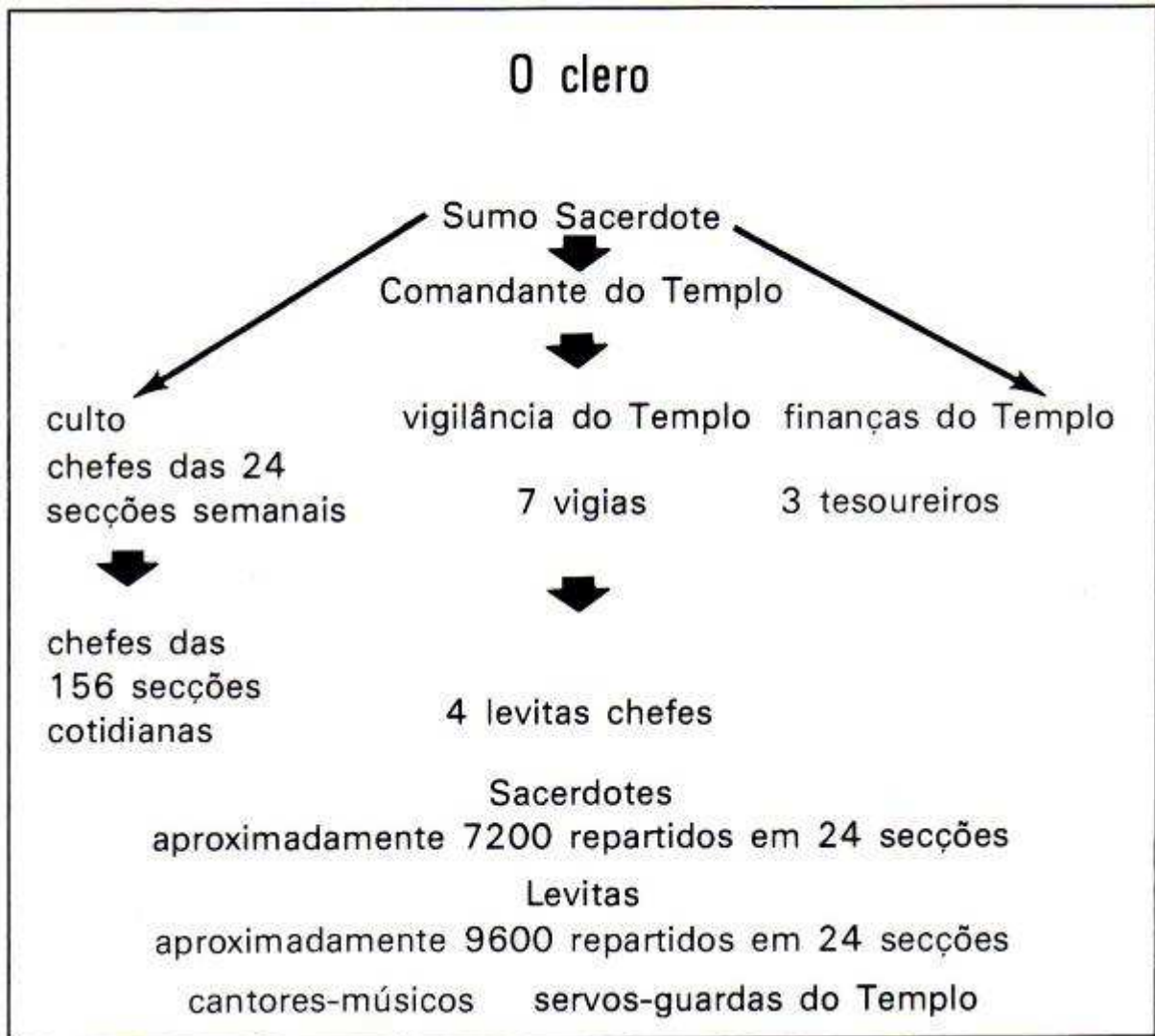
Em número de 7 mil mais ou menos, os sacerdotes são encarregados de oferecer os sacrifícios no Templo e de conservar a sua parte central. Mas não há necessidade de tanta gente para atender às necessidades habituais do culto. Eles são, pois, divididos em 24 classes ou equipes, que ficam de serviço cada qual uma semana, cada uma na sua vez. Cada manhã desta semana, escolhia-se pela sorte aqueles que teriam uma função particular no culto (cf. Lc 1,9). Somente por ocasião das três grandes festas de peregrinação é que todas as classes estão de serviço ao mesmo tempo: cada sacerdote, portanto, exerce seu sacerdócio no Templo cinco semanas por ano; o resto do tempo ele não tem nada que fazer, exceto sentar-se de vez em quando no tribunal de seu domicílio na qualidade de conselheiro, quando se julga um caso que exige a presença dum sacerdote (Ver Caderno Bíblico N° 14 p. 62).

Esse clero é pobre. Suas rendas são constituídas de dois elementos: a parte retirada dos sacrifícios (cinco semanas por ano) e o dízimo. Mas desde muito tempo, certo número de judeus esqueciam de pagá-lo e é difícil imaginar aliás, como os pequenos camponeses, esmagados pelos impostos, ou os diaristas, conseguiriam pagá-lo. É provável também que os que são marginalizados por ser desprezado seu ofício (ver p. 60), não tenham vontade de oferecer 10% de sua renda! Assim, para sobreviverem, os sacerdotes têm de encontrar um ofício: são carpinteiros, talhadores de pedra (Herodes Magno mandou que mil sacerdotes recebessem formação profissional acelerada antes de ampliar o Templo), comerciantes, açougueiros (ofício que todos eles praticam durante o culto) . . . Alguns se dedicam ao estudo e se tornam escribas.

Bem próximos do povo miúdo, tanto pelo salário quanto pelas condições de trabalho e de vida, muitas vezes não mais instruídos que ele, os sacerdotes comungam as idéias do povo. No

momento da guerra judaica, muitos, ao que parece, farão causa comum com os zelotes: esperam que a saída dos romanos lhes trará melhor situação financeira e uma elevação de nível social.

Esse sacerdócio é hereditário; transmite-se aos filhos sob duas condições: que a esposa seja uma verdadeira judia e não uma bastarda e que o filho seja física e mentalmente normal.



## OS LEVITAS

Os levitas são os verdadeiros subproletários do Templo. São aproximadamente 10 mil, divididos eles também em 24 classes, com cinco semanas anuais de serviço. Mas seu salário, por esse serviço, parece inexistente: jamais tiveram direito à parte retirada dos sacrifícios e o dízimo que outrora lhes estava reservado (Nm 18,8-32) foi-lhes confiscado, não se sabe quando, em benefício dos sacerdotes. Fora de seu tempo de serviço, exercem, como os sacerdotes, os mais variados ofícios.

No Templo, estão divididos em dois grupos: os *levitas músicos* que se instalam entre o pátio dos levitas e o dos sacerdotes e animam as liturgias com seu canto e seus instrumentos, e os *levitas porteiros* que guardam e mantêm limpo o Templo (com exceção do pátio dos sacerdotes), controlam o acesso aos diferentes círculos de santidade, garantem o policiamento e a guarda no santuário. Esses dois grupos são rigorosamente distintos, pois, em princípio, aquele que cumprisse a tarefa destinada ao outro grupo poderia ser punido com a morte! Na época que nos interessa, cada

um dos grupos se põe a reclamar uma promoção social que acabará acontecendo em 64 d.C: os músicos terão direito à veste distintiva dos sacerdotes, ao passo que os porteiros poderão aprender os hinos, como os músicos. Esta promoção concedida por Agripa II, que pretende rebaixar os sacerdotes, é muito mal recebida pelo povo, hostil a qualquer mudança.

## O povo

Sacerdotes e levitas formam uma das doze tribos de Israel, aquela que é consagrada a Deus. As outras tribos — ou o que delas resta — formam o conjunto do povo socialmente bem diversificado.

### OS ANCIÃOS

Essa palavra ancião engloba situações bem diversas como o termo *nobre* na pena dos nossos jornalistas. Quase não existe relacionamento entre os chefes duma aldeia que vivem exatamente como todo mundo e o pequeno grupo de anciãos que compõem o Sinédrio de Jerusalém. São esses últimos e seus pares que nos interessam agora: formam a aristocracia leiga de Israel, uma aristocracia bem reduzida em número, mas muito rica, graças a grandes propriedades (que no entanto nada têm a ver com os *latifúndia* romanos) ou ao comércio; em 66 d.C. três desses anciãos se comprometem a abastecer sozinhos a cidade de Jerusalém, por 21 anos, de trigo, cevada, vinho, óleo, sal e madeira.

Esses grandes proprietários e negociantes necessariamente estão ligados com o principal mercado, quer dizer o Templo e seus dirigentes, os sumos sacerdotes. Estão associados também com o poder romano que sabe uni-los a si atribuindo-lhes postos de conselheiros e portanto um certo poder. Para Roma, esses conselheiros são excelentes arrematantes dos impostos indiretos: sua própria fortuna é a garantia de que de qualquer forma o imposto entrará para os cofres do império; por outro lado, bem administrado, o imposto se torna fonte de renda suplementar para os arrematantes. O nobre que recusasse esse serviço seria primeiro objeto de pressões amigáveis, depois de chantagem e, eventualmente, de confisco de sua propriedade! Em caso de oposição ao poder, corre-se até risco de vida: Herodes matou 45 nobres que tomaram partido contra ele antes da sua chegada e esta prática não é desconhecida pelos romanos, mas eles se contentam muitas vezes com exilá-los confiscando seus bens!

Esses anciãos, apesar de terem riquezas e serem "os primeiros em dignidade", sentem a falta de uma coisa que é o ápice da glória na Palestina: o acesso ao Templo, reservado aos descendentes de Levi. Por não poderem comprar o sacerdócio, procuram suas migalhas: as famílias mais afortunadas e sobretudo as mais antigas conservam ciosamente o privilégio de oferecer, em certos dias, a lenha necessária para os sacrifícios e sobretudo, por derrogação especial, os meninos desta aristocracia podem se juntar aos levitas músicos para acompanhar os ofícios: ficam então entre o pátio dos levitas e o dos sacerdotes, ao passo que normalmente deveriam ficar no das mulheres.

Muito ciosa dos seus privilégios, unida aos sumos sacerdotes como também a Roma, esta oligarquia é, segundo todos os testemunhos, saducéia. Parece, no entanto, que na Galiléia o partido de Herodes também tenha entrado nesse círculo.

### A CLASSE MÉDIA

Temos poucas informações sobre esta classe social de comerciantes e de artesãos: Em particular, as raras indicações que se tem sobre sua situação financeira provêm mais da lenda que da realidade. Globalmente, sua prosperidade depende do Templo. Os artesãos que trabalham diretamente para ela, — padeiros, alfaiates, perfumistas . . . — são muito bem remunerados. Alguns se especializam nos bibelôs para os peregrinos ou nos mais diversos objetos de luxo, dos quais se faz grande uso por ocasião das festas. Há ainda todos os ofícios ligados á acolhida e à hospedagem

dos peregrinos: hotelaria, abastecimento, transporte e vendas de mercadorias necessárias.

O consumo deve ser muito elevado em Jerusalém, pois cada judeu é obrigado pela Lei a gastar aí em regozijo diante de Deus o segundo dízimo (Dt 12,1 7-18). Mesmo que nem todos os judeus obedeçam a essa norma (ver p. 57), pode-se pensar que os peregrinos que vêm da Palestina ou de fora fazem questão de cumpri-la. Esta soma deve ser gasta em alimentação, vestes ou perfumes e objetos de luxo, mas não pode servir para oferecer sacrifícios: pode-se imaginar o lucro auferido pelos comerciantes da capital, claramente favorecidos em relação a seus colegas provincianos. Teoricamente, é claro que se pode levar esse segundo dízimo em gêneros para gastá-lo em Jerusalém, mas é tão complicado que preferem vender seus produtos na própria aldeia e vir à Cidade Santa com o dinheiro para comprar — mas com uma notável diferença de preço — aquilo que se precisa ou que se quer: os preços são muito mais altos na cidade do que na roça, chegando a ser o triplo no caso dos figos!

## O POVO

Quanto mais se desce na hierarquia social, mais são raras as informações precisas: em todas as literaturas do mundo, fala-se pouco dos pequenos! Distinguem-se entretanto algumas categorias.

Os *pequenos proprietários agrícolas* contentam-se, com freqüência, de consumir seus produtos ou de fazer alguma troca para obter o que lhes falta: isso evita as taxas nos mercados. Na Judéia e na Samaria, parece que as lavouras são pequenas, de tipo familiar. Muitas vezes, só o filho mais velho pode herdar o sítio, e os outros filhos se tornam operários ou se expatriam. Na Galiléia, as propriedades parecem mais extensas; isso se deve a razões históricas: por volta de 150 a.C., todos os judeus fugiram dessa província (1 Mc 5,23.45); os pagãos recuperaram essas terras, aumentando suas propriedades, mas quando João Hircano reconquistou a Galiléia, esses pagãos tiveram de se converter ou partir.

Os *artesãos* ou mais exatamente os que trabalham por conta própria num trabalho que não é agrícola, nos são muito mal conhecidos. O que se sabe com mais certeza é que muitos desses ofícios são mal vistos, e até mesmo desprezados. De acordo com as fontes rabínicas antigas, o *curtidor* exala tanto mau cheiro que perde toda dignidade, a tal ponto que sua esposa pode separar-se dele quando quiser (raro caso em que o marido pode ser obrigado ao divórcio), o *tecelão* é tão mentiroso que não é admitido a dar testemunho, como também não o são a mulher e o escravo; o *pastor* é considerado ladrão, ele próprio devido à sua alimentação pessoal, e seu rebanho, porque entra muitas vezes nas pastagens dos outros; o *médico* pratica uma medicina de classe, descuidando os pobres sem dinheiro ... A lista negra das profissões é tão comprida, que se tem a impressão de que resta pouco espaço para as profissões honestas.<sup>1</sup>

Os *operários e diaristas*: basta sobrevir uma colheita insuficiente, basta uma administração errada do seu negócio, basta que algum concorrente tenha mais êxito e a pessoa perde sua independência, vendo-se obrigada a colocar-se a serviço dum patrão, seja por dia — mas a situação é então extremamente precária — seja de modo mais estável como braçal numa lavoura de grande ou médio porte. Pode-se trabalhar também numa empresa de transporte ou junto a um grande artesão; pode-se conseguir emprego na casa dum nobre, na corte, ou enfim conseguir admissão num dos grandes canteiros de obras (ver p. 33).

---

<sup>1</sup> Não se deve ver aqui a concepção greco-romana, segundo a qual todo trabalho manual é servil, mas a convicção dos escribas de que só o estudo da Lei é que conta: tudo quanto dele distrai é nefasto. Todavia, é preciso viver e, sobretudo, o trabalho é honrado em si mesmo porque é participação na obra criadora de Deus.

Todo esse pequeno povo forma a parte importante de Israel, trabalhadores que ganham salários míseros, que são desprezados pela casta dos escribas e dos fariseus, e são chamados *ham ha'ares, o povo da terra*, os incultos . . . Todavia, bom número de escribas exercem essas humildes profissões e esse povo é o principal apoio dos fariseus, pois é ele quem mais sente na carne o peso da ocupação romana: sofre pacientemente, aguardando a intervenção libertadora de Deus.

## OS MISERÁVEIS

Acontece também, infelizmente, que em consequência de maus negócios, de acidente ou de doença, alguém se torna incapaz de trabalhar: mais ou menos excluído da comunidade torna-se mendigo, ladrão ou escravo.

Os *mendigos* vivem de preferência em Jerusalém, onde os peregrinos são mais generosos; com efeito, parte do segundo dízimo pode servir para a esmola, que é uma obra muito meritória diante do Senhor. Entre eles, encontram-se muitos "leprosos", isto é, todos aqueles atacados de doença de pele e são considerados como impuros.

Mas pode-se também tentar a sorte como *ladrão*, seja em Jerusalém, seja ao longo das estradas onde se vai roubar os viajantes imprudentes. Embora o termo *bandido* abranja os ladrões e os zelotes (ver p. 77), parece certo que os ladrões formam um grupo que aumenta cada vez mais nos anos 60 d.C., aproveitando-se da instabilidade política. Já por volta de 35 a.C., tais ladrões importunavam tanto Herodes, que ele desencadeara uma verdadeira guerra contra eles.

Os *escravos judeus*. O ladrão que é preso e não consegue ressarcir os danos que causou, como também o judeu que pediu emprestado e não pode restituir, corre o risco de perder a liberdade, tornando-se escravo. Só podem tornar-se escravos o varão israelita adulto e sua filha de menos de doze anos, mas não o filho nem a esposa. A filha adquire a liberdade aos doze anos, a não ser que seu senhor a despose, o que suprime imediatamente sua condição de escrava. O homem fica escravo no máximo seis anos (ver ano sabático, p. 31). O senhor o compra por uma soma que varia entre uma e dez minas (100 a 1000 dias de salário). O escravo judeu é juridicamente igual ao filho mais velho do senhor; quanto à alimentação, à moradia e ao vestuário, deve ser tratado do mesmo modo que o senhor, o qual é obrigado, além do mais, a manter a família de seu escravo; os trabalhos por demais humilhantes lhe são vetados, por exemplo: lavar os pés do senhor, despi-lo antes do banho ou mesmo levar ao banho público a água de que se serviu. Finalmente, esse escravo judeu tem muita semelhança com um operário respeitado, que tem garantia de trabalho, e vende sua força braçal por seis anos. Sem dúvida, ele não é livre, mas pode, no caso de receber herança ou descobrir um tesouro, resgatar-se quando quiser. Isso só vale, evidentemente, se o senhor é também judeu; o senhor pagão tem outros princípios, normalmente mais duros, mas a família de um judeu vendido a um pagão tem o dever estrito de resgatá-lo.

O *escravo pagão* pode também tornar-se propriedade de um judeu, mas sua condição é então completamente outra: é comprado por toda a vida e o preço segundo suas qualidades, pode chegar até 100 minas; normalmente vale 20. É totalmente propriedade do senhor; portanto, nada pode possuir e tudo quanto pudesse encontrar ou receber como indenização por um ferimento pertence ao senhor: portanto, está na impossibilidade de economizar para se resgatar, ao passo que isso é possível entre os romanos. O senhor pode tratar esse escravo como quiser e mandá-lo fazer o que quiser; as únicas limitações a esse respeito são certas mutilações infligidas ao escravo, que lhe valem a libertação imediata, e o assassinio voluntário do escravo, que é considerado crime e punido como tal. Contudo, por razões de pureza ritual, um pagão não pode morar na mesma casa com um judeu piedoso, nem sobretudo preparar suas refeições ou servi-lo à mesa: o senhor tem, pois, um ano de prazo, a partir da compra, para circuncidar seu escravo (mas ainda é indispensável que o interessado o aceite!) ou revendê-lo a um pagão. Esta circuncisão não o assemelha ao escravo judeu: suprime a impureza fundamental e isto é quase tudo. As condições de trabalho e de vida



permanecem, efetivamente, as mesmas, pois o escravo é dispensado de todos os atos religiosos que têm lugar num momento preciso do dia ou do ano (prece ao nascer do sol, peregrinações...) e todos os preceitos positivos ("Tu deves fazer..."), pois todos esses preceitos prejudicariam a possibilidade de utilizá-lo. Ao contrário, certas regras que não impedem o trabalho, como a oração depois da refeição, são obrigatórias. A única grande aquisição obtida pela circuncisão é o direito ao repouso no sábado, que o senhor é obrigado a conceder.<sup>2</sup>

## OS ESCRIBAS

Pouco numerosos, mas tendo um peso social considerável, os escribas poderiam ser colocados após os anciãos. Mas dado que eles se recrutam tanto entre os anciãos ou sacerdotes, quanto entre os diaristas, escapam a uma classificação social precisa. Na maioria são leigos.

Esses escribas são essencialmente os especialistas da Lei. Enquanto se pede sobretudo do sacerdote que ofereça os sacrifícios ao Senhor (poder-se-ia dizer, que seja um bom açougueiro no Templo), do escriba se exige que explique e atualize a Lei em função dos tempos novos e dos problemas concretos que se põem; dele se espera também que seja um guia espiritual, para interiorizar cada vez mais a fé em Deus ou para tentar viver sempre melhor segundo sua vontade. O escriba é reconhecido como um filho espiritual ao mesmo tempo que um sucessor dos antigos profetas que Deus já não envia: existe a convicção de que o tempo dos profetas terminou, até que venha o Profeta messiânico dos últimos tempos. (O título de profeta atribuído a João Batista ou a Jesus significa, pois, para os judeus do séc. I, que se entrou na era messiânica).

O conhecimento das Escrituras e a competência jurídica fazem dos escribas personagens indispensáveis nos diferentes conselhos e tribunais: sem eles seria impossível resolver com equidade os casos difíceis. É aliás por causa desta competência e também das circunstâncias políticas (ver p. 79) que eles são numerosos no Sinédrio, no séc. I. Suas pesquisas, apoiadas numa fé profunda animando toda uma vida moral, colocam-nos antes do lado dos fariseus, que se sentem felizes por encontrar neles pessoas seguras sob o ponto de vista da doutrina. Há, portanto, relações estreitas entre esses dois grupos, mas não se deve identificá-los: há escribas Saduceus e outros, independentes. Depois de entrarem para o Sinédrio, é do alto deste lugar que vão pouco a pouco impor suas concepções, inclusive no plano litúrgico, a todo Israel, e até mesmo aos Saduceus.

Nesta sociedade judaica, em que todo o edifício social parece estático, determinado pelo nascimento (sacerdote ou não, judeu puro ou bastardo, família rica ou pobre), os escribas são a prova de que uma promoção social é possível: Hilel começara como mendigo, antes de se tornar um dos personagens mais célebres de Israel; outros são de raça mestiça: isso não os impede de seguir uma carreira prestigiosa e de se impor até mesmo aos reis. Doravante, as qualidades pessoais valem tanto quanto a herança e às vezes mais que ela.

Os escribas fariseus irão ainda mais longe: esforçando-se por estender a todo o povo as regras de pureza que eram primitivamente reservadas aos sacerdotes em exercício, suscitam uma grande esperança nas massas: também elas podem estar próximas de Deus e portanto ter o poder ou parte dele.<sup>3</sup> Insistindo na relação interior com Deus e numa vida em conformidade com a fé, mais que no culto propriamente dito, os escribas preparam Israel sobretudo para o desaparecimento do Templo e do sacerdócio. Após a catástrofe de 70 d.C, eles se tornam muito naturalmente os chefes do povo eleito e o sacerdócio cede o lugar ao rabinismo. Todo esse movimento começa a acontecer e sua fecundidade se exerce desde a época evangélica.

<sup>2</sup> *Pode-se ler Jo 13 recolocado nesse contexto.*

<sup>3</sup> *Não se deve, pois, julgar as mil e uma prescrições rabínicas com nossa mentalidade moderna: pensamos que elas escravizavam; elas podiam ser um meio de libertação.*

Mas para ser escriba não basta querer: são necessários longos estudos, um conhecimento perfeito da Lei e de todas as tradições orais, algumas das quais são esotéricas, reservadas a alguns estudantes seguros; é preciso também um juízo reto, reconhecido pelos outros escribas. Talvez já seja necessária uma "ordenação"? Ela é obrigatória no séc. II e é conferida aos 40 anos. Quando alguém se torna oficialmente *escriba* ou *doutor da Lei*, passa a ter direito de usar uma veste especial, sinal da dignidade adquirida; goza da presidência em quase todas as assembléias e das saudações respeitadas de todos: quando um escriba passa na rua, é normal que as pessoas parem de trabalhar e se voltem para cumprimentá-lo!

Assim o escriba é honrado tanto quanto o sumo sacerdote, quando não mais que ele . . . mas seus honorários não são os mesmos! Pois, assim como Deus concedeu sua Lei gratuitamente aos filhos de Israel, assim também o escriba deve oferecer gratuitamente seu ensino e seus conselhos. No entanto, ele precisa viver: é-lhe dada, portanto uma retribuição igual à que teria ganho exercendo sua profissão habitual, durante aquele período de tempo em que se utilizou dos seus serviços. Como em geral sua profissão é humilde, os honorários também o são, mas isso não exclui os pequenos presentes que acabam obtendo para os escribas famosos ou idosos um certo status.

## A mulher

Não é fácil determinar a condição da mulher na época de Cristo: é que muitas informações nos são transmitidas por textos rabínicos *posteriores*. *Parece certo que o antifeminismo aumentou no decurso* do séc. II da nossa era, tanto no judaísmo como no cristianismo; antes dessa data, ele era muito menos acentuado e é conhecido o sucesso encontrado, no séc. I, pelos fariseus, nos meios femininos. É portanto perigoso — neste como em outros domínios — extrapolar as informações que temos e dizer com certeza se a mulher que apresentamos aqui é somente a de séc. II ou já a do I.

*"Compra-se a mulher por dinheiro, contrato e relações sexuais, constata um rabino. Compra-se um escravo pagão por dinheiro, contrato e tomada de posse. Há então diferença entre a aquisição duma mulher e a dum escravo? — Não!"* Essa definição apresenta bem a condição feminina: como o escravo, a mulher depende de seu senhor-marido e tem que assumir todas as tarefas; não pode aproveitar-se nem dos rendimentos do seu trabalho nem do que ela achar; só está sujeita aos mandamentos negativos ou gerais da Lei e não aos que estão ligadas a um tempo preciso: senão, como haveria de ocupar-se das crianças ou das tarefas do lar? Se não lhe é proibido interessar-se pela Lei e pelas tradições, é muito desaconselhado, no entanto, ensinar-lhe demais a respeito disso, pois "aquele que ensina a Torá à sua filha ensina-lhe a prostituição"!

O lugar da mulher é em casa, ocupando-se dos filhos e da casa e fiando a lã, na Judéia, ou o linho, na Galiléia: os textos prevêm a quantidade mínima que ela deve fiar ou tecer por semana, quantidade esta que é reduzida se ela amamenta um filho de menos de dois anos. Ela nada tem a fazer fora de casa e se for obrigada a sair, deve guardar o anonimato mais completo, por isso se usa o véu. Se ela conversa com alguém, por exemplo para pedir uma informação, deve-se responder-lhe o mais brevemente possível; fora disso, não se lhe deve dirigir a palavra, nem sequer para cumprimentá-la. Diante dum tribunal, ela jamais é admitida como testemunha e menos ainda como juíza. Na sinagoga ela tem seu lugar; no entanto, pode haver lá uma infinidade de mulheres, se não houver dez homens adultos, é impossível celebrar o ofício.

Ela deve ainda aceitar que seu marido divida sua afeição entre ela e outras mulheres, quer sejam esposas como ela, quer sejam concubinas, ou até mesmo escravas. Notemos no entanto que a poligamia é muito rara e isso em primeiro lugar por razões econômicas (ver p. 70).

Mas a mulher é também filha de Israel, o que lhe confere direitos. Tem direito a um *mínimo*

*vital*: seu marido é obrigado a lhe dar o necessário em alimento, vestes e dinheiro para uso próprio, sem o que ela pode se queixar perante um tribunal que, após inquérito, obrigará eventualmente o marido a se divorciar: Ela também tem direito à *dignidade*: se ela cai na escravidão, o marido deve fazer tudo para resgatá-la; se ela está doente, ele deve conseguir-lhe os medicamentos necessários; enfim, ele não pode lhe impor votos contrários à sua dignidade nem obrigá-la à prostituição. Finalmente, ela não pode ser repudiada de qualquer maneira: o contrato de matrimônio é ao mesmo tempo um freio para os desatinos do marido e uma garantia para a mulher (ver p. 70).

Tal é a situação jurídica que se deduz dos textos antigos, mas a realidade é, de fato, menos sombria; principalmente na roça, se vêem mulheres ajudando os maridos nos trabalhos da lavoura, outras se dedicando ao comércio. O amor conjugal está longe de ser desconhecido e sabe transfigurar todas as leis, tanto assim que em resposta a cada crítica ou razão para se desconfiar das mulheres, na literatura antiga, pode-se citar um testemunho exatamente contrário.

Não esqueçamos tampouco as diferenças provenientes da situação social, da possibilidade ou não de ter servos e servas. Em certas cidades, o fato de as famílias judias viverem lado a lado com famílias pagas de mentalidade greco-romana onde a mulher tem uma situação bem diferente, não deve ter deixado de criar problema ou de influenciar os costumes.

## O filho e a educação

Tanto o Antigo Testamento quanto a literatura judaica antiga nos mostram que o filho é absolutamente essencial para o judeu: é ele a garantia de que o povo eleito continuará a existir, o sinal da perenidade da Aliança e portanto a prova da bênção divina: não ter filho é uma verdadeira maldição (pela qual unicamente a mulher é responsável!). Trata-se, portanto, de ter o maior número de filhos possível e são muito elogiadas as famílias numerosas.

### O NASCIMENTO E SEUS RITOS

O nascimento acontecia em casa,<sup>4</sup> com a ajuda duma parteira. O recém-nascido era lavado, esfregado com sal e envolto em faixas. Depois a mãe ou o pai lhe dava o nome; o uso de esperar o oitavo dia não é atestado antes do NT (Lc 1,59; 2,21). A mãe amamentava o filho durante longos meses, às vezes por dois ou três anos.

Oito dias após o nascimento, o menino era *circuncidado*. Os antigos hebreus certamente tomaram esse rito de iniciação ao matrimônio dos semitas, quando se instalaram em Canaã. Mas foi durante o Exílio em Babilônia, num momento em que quase já não tinham mais meios de afirmar seu caráter próprio, que a circuncisão adquiriu toda a sua importância e se tornou o sinal da pertença a Deus e a seu povo. Era praticada pelo pai ou por um especialista, em casa.

Todo menino primogênito pertence ao Senhor (Ex 13,2). Assim, devia ser "resgatado" (Ex 13,13). Nenhum lugar era prescrito para fazer esse resgate; era feito durante o mês que se seguia ao nascimento, mediante pagamento de cinco siclos de prata (Nm 18,15-16).

Ao cabo de 40 dias, se ela dera à luz um menino, e de 80 dias, se fosse uma menina, a mãe devia purificar-se (Lv 12,2-7). Esta *purificação* nada tem a ver com impureza moral (no sentido atual do termo) que a mãe tivesse contraído. A noção de "impureza" no Levítico é semelhante à de "tabu" e esta "purificação" se parece com uma espécie de "dessacralização".

---

<sup>4</sup> Nas pequenas casas da Palestina onde todos vivem no mesmo quarto (cf. Lc 11,7), compreende-se que não há condições de dar à luz na sala comum; o fato de Maria se retirar, para dar à luz seu filho, para o único lugar em que, entre os camponeses, a pessoa está tranqüila e onde faz calor, o estábulo, era sem dúvida costumeiro.

## A EDUCAÇÃO

A criança é amada por sua família, mas isso não quer dizer que seja adulada. Todos os textos preconizam, ao contrário, uma educação de tipo enérgico, para endireitar um rebelde, incapaz de sabedoria e de respeito pela Lei: há a convicção de que esta sabedoria penetra melhor usando a vara!

Durante os primeiros anos, a mãe é a única a cuidar da criança. Mas aos quatro anos, a situação muda conforme o sexo: a menina continua com a mãe e o menino passa para os cuidados do pai. Tanto para um como para o outro, começa então o aprendizado da profissão: o de cozinheira-dona-de-casa-futura-esposa para a filha e geralmente a profissão do pai para o filho. Pode acontecer que o filho seja mandado para a casa de um outro para aí aprender o ofício, ou que a filha seja vendida como escrava, mas, para isso, deve-se esperar até os seis anos. Após esta idade, o pai não é mais obrigado, juridicamente, a sustentar os filhos: eles têm de aprender a se arranjar.<sup>5</sup>

A educação não visa somente ao aprendizado de um ofício: consiste sobretudo em ensinar a Torá aos filhos. E aqui também, esta função compete aos pais. Mas há uma grande diferença neste ponto entre as meninas e os meninos. A menina, evidentemente, deve conhecer todos os preceitos negativos: "Tu não farás ., ." e os que se referem à sua condição; mas fora disso, quanto menos se lhe ensina, melhor é. O menino, ao contrário, deve saber o mais possível da Lei, a fim de melhor conhecê-la e honrar o Senhor. Deve saber ler o texto sagrado e ser capaz de interpretá-lo. Mas como muitos pais não podem fazê-lo por si mesmos, inventa-se a escola, destinada só aos meninos; as meninas conseguem, no entanto, adquirir certa formação, graças sobretudo aos comentários do ofício sinagoga. De acordo com uma tradição judaica, só por volta de 63 d.C. é que o sumo sacerdote decidiu criar em cada aldeia uma escola gratuita para todos os meninos a partir de 6 ou 7 anos; mas alguns fazem a instituição do ensino público remontar a 130 a.C, embora sua finalidade não fosse outra senão preparar leitores para a sinagoga.<sup>6</sup>

Nestas escolas, são as Escrituras que formam a base do ensino: O mestre e os alunos as repetem, o mestre as comenta, para que os alunos acabem decorando-as. Utilizam-se os processos mnemotécnicos da época, dos quais os evangelhos nos oferecem muitos exemplos: paralelismo, antítese, assonância. É lendo o texto bíblico que se aprende tudo: o cálculo é ensinado quando se fala da duração da vida dos patriarcas; a geografia, a propósito das guerras de Israel, as ciências a partir deste milagre ou daquele fenômeno. A Bíblia é o livro completo que permite integrar tudo e é inútil ir procurar algo fora dela, dizem os rabinos do séc. II da nossa era.

## O ENSINO SUPERIOR

Como em todos os países do mundo, é o ensino superior que primeiro se organiza. Bem antes da época de Cristo, cada sábio (ou rabino) preocupava-se com formar discípulos e futuros escribas que pudessem exercer seu ofício nos tribunais e nas sinagogas. Hilel tinha cerca de 80. Dentro do movimento dos escribas de afinidade farisaica, havia duas correntes: uma mais rigorista, a outra mais laxista em matéria de pureza ritual; na escola de Shamai, exigia-se um ano de estágio para conhecer essas prescrições rituais, ao passo que na de Hilel contentava-se com 30 dias.

Não temos informações sobre a escolarização antes da ruína do segundo Templo (70 d.C). Todavia, a preparação de pessoas capazes de fazerem a leitura e a homilia na sinagoga era certamente uma preocupação. Após o séc. II da nossa era, as informações existem.

---

<sup>5</sup> É proveitoso ler a emocionante autobiografia de D. TULMAN, Va-t'en! Stock, 1973, 464 p. Aí se vê como esta educação era sempre praticada em certos meios judaicos no começo do nosso século e percebe-se um pouco, do interior, o que é a mentalidade judaica.

<sup>6</sup> Ver R. de VAUX, Les Institutions. . . I, p. 85.

Seriam antigas algumas delas? Demos alguns exemplos. Certas famílias se organizam em grupos de cinco ou seis e contratam um professor para seus filhos. Cria-se no lugar principal da região uma espécie de escola secundária, que são obrigados moralmente a freqüentar todos os jovens de 16 a 18 anos. Mas isso cria problemas, pois o horário escolar vai do nascer ao pôr-do-sol: é preciso fazer a caminhada todo dia ou pagar pensão. Por outro lado, esses jovens de 16 a 18 anos nem sempre são muito dóceis: o Talmud nos diz que "quando o mestre tinha de se queixar de um dos seus alunos, este ficava revoltado e abandonava a escola". Essa iniciativa esquecia sobretudo que os jovens desta idade estão normalmente inseridos totalmente no mundo do trabalho e que, a não ser que tivessem uma fé profunda ou fortuna familiar que permitisse sustentá-los, tinham que pensar primeiro na sua alimentação. Praticamente, portanto, só os filhos de famílias abastadas é que podiam receber tal ensino, embora os líderes de Israel tenham tido sempre o cuidado de oferecer a mais ampla educação a todos, inclusive ao pobre e ao órfão. Foi isso que levou à criação de escolas gratuitas para todas as crianças a partir de seis anos, em todas as aldeias.

O ensino superior tem como centro a discussão e a argumentação entre estudantes a propósito desta ou daquela interpretação de um texto bíblico. O estudo do grego, a língua internacional da época, é aceito até o séc. II da nossa era (as traduções gregas das Escrituras, denominadas de Áquila e de Teodocião foram feitas em ambiente judeu, após o ano 70). Depois, será malvisto; segundo os escribas, já não tem mais sentido ensinar a filosofia grega, que perverte os homens; quanto à língua grega, dizem eles: "Podes estudá-la, se encontrares um tempo que não seja nem o dia nem a noite". No que diz respeito ao mestre, quase sempre um escriba, já que ele difunde a Palavra de Deus, deve ser honrado pelos alunos à imagem de Deus, primeiro doador da Lei; os pais passam para o segundo lugar depois dele.

## O matrimônio

### IDADE

Até os doze anos, a criança é menor e não pode tomar decisão alguma que a comprometa de verdade. Quando chega aos doze anos, a situação é diferente para o menino e a menina.

Após completar doze anos, o menino torna-se maior, é obrigado a observar a Lei, que ele pode ler na sinagoga (mais tarde, ele ganhará o nome de *bar-miçwah* ou *filho do mandamento*). É convidado a se dedicar ao trabalho. "*Deve em primeiro lugar construir sua casa, depois plantar uma vinha, depois casar-se*". É preciso que ele ajunte o necessário para abrigar e alimentar corretamente mulher e filhos. A idade considerada boa para se casar é entre os 16 e 22 anos, o ideal é aos 18 anos. "*O Santo — que ele seja bendito — está atento a que o homem se case ao mais tardar aos 20 anos e o amaldiçoa se não o fez até essa data*". Alguns escribas toleram até 24 anos.

A filha, entre 12 anos e 12 e meio, é uma adolescente que o pai tem o dever absoluto de entregar a um noivo, pois após essa data ela se torna plenamente maior e pode portanto livremente aceitar ou não os projetos do pai. Durante esse período da adolescência, é o pai que decide e, pelo direito, pode fazê-lo contra o parecer da filha. Contudo, aconselha-se fortemente a ele que procure ouvir a opinião dela e não contrarie sua vontade expressa. Se o pai lhe deu um noivo ou um marido antes dos seus doze anos, ela pode dizer, no dia em que atinge essa idade: "*Considero-me como vendida em escravidão e portanto me liberto hoje*". E ela se torna efetivamente livre.

É no meio dos parentes que normalmente o pai procura um noivo para a filha: isso evita a dispersão dos bens da família e tem também a vantagem de os futuros parceiros já se conhecerem, sendo portanto maiores as chances de se entenderem. Com efeito é proibido, segundo uma lei dos escribas, fazer dois jovens se casar sem que nunca se tivessem encontrado antes, porque no dia do casamento, um deles poderia dizer: "*Não tenho realmente o que eu esperava e portanto não quero*".

## O NOIVADO

Juridicamente, o noivado é o ato essencial que liga efetivamente os futuros esposos e suas famílias, graças ao contrato de matrimônio; é coisa bem diferente, portanto dos nossos noivados ocidentais.

Esse contrato é um ato oficial que estipula: como serão divididas as despesas da festa do matrimônio; o que o noivo vai pagar ao pai da moça (como "preço" da noiva); o que eventualmente a moça possui como bens próprios, bens que podem provir de herança ou de indenização por algum acidente que lhe teria acontecido após os doze anos; o dote que o pai paga por sua filha (os bens próprios e o dote são, de fato, administrados pelo marido que tem a posse total das rendas que eles podem dar, mas em caso de separação dos esposos ou de morte do marido, a esposa recupera esses bens ou seu equivalente); o penhor de casamento, enfim, indicado antes sob a forma de bens do que de dinheiro, bens reservados para a esposa: se ela fica viúva, esses bens lhe são atribuídos e a partilha entre os filhos só tem lugar depois; se ela é repudiada, o esposo deve dar-lhe esse penhor, exceto em alguns casos em que fosse notória a má conduta da esposa.

Vamos explicar alguns pontos referentes a este contrato.

O dote ou provisão do pai para sua filha é algo muito importante: isso representa, de fato, sua herança paterna. Em estrita justiça, só os filhos herdaram, recebendo o mais velho uma dupla parte, mas as filhas devem receber um dote. Os textos especificam que, se o pai morre na indigência, os irmãos que entretanto não herdaram nada, devem trabalhar para constituir um dote para suas irmãs.

O valor dos diversos elementos depende da fortuna das famílias e das exigências recíprocas. O pai que ama sua filha deve interessar-se especialmente pelo valor do penhor do matrimônio e assegurar-se de que o noivo certamente o possui.

Como os esposos de Jerusalém unanimemente adquiriram o costume de deixar sua casa para sua eventual viúva, uma lei estipula, no séc. I, que, de qualquer forma, a viúva conserva por toda a vida o usufruto da casa de seu marido.

Escrever um "bilhete de repúdio" é, portanto, como se vê, muito constrangedor para o marido, pois equivale a renunciar ao usufruto dos bens da esposa e abandonar parte dos seus próprios bens (o penhor); se alguns felizardos podem se permitir esse sacrifício "por qualquer motivo" (Mt 19,3), a imensa maioria dos judeus hesita muito mais.

Esse noivado não altera nada na vida concreta dos dois: cada um continua a viver na sua própria família como antes e as relações sexuais são malvistas. Cada um sabe, porém, que está totalmente ligado ao outro e que a separação não se poderá realizar senão por um bilhete de repúdio com todas as suas conseqüências. O noivo, que já recebeu o dote, pode começar a fazê-lo render, ao passo que a noiva não precisa senão esperar em sua casa, mantendo boa conduta para assim dar prova de sua fidelidade. O tempo do noivado dura mais ou menos um ano e, segundo as discussões dos rabinos, ele se apresenta claramente como o tempo necessário para que a moça se torne fisiologicamente uma mulher e portanto uma possível mãe: insistem para que se espere as primeiras ou até as quartas regras.

## O MATRIMÔNIO

Chega afinal o momento do verdadeiro encontro e da vida em comum. Sabe-se pouca coisa sobre o matrimônio mesmo no séc. I. É ocasião de uma grande festa para as famílias e para os vizinhos. Eles dançam, cantam, organizam farândolas inclusive noturnas. O esposo vai buscar a noiva para conduzi-la à casa dele, isto é, as mais das vezes, à casa dos seus pais: esta chegada à família dos sogros não deve ter sido sempre fácil para a noiva. Pois é esse o último dia da sua vida em que ela tem o direito de não usar véu na cabeça. Parece não haver cerimônia religiosa especial,

a não ser uma bênção pronunciada pelo pai da noiva. A verdadeira bênção virá com os filhos que nascerão desta união. Não quer dizer que não se faça referência a Deus: pensa-se, ao contrário, que é ele quem decide todos os matrimônios. Mas já que toda a vida do judeu está voltada para Deus, esse ato eminentemente humano é sagrado em si mesmo, sem que haja necessidade de mais outra coisa. Durante a noite de núpcias, a noiva sobretudo não deve esquecer a prescrição de Dt 22,13-21 que continua sempre em vigor. Pelo matrimônio, a esposa passa dum submissão total ao pai para uma submissão quase total ao marido:

### **criança**

nada pode possuir

deve respeito ao pai e aos irmãos

o que ela encontra pertence ao pai

pode-se fazer dela uma escrava

nada pode decidir sozinha (votos)

representada na justiça pelo pai

mutilada ou deflorada: a indenização vai certamente para o pai

### **esposa**

possui, mas sem nenhum direito

deve respeito ao marido

o que ela encontra pertence ao marido

se se tornar escrava, o marido deve resgatá-la

nada pode decidir sozinha e o marido pode lhe impor votos

representada pelo marido, a não ser quando ela apresenta queixa contra ele

mutilada: a indenização fica muito provavelmente com o marido

É necessária a viuvez ou o divórcio para que a mulher encontre enfim sua autonomia e goze da liberdade e da possibilidade de administrar seus negócios. Mas ainda é preciso que suas rendas lhe permitam viver! Se não, ela pode escolher entre o segundo casamento e a miséria ... a não ser que, abandonando o véu, ela se entregue á prostituição.

Esta situação global explica bem a pequena importância das mulheres e ao mesmo tempo a insistência sobre as viúvas que se pode encontrar no Novo Testamento.

## **O DIVÓRCIO**

O marido pode repudiar a mulher. Discutia-se muito, na época rabínica, sobre o motivo alegado em Dt 24,1: "se ele encontrou nela algo de inconveniente". A escola de Shamai não admitia como motivo senão a má conduta ou o adultério da mulher, mas a de Hilel admitia razões mais fúteis: bastava que a mulher tivesse preparado mal uma refeição ou mesmo que ela tivesse cessado de agradar ao marido. As mulheres, ao contrário, não podem pedir o divórcio: a hipótese de Mc 10,12 (que não consta em Mt-Lc) é sem dúvida influenciada pelos costumes pagãos.



# OS GRUPOS POLÍTICO-RELIGIOSOS

Após a queda de Jerusalém em 70 da nossa era, o judaísmo sobrevive graças aos fariseus, e são suas tradições que vão estruturar a lei judaica até nossos dias. Por isso tem-se às vezes a tendência de projetar esse estado de coisas sobre o período anterior a 70, pensando que na época de Cristo acontecia o mesmo. Os evangelhos parecem reforçar essa impressão; sem dúvida, falam bastante dos *Saduceus*, dos *herodianos*, dos *Samaritanos* e informam que um discípulo, Simão, é apelidado o *zelote*; mas os únicos adversários sérios, no plano doutrinai, permanecem os *fariseus*. Tal simplificação não retrata a efervescência das idéias que diversificava então o judaísmo. Josefo nos fala de três "seitas" (ou correntes de idéias) para depois apresentar efetivamente quatro: *fariseus*, *Saduceus*, *essênios* e *zelotes*.

De fato, é muito difícil definir esses grupos. Por um lado, realmente o judaísmo admitia com bastante facilidade divergências consideráveis entre seus membros, contanto que mantivessem algumas verdades essenciais e aceitassem certas práticas. Assim, por exemplo, em Jerusalém, parece que os discípulos de Jesus foram considerados, por longo tempo, como fazendo parte do povo judeu: conservam a fé no Deus único, apóiam-se nas Escrituras, continuam rezando no Templo (At 3,1); formam, pois, no seio do judaísmo, uma espécie de tendência nova que se designa uma vez como a seita dos nazoreus (At 24,5). Por outro lado, a doutrina desses grupos é-nos mal conhecida: a dos fariseus é transmitida em textos que só mais tarde foram postos por escrito; o pensamento dos Saduceus não chegou até nós senão através das críticas de seus adversários; os movimentos batistas se desenvolveram em camadas populares que geralmente não deixam literatura; só os essênios, depois da descoberta de certos manuscritos seus a partir de 1947, nos oferecem documentos, mas que são muitas vezes de difícil acesso.

Aqui vamos falar sobretudo das quatro seitas apresentadas por Josefo, antes de dizer uma palavra sobre os Samaritanos e os batistas

## UM POUCO DE HISTÓRIA

A origem dos quatro primeiros grupos prende-se, mais ou menos, à epopéia dos Macabeus. Já apresentamos essa história (ver p. 16). É necessário relembrar aqui alguns detalhes.

De 333 a 198, os judeus vivem em paz sob o domínio dos Lágidas do Egito. Em 198, o rei selêucida de Antioquia, Antíoco III faz Israel entrar para seu império e tenta helenizá-lo. Esse universo grego é visto por certos judeus como uma iluminação: é um convite para sair do gueto no qual estavam confinados (1 Mc 1,11), para viver de outro modo, para fazer comércio com esse império grego . . . Mas o povo, receando que a fé desaparecesse junto com seus costumes, não acompanha esses novos profetas. O autoritarismo de Antíoco IV, que quer impor a religião grega proibindo a circuncisão e as práticas judaicas, provoca a revolta de Matatias em 167. Em 166, um dos seus filhos, Judas apelidado *Macabeu* (o *Martelo*?) lhe sucede, reconquista o Templo que é purificado em 164 (festa da Dedicção). Mas a guerra, militar e diplomática, vai durar por muito tempo ainda. Em 160 Jônatas sucede a seu irmão Judas e, em 143, um outro irmão, Simão, substitui Jônatas. Em 142, Simão consegue a independência de Israel. Assassinado em 134, quem toma o poder é seu filho João Hircano e é fundada a dinastia dos Asmoneus. Em 104 seu filho Aristóbulo

Ihe sucede por um ano, seguido por outro de seus filhos, Alexandre Janeu (103-76), que toma o título de rei. Sua esposa Alexandra reina (76-67) enquanto seu filho Aristóbulo II (67-63) não se torna maior. A disputa entre Aristóbulo e seu irmão Hircano II será a causa da intromissão dos romanos na Palestina (ver p. 14).

Mas precisamos voltar atrás e mencionar um fato de grandes conseqüências. Em 152 já fazia sete anos que não havia sumo sacerdote. Desde a época de Davi-Salomão, o sumo sacerdote era escolhido na descendência de Sadoc (2Sm 8,17; 1 Rs 2,35). A legitimidade estava ligada à pertença a esta dinastia sadoquita. Ora, em 175, o sumo sacerdote Onias III fora afastado por Antíoco IV e morria assassinado no exílio. Seu irmão, Jasão, obteve o cargo mediante dinheiro e logo foi suplantado por Menelau, um sacerdote obscuro; Alcimo, descendente de Aarão, foi eleito depois. Ao morrer, em 159, não foi substituído. Foi então que Jônatas, que já era chefe da resistência armada, conseguiu, em 152, fazer-se nomear sumo sacerdote por Alexandre Balas, pretendente ao trono de Antioquia. Jônatas era da classe sacerdotal, mas não sadoquita, e seu sacerdócio foi considerado como ilegítimo pelos fiéis da tradição. Foi sem dúvida nesta ocasião que certos judeus piedosos começaram a se separar dos Macabeus (ver adiante: fariseus e Saduceus). Depois de Jônatas, seus sucessores continuarão a acumular os dois poderes, o civil e o religioso.

É, portanto, num ambiente conturbado que vão nascer as quatro grandes seitas. De início, todos os judeus piedosos estão unidos em torno da família dos Macabeus por um motivo religioso: rejeitam com vigor a apostasia que Antíoco IV lhes quer impor e que alguns aceitam, a ponto de abandonarem todos os costumes judaicos: alguns chegam ao ponto de recorrer à cirurgia para fazer desaparecer o sinal da pertença a Israel, a circuncisão (1 Mc 1,13-15). Para o fiel, tal abandono da Aliança e do seu sinal tangível só podia acarretar a rejeição do povo por Deus, quer dizer, toda uma escalada de desgraças, indo até à perda da terra santa, como o haviam anunciado os profetas e como o Exílio havia fornecido a prova. Como o exprime bem 2Mc 6,12-17, enviando as perseguições desde as primeiras faltas, Deus evitou que todo o povo apostatasse e que a Aliança fosse mais uma vez calcada aos pés. Mas o que é claro ao nível dos princípios para aqueles que, com Matatias, "têm o zelo pela Lei e sustentam a Aliança" (1Mc 2,27), é menos claro na prática: a fidelidade à Lei exige o fixismo absoluto? E se se admite uma evolução possível, até onde se pode chegar? Aí é que os grupos vão divergir.

## OS SADUCEUS

Seu nome, ao que parece, relaciona-os com Sadoc: "os Saduceus se consideram como os detentores do sacerdócio legítimo, na linha de Ez 40,46, o que também reivindicam os 'filhos de Sadoc' de Qumrã. Pode-se considerá-los como os descendentes do sacerdócio e da aristocracia da época dos Macabeus, abertos para o helenismo e mantendo fidelidade à dinastia dos Asmoneus. Aparecem como um grupo organizado no tempo de João Hircano (135-104) e intervêm constantemente na vida política do país, sobretudo por intermédio do sumo sacerdote e do Sinédrio".<sup>1</sup>

De início, são eles portanto os chefes da resistência aos ímpios, mas, para garantir a vitória da sua causa, devem procurar apoio no exterior e sobretudo junto aos romanos, negociando com seus adversários diretos, para não votar todo o povo ao extermínio. Esses contatos os introduzem na civilização grega na qual nem tudo é mau e que é a dos senhores. A história dos Asmoneus e do grupo saduceu que os sustenta mostra um progresso cada vez maior do luxo e dos gostos helenísticos; isso aparece sobretudo no comércio entre a Grécia e a Palestina, comércio importante: sem ele, Hircano II não teria recebido como sinal de reconhecimento a coroa de ouro de Atenas e sua estátua não teria sido erigida nesta cidade. E Jônatas não resistirá à coroa de ouro que lhe oferece Alexandre Balas, nomeando-o sumo sacerdote, certo de que assim conquistará um amigo cujos sentimentos poderá dominar (1Mc 10,15-20).

---

<sup>1</sup> I R. LE DÉAUT em Introduction à la Bible, N. T., T. III, Vol. 1 (Desclée) p. 141

No plano religioso, eles têm o poder sobre o Templo e portanto sobre o culto, e sobre o Sinédrio, até 76 a.C, data da morte de Alexandre Janeu. No fim da vida, este compreendeu que é perigoso governar apoiando-se num só partido e pede a Alexandra que dê um lugar ao partido dos fariseus. Esta faz entrar no Sinédrio alguns escribas que, bem depressa, açambarcam todo o poder religioso. Os Saduceus perdem as chances de reagir porque seu chefe, o sumo sacerdote, depende totalmente do poder civil (os Asmoneus, depois Herodes, e os procuradores romanos). São, por isso, totalmente sem prestígio no meio do povo miúdo.

A fé saducéia, pelo que dela sabemos, se explica bem nesse contexto; eles são muito apegados ao Pentateuco, mas só a ele; desconfiados em relação aos profetas, desprezam os Escritos; consideram como heresia inovadora todas as tradições novas, influenciadas pelas civilizações vizinhas e enaltecidas pelos fariseus. Assim, fazem questão de mostrar sua fidelidade ao Deus dos Pais e da Aliança, fidelidade que é um trunfo considerável para justificar seu modo de vida. Negam, com efeito, a ressurreição, apoiando-se na concepção tradicional duma retribuição imediata e material: já que possuem a riqueza e o poder, quer dizer que Deus os abençoa e que são justos! Aceitar um juízo e uma retribuição após a morte seria perder a segurança: é angustiante viver num mundo em que "os primeiros serão os últimos!".

Josefo (que é fariseu e não os estima) declara que "disputar contra os mestres da sabedoria que eles seguem é considerado por eles como uma virtude" (*Antiguidades* 18,16): quanto mais a lei é precisa e limitada, maior é o campo em que ela não se aplica e em que se goza duma total liberdade. Encontra-se uma aplicação concreta desse princípio nas regras de pureza: os Saduceus julgam que elas só valem no recinto do Templo. Isso tem duas conseqüências: a pessoa é livre fora do Templo e livre de ter contatos com os pagãos (ver ao contrário a atitude dos fariseus, conforme Mc 7,3-4); a pureza, e portanto a santidade, é reservada aos que estão freqüentemente no Templo, a saber, aos chefes dos sacerdotes: essas regras praticamente não se aplicam ao povo e pode-se exigir dele qualquer coisa, inclusive os trabalhos forçados.

No séc. I da nossa era, os Saduceus estão em má situação: Roma lhes tirou, desde Pompeu, o poder político e parte do poder religioso (o sumo sacerdote já não é escolhido por Deus, segundo a descendência, mas pelo imperador mediante seu legado); os fariseus os despojaram do que lhes resta de autoridade: mesmo no seu domínio próprio, o culto, têm de seguir as proposições dos fariseus por causa da pressão do povo.

No entanto, investidos da sua dignidade de nobres, parece que tiveram até o fim atenção para com o povo tanto quanto para com seus próprios negócios: Josefo no-los mostra muitas vezes intervindo em favor do povo junto dos procuradores ou contra os procuradores junto do imperador. É verdade que têm consciência de que sua prosperidade está ligada à tranqüilidade do povo: são portanto os primeiros a querer refrear qualquer movimento popular que ameace acarretar represálias. São os primeiros responsáveis pela morte de Jesus (cf. Jo 11,49-50). Foi no entanto um deles que desencadeou a catástrofe de 70, interrompendo, em 66, o sacrifício pelo imperador. Já que a única razão de ser que lhes restava, o Templo, terminou em 70, eles também desaparecem juntamente com o Templo.

## **OS ZELOTAS**

E só a partir da insurreição judaica de 66 d.C, que Josefo chama de "zelotas" os que antes apelidava "salteadores" ou "bandidos". Reconhece, entretanto, que eles existem como "seita" (que ele não menciona) ou grupo organizado já em 6 d.C, quando Judas o Galileu lança um movimento de revolta contra o recenseamento dos bens dos judeus, com finalidade fiscal, por Quirino. Esse reconhecimento tardio como "seita" reflete bem a resignação dos responsáveis judeus: nesta época, só os violentos podem salvar o que constitui a própria razão de Israel.

Mas de fato, enquanto tendência, esse movimento extremista mergulha suas raízes num passado bem remoto da história do povo. Seu nome *zelota* vem de um termo grego que significa *ser zeloso por*.<sup>2</sup> Já na época do Êxodo, se nos apresenta Finéias, zeloso por Deus (Nm 25,6-13); esse movimento se desenvolve no tempo dos Macabeus e desde esse período "todos os textos nos descrevem zelotas de um mesmo tipo: rigoristas violentos que, a exemplo de Finéias, de Jeú e de Matatias, executam impiedosamente aqueles que, a seus olhos, são infiéis à Lei de Moisés. Para os zelotas da guerra judaica, o inimigo já não é o judeu apóstata, mas sim o romano e seus colaboradores. Presenciamos, sem dúvida, uma mudança provocada por uma situação nova".<sup>3</sup>

Tanto no plano das ações concretas como no das motivações profundas, é certamente o mesmo movimento durante todos os séculos: tais pessoas são extremamente exigentes quanto à santidade do Templo e ao respeito pela Lei e por isso, estão certas de que Deus está do lado delas; com efeito, o Senhor deu uma terra a Israel, mas, em contrapartida, ele não tolera, nesta terra santa, transgressão alguma, venha ela dos judeus ou dos não-judeus.

Os judeus podem ser infiéis no plano religioso; neste caso, os zelotas intervêm, com a bênção dos sacerdotes, para o linchamento imediato (a morte de Estevão poderia ser um exemplo disso, At 6,12s). Eles podem ser infiéis também no plano político, buscando alianças com o ocupante, o romano, em vez de confiar em Deus somente. Também nesse caso os zelotas reagem, para grande desagrado de Josefo.

Os não-judeus, sobretudo os ocupantes, devem ser eliminados, sobretudo se se dão demais a seu domínio sobre o país (pelo recenseamento) ou se eles zombam das instituições religiosas: é um ato de despudor de um soldado romano e a destruição pelo fogo de um rolo da Lei por outro que, por volta dos anos 50 d.C, provocam as confusões que não terminarão até a guerra. A última provocação será o saque do Templo pelo procurador Floro (cf. p. 89).

Assim, ao passo que os Saduceus e seus amigos Asmoneus traíram a causa religiosa dos Macabeus, fazendo aliança com os piores inimigos da sua fé, os zelotas são os campeões da ortodoxia e do integristo. O entendimento entre essas duas tendências é impossível e suas divergências aparecem no plano geográfico como no plano social: os zelotas têm sua origem na Galiléia, onde facilmente podem se ocultar nas numerosas grutas e freqüentemente são muito pobres; os outros reinam na Judéia e sobretudo em Jerusalém, onde vivem em meio às riquezas.

Religiosamente, os zelotas têm uma confiança absoluta em Deus e nas instituições queridas por ele: o Templo e a Lei. Estão convencidos de que, por suas ações de "extermínio dos ímpios", apressam a vinda do seu reino, do seu Messias; Deus é o único senhor, mas ele não age sozinho e tem necessidade dos homens: quanto mais alguém for *zeloso por ele*, inclusive no plano político e temporal, melhor será!

## OS FARISEUS

Os fariseus fazem de modo sensacional sua entrada na história no tempo de Alexandre Janeu (103-76): ousam opor-se a este rei sumo sacerdote que lhes censura a influência sobre o povo; isto provocou o começo duma guerra civil de seis anos, durante a qual milhares de judeus foram crucificados pelo rei. Mas os fariseus saíram da guerra vitoriosos (ver p. 76) e exerceram grande influência no reinado de Alexandra.

---

<sup>2</sup> Ver *Cadernos Bíblicos* nº 26 — S. Paulo e seu tempo (em prep.).  
<sup>3</sup> J. A. MORIN, "Les deus derniers des Douze", em *Revue biblique* 1973, pp. 346s.

As origens deles são de fato mais longínquas: são relacionados com o grupo dos *hassidim* e com Esdras, o sacerdote. Os *hassidim* são os judeus *piadosos* (este é o sentido do termo hebraico) que, no tempo da restauração nacional animada por Esdras, entendem que não basta reconstruir o Templo, as muralhas e a cidade de Jerusalém, que é preciso também reconstruir uma vida espiritual capaz de animar essas pedras, uma vida espiritual fundada sobre o estudo da Lei para conhecer a vontade de Deus e sobre a oração. Esses *hassidim* são os transmissores, se não os criadores, de numerosos salmos.

Durante a crise macabéia, esses piadosos não parecem unânimes: no começo, estão do lado de Matatias, mas desde o tempo de Judas Macabeu, alguns deixam o movimento, pois, a seu ver, a luta de Judas já tem um caráter mais político que religioso.

Assim se vê esboçarem-se as diferenças entre três grandes correntes judaicas. Os *Saduceus* exercem uma atividade política de compromisso com o poder, para recuperar tudo que podem; os *zelotas* recusam todo compromisso e lutam ativamente para expulsar o ocupante; os *fariseus*, próximos ideologicamente destes últimos, recusam o engajamento político ativo e pensam obter a salvação do povo e do país por sua piedade, favorecida por um estudo sério da Lei. É por isso que, por exemplo, aceitam o sumo sacerdote Alcimo, mesmo que ele já esteja imbuído do helenismo, porque com ele os sacrifícios rituais podem recomeçar no Templo e Deus é, portanto, de novo honrado.

### Sete espécies de fariseus

Os próprios fariseus sabiam, com humor ferino, distinguir os bons e os maus dentre eles. Quatro textos do Talmud nos oferecem listas diferentes dos diversos tipos (ver o artigo "Pharisiens" no supl. Dict. Bible, col. 1074 ou R. ARON, Les années obscures de Jésus, Grasset, 1960, p. 151). Escolhendo livremente nesses quatro textos, eis alguns extratos que apresentam sete categorias de fariseus:

Os "**de costa larga**": escrevem suas ações nas costas para se fazerem honrar pelos homens.

Os "vagarosos": pretextam um preceito urgente a cumprir para retardar o salário dos operários.

Os "**calculadores**" que assim refletem: já que tenho em meu ativo muitos méritos, tenho com que pagar algum pecado.

Os "**ecônomos**": Que pequena coisa vou executar para aumentar meus méritos?

Os "**escrupulosos**" que perguntam a si mesmos: Que pecado oculto cometi para compensá-lo com uma boa ação?

Os "**fariseus do temor**" que agem como Jó.

Os "**fariseus do amor**" que agem como Abraão: esses são os verdadeiros.

Esta atitude de respeito para com o sumo sacerdote seja ele quem for, ligada a uma desconfiança do poder político, vai continuar entre os fariseus. Quando Pompeu vem ao Oriente e se lhe pede, em 63 a.C, para servir de árbitro entre Hircano II e Aristóbulo II, o povo "pediu para não ter rei: pois a tradição é que se obedeça aos sacerdotes do Deus que eles honravam e esses homens (Hircano e Aristóbulo), descendentes dos sacerdotes, quiseram levar o povo a mudar de governo para reduzi-lo à escravidão" (*Antiguidades judaicas* 14,4). Esta delegação do povo é, de fato, a dos fariseus. Mais tarde, Herodes Magno não conseguirá fazê-los prestar a ele o juramento de fidelidade.

Esses fariseus, homens piedosos, conhecem bem a Lei, esforçam-se primeiro por vivê-la eles próprios e consideram como seu dever difundi-la ao seu redor, o que fazem, sobretudo na sinagoga (cf. p. 45). É lastimável que se tenha chegado a caricaturá-los como hipócritas e não se deve tomar ao pé da letra Mt 23: trata-se dum texto polêmico que muitos fariseus também aprovavam, conscientes de sua imperfeição.

Desconfiança do poder e zelo pela educação das massas vão dar aos fariseus uma audiência enorme junto do povo miúdo, a tal ponto que os chefes deverão sempre levar em conta a sua opinião: o sumo sacerdote deve submeter-se à decisão deles, mesmo num ato tão estritamente reservado como o acesso ao Santo dos santos no dia do Kipur (cf. p. 51). Herodes Magno parece ter mais consideração para com eles do que para com os Saduceus: ao subir ao trono elimina diversos opositores, mas se contenta com impor uma multa aos fariseus que recusam o juramento. No séc. I da nossa era, se os procuradores parecem pender mais para o lado dos Saduceus, os fariseus encontram forte apoio nos reis Agripa I e II; dado o seu lugar no Sinédrio, são eles verdadeiramente os defensores do povo e se apresentam como o primeiro partido que é ao mesmo tempo político e religioso.

Oriundos do povo, constituindo um partido do povo, os fariseus procuram *ser separados* do povo (este é, ao que tudo indica, o sentido do seu nome): eles o consideram por demais ignorante da Lei e sobretudo impuro, por não respeitar suficientemente a Lei de santidade, expressão da própria vontade de Deus. Desta Lei de Moisés, só uma parte foi posta por *escrito*, sendo o resto transmitido *oralmente* de Moisés aos profetas e depois aos sábios ou escribas (rabis), graças a um ensino esotérico que, no séc. I, torna-se cada vez mais importante (ver Caderno Bíblico Nº 10). Essa *Lei oral* tem o mesmo valor ou até mais que a *Lei escrita*. E é na medida em que se respeita toda essa Lei, escrita e oral, que se adquirem os méritos necessários à salvação e ao envio do Messias que estabelecerá enfim o Reino de Deus, expulsando ao mesmo tempo os romanos e todos os outros ocupantes.

O farisaísmo era o único movimento religioso que tinha profundidade bastante para resistir à catástrofe de 70; é dele que em Jâmnia, na costa mediterrânea, renascerá o judaísmo (cf. p. 93).

## OS ESSÊNIOS

Os Essênios estão ligados, em grande parte, às descobertas dos "manuscritos do Mar Morto" a partir de 1947. Mas antes que eles nos abrissem assim sua biblioteca, eram conhecidos por Josefo, Fílon de Alexandrina e Plínio, o Velho.

Sua história e sobretudo sua origem não estão ainda perfeitamente esclarecidas. Parece certo, porém, que por ocasião da perseguição no tempo dos Macabeus, alguns descendentes da família de Sadoc, os "filhos de Sadoc" refugiaram-se no deserto; após uma crise no seio do grupo, os tíbios voltam para casa, ao passo que os corajosos vão para Qumrã onde encontram os primeiros exilados da perseguição. Esta fusão de leigos exilados e de sacerdotes sadoquitas explicaria bem sua organização, muito hierarquizada, que dá em todos os escalões um lugar insubstituível aos sacerdotes; filhos de Sadoc.

Também certos pontos de sua vida não são claros: por muito tempo se pensou que eles não se casavam, mas encontrou-se um tratado do matrimônio e túmulos de mulheres . . . Viviam todos em Qumrã ou em comunidades fechadas ou igualmente "no mundo"?

O que é certo em todo caso é seu apego, ainda mais escrupuloso que o dos fariseus, às regras de pureza e seu tradicionalismo absoluto em certos pontos: assim é que recusaram o calendário selêucida para voltar ao antigo (o que explica que não celebravam a páscoa na mesma data que o judaísmo oficial). Para serem puros, tomam diversos banhos por dia e, sobretudo, renunciam a ir ao templo, por demais manchado na sua opinião, depois que se alterou o calendário e que os sumos

sacerdotes não são mais sadoquitas. Preferem substituir os holocaustos pela santidade da sua vida, aguardando que Deus queira restabelecer o culto e o Templo na sua pureza original.

Consideram-se como o exército santo de Deus, que deverá combater na terra e aniquilar todos os ímpios no momento em que Deus lhes der o sinal; nesse momento, os anjos do céu também combaterão contra os demônios, num combate escatológico que garantirá a vitória final de Deus, o aniquilamento de todos os ímpios e o triunfo dos santos. Querem estar sempre ritualmente prontos para essa guerra santa, mas, ao contrário dos zelotas, recusam-se a iniciá-la enquanto Deus não lhes der o sinal.

Esses essênios são, como Josefo e Plínio nos descrevem, um grupo muito fechado, mas fascinante para os judeus que querem se dedicar totalmente a Deus. Qual foi seu impacto político sobre a sociedade judaica do séc. I? Ignoramo-lo totalmente, exceto quanto à guerra de 66-70 na qual estão (a partir de que "sinal" de Deus?) ao lado dos zelotas. Desaparecerão na tormenta.<sup>4</sup>

## **OS HERODIANOS**

Se os evangelhos não falam dos essênios, mencionam, ao contrário, os herodianos (Mc 3,6 por exemplo), desconhecidos por outras fontes. É certo que Herodes Magno, depois Antipas na Galiléia e mais tarde os dois Agripas não puderam reinar sem contar com partidários e amigos que viviam provavelmente como seus príncipes, no estilo judeu na Palestina, mas à moda romana fora de lá, na corte e na vida particular. Deviam estar muito atentos a tudo quanto pudesse ser (ou parecer) movimento messiânico que ameaçasse contestar seu poder.

## **OS MOVIMENTOS BATISTAS**

No séc. I da nossa era devem ter existido, segundo se pensa, movimentos de "despertar religioso". Desenvolveram-se entre o povo simples e assim quase não deixaram vestígios literários. Parece que se caracterizam pela vontade de propor a todos — e não mais a alguns — a salvação, mesmo aos pecadores e aos pagãos (cf. Lc 3,7-14). O batismo, imersão na água, feita uma vez por todas (o que o distingue dos ritos de purificação de outras seitas) é um rito realizado em vista do perdão dos pecados.

Conhecem-se sobretudo dois grupos batistas: aquele que se reúne em torno de João apelidado o Batista e que durará bastante tempo (cf. At 18,25 e 19,1-5) para que os cristãos sejam obrigados a polemizar contra ele — e o grupo nascido em torno de Jesus que também batiza (Jo 3,22; 4,1-2). Esse último grupo será evidentemente todo transfigurado pela pessoa de Jesus. A lado desses dois grupos organizados, deviam multiplicar-se, no meio do povo, práticas batistas.

Ainda nos nossos dias, os mandeístas são os sobreviventes de tais grupos.

Esse movimento caracterizava-se também pela rejeição do Templo e dos sacrifícios sangrentos. Até que ponto Jesus adotava essas idéias?<sup>5</sup>

## **OS SAMARITANOS**

Embora não pertençam propriamente falando ao judaísmo e não constituam uma seita judaica, os Samaritanos devem ser considerados como uma comunidade característica do ambiente palestinese.

---

<sup>4</sup> Ver o n° da revista *Monde de la Bible*, 1 978. Mais técnico, o artigo Qumrã do *Supplément au Dict. de la Bible* (1978). Encontra-se uma ótima seleção dos principais textos no *Suplemento ao Caderno Bíblico* n° 28 "Os manuscritos do mar Morto e a comunidade de Qumrã", apresentados por J. POUILLY.  
<sup>5</sup> Ver C. PERROT em *Introd. à la Bible T. III vol. 1, pp. 161-164.*

Poder-se-ia caracterizá-los ao mesmo tempo por sua proximidade e por sua oposição ao judaísmo. Tanto quanto os judeus e mais que eles ainda, os Samaritanos são os *homens da Lei*, representada pelos cinco livros do Pentateuco; seguem suas prescrições com rigor no que se refere, por exemplo, à circuncisão, ao sábado, ou às festas. Sua liturgia e sua literatura religiosa celebram o Deus único, Moisés, seu intérprete, a libertação do Egito e a revelação do Siná. Mas uma divergência fundamental se manifesta pela rejeição dos outros livros do AT e sobretudo pela recusa de reconhecer Jerusalém como metrópole religiosa e o Templo de Salomão como santuário central.

Para eles, o verdadeiro santuário da terra santa e o único lugar de culto legítimo é o monte Garizim, que domina a antiga localidade de Siquém. É no alto desta montanha que celebram as grandes festas, sobretudo a páscoa segundo o ritual de Ex 12. O Garizim, lugar da bênção segundo Dt 11,29 e 27,12, é aliás mencionado num décimo mandamento que aparece na versão samaritana do Decálogo. É uma das raras variantes do Pentateuco samaritano em relação ao texto recebido.

Há um messianismo entre os Samaritanos que esperam o *Taheb, aquele que vem de novo*. Não é um descendente de Davi, como o Messias judeu, mas uma espécie de novo Moisés, o profeta de Dt 18,15, que virá para colocar tudo em ordem no final dos tempos.

É difícil reconstruir com certeza a história das origens desta comunidade. De acordo com a narrativa de 2Rs 17, depois da queda do reino do norte e da tomada de Samaria em 721, os assírios deportaram parte dos habitantes e estabeleceram no país colonos mesopotâmicos. Estes teriam fundado, com o auxílio de um sacerdote do lugar, um culto sincretista. Embora a tradição samaritana coloque a ruptura em época ainda mais remota, quando se abandonou Siquém por Silo, hoje em dia prefere-se considerar como mais tardia a constituição da "seita" samaritana. Pode-se pensar no retorno do Exílio, na época de Zorobabel e de Neemias, ou no momento da conquista de Alexandre: foi então, segundo Josefo, que os Samaritanos teriam construído um templo sobre o monte Garizim.

As relações foram com freqüência muito tensas entre Jerusalém e a Samaria, mas sempre dentro de uma estreita comunidade de destino. Alguns laços se mantiveram, influências recíprocas se exerceram entre judeus e Samaritanos; estes, aliás, estão mais próximos, sob certos aspectos, dos saduceus que dos fariseus. Consideram-se como os herdeiros das tribos do norte que ficaram fiéis à fé de Moisés. Sua oposição ao Templo de Jerusalém pode tê-los aproximado dos essênios como de certas correntes do cristianismo primitivo.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Essa apresentação dos Samaritanos, por P. de ROBERT, é tirada de *Iniciação à Bíblia Para você estudar o Antigo Testamento, Edições Paulinas, São Paulo, 1980*



# A RESISTÊNCIA JUDAICA

O poder imperial romano esforçou-se para reconhecer a especificidade dos judeus e concedeu-lhes privilégios conformes com suas tradições. Mas eles recusaram deixar-se assimilar e, depois de várias revoltas políticas, desapareceram enquanto Estado, mas continuaram a viver, até nossos dias, na qualidade de povo religioso.

## Oposição à civilização greco-romana

No domínio religioso, o judaísmo tardio apresenta-se como baseado no monoteísmo e na Torá (a Lei). Ao contrário, o mundo greco-romano, pagão e politeísta, não conhece a noção de verdade exclusiva. As cidades podem ter um deus protetor — a divindade local — os indivíduos podem ter uma devoção particular, sem com isso negar a existência de outros deuses, os dos vizinhos, dos estrangeiros ou dos inimigos. Além disso, o culto que se presta ao imperador é totalmente chocante para os judeus. Essa devoção, muito impropriamente chamada *culto imperial* (seria mais exato falar de *cultos ao imperador*) tem sua origem longínqua no culto dos heróis desenvolvido na Grécia e na mística do chefe que foi moda na época helenística.

No mundo romano, deve-se distinguir entre o culto dirigido ao imperador vivo e o que se lhe presta após a morte. A partir de 27 a.C. algumas cidades da Ásia Menor pediram a Augusto a autorização para lhe prestarem honras divinas, construindo um templo e organizando jogos para festejar seu aniversário. Em breve foram feitos outros pedidos análogos, encorajados pelo poder. No Ocidente, as cidades das Gálias se reunirão no dia 1º de agosto de cada ano, em torno do altar de Roma e de Augusto edificado em Lião: <sup>1</sup> um altar análogo vai existir em Narbona e um outro em Tarragona. A finalidade é dar graças ao imperador, orar pela sua saúde e pedir aos deuses que guardem o soberano sob sua proteção. Esse culto, ato cívico e religioso, não é exclusivo de outros cultos. *Um fiel de Mitra, por exemplo, ou um devoto de Ísis não verão* contradição alguma entre sua piedade pessoal e essa piedade pública. Além disso, esse culto só envolve as personagens oficiais ou as associações que desejam honrar o imperador; um simples súdito do império não tem habitualmente ocasião de manifestar sua aprovação ou sua desaprovação a esse respeito. <sup>2</sup>

O culto dos imperadores falecidos não se dirige senão àqueles dentre eles que foram beneficiados com a apoteose: a decisão é tomada pelo Senado que faz assim uma espécie de juízo sobre a atuação do soberano defunto; Augusto e Cláudio foram proclamados *divus (deus)*, mas a memória de Calígula foi definitivamente condenada (é a *damnatio memoriae*). No caso de certos imperadores, não há decisão alguma, nem num sentido nem no outro (é o caso de Tibério).

A etnarquia dos judeus não está obrigada a esse culto: o sumo sacerdote é autorizado a orar "pelo imperador" em vez de invocar diretamente sua pessoa. Calígula quase provocou uma revolta querendo mandar erigir sua estátua no Templo de Jerusalém; sua morte permitirá não executar o projeto (cf. p. 89).

---

<sup>1</sup> Foi por ocasião de uma tal concentração, em 177, que foram mortos os mártires de Lião, entre os quais a jovem Blandina.

<sup>2</sup> Durante as épocas de perseguição, a recusa de oferecer o culto ao imperador era considerada como um ato de rebeldia e acarretava muitas vezes a condenação à morte do cristão.

Vê-se, por conseguinte, que no nível jurídico, Roma procurou não melindrar os judeus na sua sensibilidade religiosa.

O antagonismo entre o judaísmo e a civilização greco-romana faz-se sentir muito mais no nível dos valores culturais e da arte de viver. Essa civilização cosmopolita supõe, efetivamente, certo número de valores estranhos ao judaísmo ortodoxo, como por exemplo o desprezo do trabalho manual, o gosto pelos espetáculos, a assiduidade ao ginásio ou o costume dos banhos públicos. O teatro perdeu então suas ligações religiosas com o deus Dionísio, mas passa facilmente, aos olhos dos judeus, como uma manifestação de deboche, tanto mais que as tragédias colocam em cena as paixões desencadeadas dos homens e dos deuses; as comédias ou pantomimas, de inspiração popular, tratam de temas pelo menos licenciosos. Acontece o mesmo com os espetáculos do anfiteatro que apresentam combates de gladiadores ou de homens com feras. O ginásio, aparentemente mais inocente, é também objeto de escândalo: a idéia que têm os gregos da beleza do corpo humano é desconhecida dos judeus, para quem a nudez não pode ser senão algo infamante. Assim também a arte grega, em particular a estatuária, não desperta interesse nos judeus. Uma passagem de Flávio Josefo evoca bem essas repugnâncias: *Parecia uma impiedade tremenda entregar homens às feras para o prazer dos espectadores, e trocar os costumes estabelecidos por práticas estrangeiras parecia uma impiedade maior ainda. Mais que todo o resto, porém, eram os troféus que os afligiam, pois, julgando que se tratava de estátuas recobertas de armas — o que ia contra os costumes nacionais do culto — eles ficavam grandemente irados . . . Herodes, vendo a que ponto estavam incomodados, convocou os mais importantes dentre eles e, conduzindo-os ao teatro, mostrou-lhes os troféus e perguntou-lhes apenas o que pensavam que fossem aquelas coisas. Quando gritaram: "imagens humanas", ele ordenou que se retirassem os ornamentos que os cobriam e mostrou ao povo a madeira nua (Antiguidades Judaicas XV, 274-279).*

Essa oposição é tanto mais radical quanto os judeus não estão perfeitamente unidos a esse respeito: alguns vêm com bastante simpatia o bem-estar que a civilização romana oferece, ao passo que outros nela só vêm uma impiedade maior. Mais precisamente, os fariseus e os judeus ortodoxos em geral consideram que qualquer contato com um estrangeiro provoca uma impureza ritual da qual é preciso se purificar: *Não entraram no pretório — escreve João a propósito do processo de Jesus — para não se contaminarem e poderem comer a páscoa (Jo 18,28).*

Existe também uma oposição mais diretamente política: há judeus que anseiam pela independência e querem sacudir o jugo romano. Ligando solução política e esperança religiosa, vêm a salvação de Israel na criação de um estado teocrático e são propugnadores duma ação direta contra o ocupante: *É permitido pagar o tributo a César?* pergunta-se a Jesus (Mc 12,13-17).

## **As insurreições esporádicas**

Essas reticências e essas oposições explicam por que o mundo judaico não gozou, na época romana, senão de momentos de paz relativa. Certos textos nos permitem adivinhar diversas tentativas de insurreição. *Vieram algumas pessoas — escreve Lucas — que lhe contaram (a Jesus) o que acontecera com os galileus, cujo sangue Pilatos havia misturado com o das suas vítimas (Lc 13,1)* e Flávio Josefo nos informa que Pilatos foi cruel na repressão das revoltas em Jerusalém e na Samaria (*Antiguidades Judaicas XVIII, 62 e 87*). Os *Atos dos Apóstolos* fazem alusão a movimentos messiânicos, um dirigido por um certo Teudas, um outro por Judas, o Galileu (*At 5,36-37*); fala-se também dum egípcio que arrastara quatro mil sicários ao deserto (*At 21,37*).

Conhece-se melhor, graças aos relatos de Flávio Josefo e de Fílon, a revolta que agitou Alexandria sob o reinado de Calígula. Dentre os cinco bairros da cidade, um era reservado aos judeus. O prefeito do Egito, Flaco, tomou o partido do grupo nacionalista grego, deixou que

insultassem, sem tomar atitude, o rei Agripa I que estava de passagem pela cidade. Seguiu-se um motim e uma verdadeira perseguição contra os judeus, que tiveram de se entrincheirar no seu bairro como num verdadeiro gueto. Delegações e mais delegações são enviadas a Roma pelos dois partidos. Depois de muitas peripécias, o novo imperador Cláudio consegue acalmar a situação, sem dúvida em março de 41, por meio de um edito que é confirmado por carta enviada aos alexandrinos e publicada em novembro do mesmo ano. Essa carta pacificadora recomendava às duas comunidades que vivessem na concórdia e confirmava os privilégios dos judeus.

Na mesma época aparece um começo de revolta na Palestina. É que Calígula decidira mandar erigir, no Templo de Jerusalém, uma estátua de Zeus representado sob suas próprias feições. Encarregara P. Petrônio, então legado propretor da Síria, de providenciar a confecção da estátua e sua colocação no lugar. Compreendendo que se tratava duma decisão inoportuna, parece que Petrônio quis que as obras demorassem o mais possível: manda que comecem a estátua em Sidônia, depois convoca a Antioquia os principais líderes judeus para comunicar-lhes os desejos do imperador e exortá-los a convencer seus correligionários a aceitá-los calmamente. A recusa previsível dos chefes é confirmada por manifestação em Ptolemaida e Tiberíades. Ao mesmo tempo, Petrônio escreve a Calígula que os trabalhos estão atrasados e que os judeus correm o risco de negligenciar os trabalhos agrícolas no momento da colheita para manifestarem sua oposição. Calígula não se deixa convencer e responde a Petrônio que se apresse. Nesse ínterim, Agripa I, de volta a Roma, aconselha a Calígula seguir a conduta dos seus predecessores, respeitando a especificidade religiosa do judaísmo. Calígula teria então escrito a Petrônio que suspendesse as obras, explicando que ele decidira mandar fazer uma estátua em Roma e levá-la consigo na viagem que pretendia fazer ao Oriente, a fim de instalá-la ele próprio em Jerusalém sem avisar antes a população. A provocação foi evitada pelo assassinato de Calígula, no dia 24 de janeiro de 41.

## **A revolta de 66-70 d.C.**

A grande revolta que irrompe no fim do reinado de Nero marca o declínio do judaísmo palestinese, mas demonstra igualmente as divisões latentes dos judeus.

Tudo começa por um acontecimento aparentemente sem importância: o procurador Floro retirou 17 talentos do tesouro do Templo; para zombar dele, os habitantes de Jerusalém saíram às ruas com cestas, fingindo fazer uma coleta para atender às necessidades do procurador. Esse, como se pode imaginar, não gostou deste gênero de humor e, sem levar em conta as tentativas de mediação dos nobres, nem sequer a petição de Berenice,<sup>3</sup> mandou prender e executar alguns responsáveis. O incidente poderia ter acabado aí, se a escolta do procurador não tivesse sido atacada no momento em que ela deixava Jerusalém. O motim, como sempre acontece em tais casos, começara na confusão, sem que se soubesse como fora desencadeado. Travou-se uma batalha extremamente violenta na rua, e Floro teve que fugir para Cesaréia. Agripa II voltou às pressas de Alexandria, para exortar seus compatriotas à moderação. Mas os rebeldes contentaram-se com responder que queriam permanecer súditos do imperador, mas não de Floro e entrincheiraram-se na fortaleza de Masada. Eleazar, filho do sumo sacerdote Ananias, precipitou então os fatos de modo irreversível mandando suspender o sacrifício quotidiano em honra do imperador, o que constituía um ato de franca rebelião. Essa iniciativa correspondia às aspirações da massa, pois as tentativas de apaziguamento feitas pelos sacerdotes e pelos fariseus ficaram sem efeito.

---

<sup>3</sup> Ver *Cadernos Bíblicos* n° 19 — Uma leitura dos Atos dos Apóstolos (*em prep.*).

## Josefo, líder guerreiro

A conduta de Josefo foi muito ambígua. Defendeu com valentia a cidade de Jotapata. Quando Tito tomou a cidade, Josefo conseguiu se esconder numa gruta onde já se achavam uns quarenta nobres. Tendo descoberto seu esconderijo, os romanos prometeram-lhe preservar-lhe a vida se ele se entregasse: ele o teria feito se seus companheiros não tivessem protestado e proposto um suicídio coletivo: "Já que decidimos morrer, vamos definir pela sorte a ordem da matança: aquele que tiver tirado o primeiro número caia sob os golpes daquele que houver tirado o número seguinte". Josefo — é preciso dizer se foi por acaso ou por providência divina? — ficou por último com um outro. . . ao qual sem dificuldade convenceu a se entregar! (Guerra Judaica III, 387-388). Conduzido perante Vespasiano, muito habilmente se apresentou como profeta e prometeu-lhe que em breve seria proclamado imperador. Quando isso se realizou, Vespasiano libertou-o, em julho de 69. Josefo acompanhou Tito no assédio de Jerusalém e serviu-lhe de intérprete, o que lhe valeu o ódio dos seus correligionários. Viveu depois em Roma, onde recebeu a cidadania romana com o nome de Flavius, beneficiando-se duma pensão imperial.

Daí em diante, a situação evoluiu muito depressa. O partido que buscava a conciliação, recrutado entre os fariseus e certos sacerdotes, apoiado por algumas tropas enviadas por Herodes Agripa II, foi logo suplantado e expulso da cidade, enquanto que os rebeldes incendiavam o palácio de Herodes, a habitação do sumo sacerdote e ocupavam a fortaleza Antônia. Encurralada, a coorte romana encontrou refúgio nas três torres herodianas. Ananias, o sumo sacerdote, foi assassinado. A revolta se estendeu depressa às outras cidades da Palestina e até mesmo a Alexandria. O legado da Síria, Céstio Galo, interveio então com a XIIª Legião, um batalhão de dois mil homens recrutado no meio de outras legiões, além de auxiliares fornecidos pelos reis aliados (entre os quais Agripa II) e veio acampar no monte Scopus, ao norte do monte das Oliveiras. Compreendendo bem depressa que não tinha forças suficientes, nem estava bastante equipado para atacar Jerusalém, tentou uma retirada que, em consequência duma emboscada, terminou em debandada (outubro de 66).

Desde então, os insurretos, seguidos pela imensa maioria da população, se organizam: o país é dividido em distritos militares, à frente dos quais uma assembléia coloca chefes. Dentro desse esquema, Flávio Josefo é encarregado de organizar a resistência na Galiléia.

Na primavera de 67, Nero confia a direção da guerra a Vespasiano. Este dispõe de três legiões da Síria e duma quarta recrutada entre as forças estacionadas no Egito. O novo legado concebe um plano de guerra simples e eficaz, que consiste em avançar progressivamente a partir da Síria sem deixar focos de resistência atrás de si. Começa, pois, atacando a Galiléia; as terras baixas são logo abandonadas e o exército de Flávio Josefo, apavorado com a perspectiva de uma batalha campal, refugia-se em Jotapata; Vespasiano toma a cidade após um assédio de dois meses. Depois apodera-se facilmente de Tiberíades, de Gamala na Gaulanítide e do monte Tabor, e volta para passar o inverno em Cesaréia.

Durante esse tempo, a situação em Jerusalém se degradava: os chefes da resistência encontravam uma viva oposição da parte dos zelotas que os suspeitavam de conluio com os romanos. Esses extremistas, que Josefo chama de sicários (nome derivado da sua curta espada: *sica*) eram dirigidos por João de Giscala. Este, no começo da guerra, fizera violenta oposição a Josefo que ele julgava, com razão talvez, demasiado frouxo e tentara mandar assassiná-lo. Tinha conseguido fugir da cidade de Giscala (no norte da Galiléia) pouco antes da sua queda, e refugiara-se em Jerusalém. Tendo mandado chamar soldados idumeus para reforçar suas tropas, João

mandara matar alguns chefes da resistência e assim se tornara todo-poderoso em Jerusalém. Foi neste momento que a comunidade cristã teria deixado Jerusalém para se refugiar em Pela (a leste do Jordão).

Vespasiano se aproveita dessa verdadeira guerra civil para submeter os territórios em torno de Jerusalém. Em março de 68, subjuga toda a Peréia, depois conquista facilmente Antipátrida, Lida, Jâmnia, Nablus e Jericó. Em junho pode começar os preparativos para atacar Jerusalém e espera que os judeus se enfraqueçam por si mesmos em seus combates estéreis.

Nesse meio tempo, chega a notícia da morte de Nero e da proclamação de Galba. Vespasiano envia seu filho Tito, acompanhado de Herodes Agripa II, para cumprimentar o novo imperador. Mas, quando chegam a Corinto, ficam sabendo que Galba acaba de ser assassinado (15 de janeiro de 69) e que a situação é confusa. Então retornam.

### **Suicídio coletivo em Masada**

Antes de os defensores de Masada se matarem mutuamente, Eleazar, seu chefe pronunciou um longo discurso referido por Flávio Josefo. Aqui estão algumas passagens dele:

Nós fomos os primeiros de todos a nos revoltar, somos os últimos a portar armas contra os romanos. De qualquer forma, creio que foi Deus quem nos concedeu esse favor, de que esteja em nosso poder morrer nobremente e livremente, privilégio recusado a todos os que encontraram uma derrota inesperada. Nossa sorte, ao alvorecer, é uma prisão certa, mas resta a escolha livre duma morte nobre com aqueles que mais amamos. Talvez teria sido nosso dever, desde o começo — quando, tendo escolhido afirmar nossa liberdade, suportamos perpetuamente um tratamento cruel da parte dos outros e mais cruel ainda da parte dos nossos inimigos — talvez teria sido nosso dever, dizia eu, ler o desígnio de Deus e reconhecer que a raça judaica, outrora sua bem-amada, fora julgada para sua perdição . . . Sem sermos reduzidos à escravidão, morramos como homens livres com nossas mulheres e filhos! Isto nossas leis no-lo ordenam, nossas mulheres e filhos o imploram de nós... (Guerra Judaica VII, 325-327; 386-387).

Enquanto prossegue o assédio de Jerusalém, uma conspiração apoiada por Tibério Alexandre, prefeito do Egito, tenta levar Vespasiano ao poder. Ele é proclamado imperador, dia 1º de julho, em Alexandria e dois dias mais tarde na Palestina e na Síria; beneficia-se logo do acordo dos exércitos do Danúbio. Vespasiano se dirige então a Alexandria para garantir com mais segurança a posse de uma das mais ricas províncias do império e deixa a direção da guerra a seu filho Tito. Esses acontecimentos explicam por que o avanço romano não continuou durante o ano de 69.

Na primavera de 70, Tito termina a concentração de suas tropas em torno de Jerusalém. Nesse momento, a cidade está dividida em três facções: João de Giscala domina o Templo e suas vizinhanças. Simão bar Goria está na cidade e Eleazar se entrincheirou no pátio do Templo. Por ocasião da páscoa, Eleazar propõe uma trégua e abre o acesso ao Templo; João aproveita-se disso para assassiná-lo com seus partidários. Pouco depois, Tito ataca as muralhas em três pontos diferentes; João e Simão se reconciliam então. Após duros combates, Tito consegue atravessar os três muros de defesa e, ao mesmo tempo, constrói um aterro em torno da cidade inteira para impedir a população de fugir. Os últimos dias do assédio foram particularmente atroz e os combatentes, embora reduzidos à penúria, resistiram, bairro por bairro. Quando do assalto final, o Templo foi incendiado e, segundo Josefo, Tito nada pôde fazer para apagar o fogo, tal era o furor dos seus soldados, excitados pelas longas semanas do assédio. João e Simão foram feitos prisioneiros e guardados para figurar no triunfo de Tito. Esta cerimônia teve lugar em Roma, em 71; além dos

cativos, foram levados no cortejo também o candelabro de sete braços (a *menorá*) e a mesa dos pães da proposição.

Três fortalezas resistiam ainda: Maqueronte, Herodium e Masada. As duas primeiras se renderam com bastante facilidade, mas Masada ofereceu uma resistência obstinada. Os romanos tiveram de construir um aterro para tomar de assalto seus muros mas, quando penetraram no interior da fortaleza, só acharam dois sobreviventes: todos os outros se tinham suicidado. Esse último bastião da resistência judaica desapareceu, pois, em abril de 72.

Doravante, o Templo quase destruído, estava fechado para os sacrifícios. O desaparecimento da liturgia sacrificial acarretou o declínio das famílias sacerdotais e a extinção progressiva do partido saduceu. Por outro lado, o culto sinagoga adquiria uma importância exclusiva sob a direção dos doutores da Lei, fariseus, que haviam reconstituído uma escola em Jâmnia, sob a direção do rabi João ben Zakai.

A Judéia tornou-se desde esse momento, ao que parece, uma província em que estacionavam duas legiões. A didracma daí por diante entrava para uma caixa imperial especial, o *fiscus judaicus*.

## A revolta de Bar-Kosba

Não se conhecem outras revoltas até a época de Trajano. Sabe-se que houve então combates muito renhidos em Alexandria e em Cirene. Os motins começaram em 115 e degeneraram numa verdadeira guerra, pois em 116 os não-judeus tiveram de deixar Alexandria e houve também combates em Hermópolis e em Mênfis. Em Cirene os judeus, chefiados por um "rei" chamado Lucuas ou Andreas, incendiaram templos e mataram parte da população; Trajano viu-se obrigado, em conseqüência, a enviar três mil homens para repovoar a cidade. Um certo Artemion também sublevou os judeus de Chipre, que devastaram a cidade de Salamina. Após a conquista de Trajano, os judeus da Mesopotâmia revoltaram-se por sua vez. Depois da repressão, houve ainda alguns movimentos na Palestina no começo do reinado de Trajano, mas foram logo acalmados.

A nova revolta que estoura em 132 na Palestina é, infelizmente pouco conhecida, por falta de documentos realmente explícitos. Os autores pagãos não fazem senão breves alusões a ela e Eusébio, na sua *História Eclesiástica*, quase não fala dela. Contudo, as escavações feitas no deserto de Judá, principalmente em Qumrã perto do mar Morto, permitiram descobrir objetos que pertenceram aos insurretos bem como trechos da sua correspondência.

São obscuras as causas precisas da rebelião. Pode-se supor que a fermentação das idéias foi exacerbada pela proibição da circuncisão. Com efeito, Adriano revogara a proibição da castração, à qual teria assemelhado a circuncisão, impondo a pena de morte aos contraventores. Essa disposição geral não atingia apenas os judeus, mas também os Samaritanos, os idumeus, os nabateus e os sacerdotes egípcios. Entretanto, ela parecia particularmente grave para os judeus ortodoxos, pois equivalia a impedir a sobrevivência do povo eleito. Além disso, desde 130, Adriano havia talvez concebido o projeto de fundar uma colônia romana onde se erguia Jerusalém.

Ignora-se quase tudo das operações militares. Sabe-se que o chefe, Simão Bar-Kosba, dizia-se príncipe de Israel e que fora reconhecido como messias pelo rabi Aqibá. Rapidamente se estendeu a revolta a todo o país e o novo príncipe mandara cunhar moedas datadas do ano 1 ou 2 (segundo os objetos encontrados) da libertação de Israel. Seja como for, os combates foram particularmente renhidos, pois em 135 a Palestina passava por ter se transformado em deserto. De Jerusalém só teriam restado algumas casas e a pequena igreja cristã do monte Sião. Adriano fundou uma colônia romana *Aelia Capitolina* e mandou construir, no local onde estava o Templo, um santuário de Júpiter Capitolino. Doravante, nenhum judeu podia penetrar na cidade sob pena de morte. Foi

somente no tempo de Constantino que foram autorizados a vir venerar os contrafortes do Templo (o *muro das lamentações*) uma vez por ano, no dia do aniversário da destruição de Jerusalém.

### **Um autógrafo**

Este bilhete foi escrito e assinado por Bar-Kosba, chefe da segunda revolta. É uma ameaça de prisão dirigida ao chefe do acampamento, se ele continuar a se opor aos galileus, sem dúvida refugiados civis instalados nas aldeias do sul da Judéia.

Da parte de Simeão, filho de Kosba, a Josué, filho de Gálgula e ao povo de Ha-Baruc, saudação!

Tomo os céus por testemunha contra mim de que, se algum dos galileus que estão entre vocês for maltratado, acorrentarei os pés de vocês como o fiz a Ben Aful.

Simeão, filho de Kosba, por ele mesmo.

Uma outra carta, escrita por um escriba profissional, mostra-nos que a entrega era bem organizada. É exigida de Josué a entrega de uma quantidade considerável de trigo. O transporte por uma caravana de uns trinta jumentos, cuja carga é de 60 quilos, é garantido pelos enviados de Simeão, que passarão o sábado na casa de Josué.

Da parte de Simeão a Josué, filho de Gálgula, saudação! Saiba que você deve providenciar o envio de cinco coros de trigo por meio das pessoas da minha casa. Prepare portanto para cada um deles seu lugar de hóspede. Que fiquem na sua casa durante o sábado. Esforce-se para que o coração de cada um esteja satisfeito. Seja corajoso e sustente a coragem das pessoas do lugar. Esteja em paz. E ordenei a todos quantos lhe derem seu trigo: (no dia) após o sábado, que eles o transportem.

(Traduzido segundo a versão de J. T. MILIK)